

A DEFESA NACIONAL

CONTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

"O movimento de março de 1964
não traduziu o interesse e a vontade
de um grupo, mas o interesse e
a vontade da nação."

João Figueiredo
Presidente da República



MAR/ABR-84
Nº 712

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

ECIAL

Pág.

VERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 — *João de Oliveira Figueiredo, Presidente da República*

4

GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

SUL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL — *Professora Therezi-
tro*

17

A DO BRASIL PARA COM LUIZ DO SOVERAL, *Professor Euripi-
o de Menezes*

35

ÍTICA, PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS — *Professor Shi-
yamato*

51

AS, UMA GUERRA PARA REFLEXÃO — *Ten Cel Théo Espindola*

75

RA ENTRE IRMÃOS — *Ten Cel Erni Werner Grehs*

131

ÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

MILITAR, O FUTURO E A GUERRA — *Gen Ex Alzir Benjamin*

7

DADE DE NUCLEARIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASI-
Ten Cel Marco Antonio Felício da Silva

109

ÇÃO E ECONOMIA

FORMÁTICA E PROJETO CIRANDA — *Engº Helvécio Gilson*

43

ETO PRIORITÁRIO — *Informe Especial*

149

ECNOLOGIA

ÇÕES EXPERIMENTAIS DE PESQUISAS PARA DESPEJOS IN-
S — *Engº José Eduardo W. de Cavalcanti*

137

OS DE ALTA POTÊNCIA PARA PROJÉTEIS DE ARTILHARIA
urd Back

145

ÇÕES

157

.

161

.

165

TOS

170

A DEFESA NACIONAL — Nº 712
Rio de Janeiro, Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação: Princesa Tereza. MONTENEGRO: NUNES. SEDE: COTÁ DE CARVALHO 2.3 DE LUIZ RAB

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Gen. João Klingner, Excmo. Leão da Cunha, Joaquim de Sousa, Ruy (coordenador), Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeio Cavalcante, Lucides Figueiredo, Tanzi, Amorim Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I: 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUCIANTES:

Caixa Economica Federal	2ª Capa
Banco Sul Brasileiro	3ª Capa
CAEEB	4ª Capa
CPRM	16
Alpargatas	40/41
Tristão	42

ABECIP	72
Souza Cruz	
EMBRAER	
Mendes Junior	
Editorial Monch	
Poupex	
BIBLIX	174



NOSSA CAPA

Plataforma "off-shore" Garoupa na bacia petrolífera de Campos, de onde S. Excia. o Sr. Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo proferiu seu discurso alusivo ao 20º Aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: Ten Cel Walter Soares Vieira

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel José Fernando Maya Pedrosa

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt

Ten Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Coordenação Editorial: José Livio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Floriano Serpa

Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 5.000,00

Exterior: US\$ 50.0

Número avulso — Cr\$ 1.000,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

20º Aniversário da Revolução
de 31 de Março de 1964

Brasileiros,

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. De maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependiam a restauração da ordem interna e o nosso prestígio internacional. Para isso, consoante deixou assentado, precisava institucionalizar-se, a fim de limitar desde logo os ple-nos poderes de que dispunha.

Mantidos, na sua substância, os postulados da Constituição de 1946, cuidou-se de feitura de nova Constituição, promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967.

Nos dezessete anos de sua vigência a Constituição de 1967, iniciativa do Presidente Castello Branco, sofreu sucessivas alterações, que obedeceram a múltiplas e às vezes conflitantes contingências do processo revolucionário.

Tais alterações, que ocorreram por força de atos unilaterais do governo, ou em virtude de emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, tiveram como consequência privar o texto constitucional da unidade lógica essencial ao estatuto político fundamental da nação.

Além disso, nele foram introduzidas diretrizes que, se tiveram sua razão de ser em cada momento histórico, demandam a sua adaptação às novas circunstâncias sociais e políticas do momento que vivemos.

O objetivo final que sempre nos moveu — a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica — consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida. Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação.

Tenho plena consciência de que o caminho percorrido, sob o signo da democracia, que desejo plena e atuante, foi marcado por conquistas cujo alcance é desnecessário encarecer. Tais foram o restabelecimento das franquias fundamentais, a restituição dos direitos políticos aos que deles se achavam privados, bem como a concessão da anistia reclamada para a pacificação da família brasileira. Posso, portanto, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém não foi maior do que a liberdade hoje reinante no país.

Nada disso é obra exclusivamente minha. É fruto de evolução imanente ao processo revolucionário, que nos irmanou na luta pelos ideais que nos inspiraram.

Esses resultados positivos, em prol da causa democrática, exigem o seu complemento natural, que só poderá ser alcançado mediante revisão constitucional. Submeterei projeto de emenda, dentro em breve, ao Poder Legislativo. Suas casas saberão compreender e aprimorar as soluções encaminhadas à sua alta apreciação.

Entendo que, nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir a plena institucionalização democrática do país é o indicado pela própria Constituição, que prevê modos eficazes para sua modificação e aperfeiçoamento. Poderes constituintes possui o atual Congresso Nacional, posta a questão em termos de reforma da Carta Magna, segundo a tramitação nela estabelecida.

Cumpra ao governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro.

Minha posição quanto às eleições indiretas, para escolha do meu sucessor, está limpidamente definida em discurso que proferi perante a primeira convenção nacional do Partido Democrático Social, realizada em Brasília, a 30 de novembro de 1980. Ao referir-me às eleições de 1982, frisei "nesse dia, vamos conquistar a maioria

das câmaras municipais e das prefeituras. Das assembléias legislativas e dos cargos de Governador. Da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E, consequentemente, legitimamente a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá meu sucessor”.

O mundo político não ignorava, portanto — antes se achava certo disso —, que, nas eleições de 1982, estava em jogo a escolha pelo voto, do Colégio Eleitoral a quem competia eleger o novo Presidente da República.

A extinção desse alto colégio, escolhido livremente e com mandato irrenunciável, violentaria compromisso político legítimo contra o qual, antes do resultado da eleição, nada se levantou. Coisa que agora, no entanto, injustificadamente se faz.

Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe de Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas.

Manterei, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranquilidade da nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional.

JOÃO FIGUEIREDO

Presidente da República



O HOMEM MILITAR, O FUTURO E A GUERRA

Alzir Benjamin Chaloub

O HOMEM MILITAR

Tendo cerca de quarenta e sete anos de serviço inteiramente dedicados ao Exército, dos quais quase a metade passados em Escolas, o Ensino para mim se apresenta como algo duplamente fascinante: — primeiro, porque ele se preocupa basicamente com o Homem; — segundo, porque suas ações se dirigem, primordialmente, para o Futuro. Assim, para mim, o Homem e o Futuro constituem os parâmetros basilares de qualquer Ensino. E, no Ensino Militar, seus objetivos essenciais são a formação do **HOMEM MILITAR** e do **EXÉRCITO DO FUTURO**.

O Homem é o capital mais precioso de uma Nação. Ele é o cére-

bro, o coração e o motor de qualquer empreendimento. De nada adiantarão os mais modernos equipamentos, as mais sofisticadas tecnologias se não houver uma vontade esclarecida a acioná-los em seu próprio benefício e no de seus semelhantes. A própria robotização, imaginada pelo homem para substituí-lo em determinadas atividades, limita-se à execução de um programa preestabelecido pelo próprio homem. É que a criatividade, manifestação suprema do espírito humano, não pode ser transferida; pode, quando muito, ser desenvolvida naqueles que já a possuem. Máquinas e "robots" não escravizam o homem; antes o libertam das tarefas extenuantes e rotineiras, para que ele possa se consagrar por inteiro à mais sublime de suas faculdades — a criação.

É para o Homem que as atenções e preocupações do Departamento de Ensino e Pesquisa estão voltadas. Em especial, para o Homem Brasileiro, matéria-prima por ele utilizada para formar o Homem Militar. Assim, as preocupações de professores, instrutores e monitores com os alunos visam explicitamente, no Ensino Militar, à formação do Homem Combatente, do Homem Comandante, do Homem Chefe Militar.

O Homem Militar se distingue entre seus concidadãos por juramento legal, em que promete dedicar-se inteiramente, de corpo e alma, ao serviço da Pátria, na Paz ou na Guerra. Por conhecê-la melhor e estar mais bem informado das conseqüências funestas que poderão advir para toda a Nação, não deseja a Guerra e muito menos a provoca; mas se ela ocorrer, dela não procura fugir, porque a Nação nele confia e dele tem o direito de exigir até mesmo o sacrifício supremo, o sacrifício da própria vida.

A formação do Homem Militar, pois, precisa considerá-lo em sua constituição integral, em toda a sua complexidade. Há que abrangê-lo em sua totalidade de ser vivente, em suas quatro faculdades básicas: a de sentir, pensar, julgar e agir. É pelo sentimento, através dos órgãos sensoriais, que o homem se apercebe das circunstâncias do mundo exterior e dele recebe emoções, boas ou más, que lhe permitem formular desejos e aspirações. Pela faculdade de pen-

sar, o homem compreende os nômens, aprende a identificar que lhe é útil, a manifestar o interesse e a alcançar o saber. Pela faculdade de julgar, o homem mina desejos e interesses, emoções e conhecimento e, comparando com a escala de valores que a formação moral e filosófica lhe inculca, decide e manifesta a sua vontade. Por fim, pela faculdade de agir, o homem executa as ações; pela execução, ele realiza; realizando, ele cria. Em resumo, pelo sentimento o homem apreende, pelo pensamento ele compreende e pela ação o homem empreende. Mas o homem responsável, antes de empreender qualquer ação, julga e decide. A sublimação dessas faculdades leva-o, pelo sentimento, ao Sentimento; pelo pensamento, ao Pensamento; e pela Ação ao Poder. Mas é a faculdade de julgar que lhe permite atingir o mais alto valor social: a Justiça.

Todas essas faculdades precisam ser consideradas na formação do Homem Militar; porém, ainda não pode ser olvidada sua permanente evolução. Isto porque o homem não é, mas constrói a si mesmo instante o seu ser, seja no contato com outras pessoas, seja em contato com o munto das coisas. É o ser que caminha invariavelmente em direção a seu ser-mais, visando em sua dimensão mais profunda a transcendência, ao plano dos valores espirituais, de onde fluem energias criadoras capazes de criar o seu constante vir-a-ser. A

nalidade pura não esgota a riqueza do ser humano. E, assim, por maiores que sejam os apelos à razão, o Homem continuará vivendo, lutando e morrendo pelas coisas em que acredita.

A consequência desse exame perfunctório da natureza humana é que a formação do Homem Militar deve ser GLOBAL e PERMANENTE. Global, no sentido de abranger todas as faculdades, toda a complexidade do ser humano; e permanente, no sentido de acompanhar a sua evolução ao longo da carreira militar que, muito mais que uma sucessão de postos e graduações, deve ser encarada como uma sucessão de funções em escala crescente de complexidade e responsabilidade.

FUTURO

Outro motivo de fascínio a que se referi quando de início apontei os parâmetros basilares do Ensino é o objetivo essencial das atividades escolares, voltadas para o FUTURO. É claro que, pragmaticamente, não se pode perder de vista a realidade que nos cerca. Mas o fundamental é, diria mesmo, o definitivo é o compromisso com o futuro. Esta é a essência do trabalho em qualquer escola.

Sem dúvida que a experiência do passado, as ligações vividas e aprendidas importam pela capacidade de iluminar o presente, constituindo um lastro de sabedoria que auxilia a encontrar e manter

os melhores rumos. É preciso, porém, que, para não correr o risco da imagem bíblica da estátua de sal, os olhos estejam voltados para o futuro, pois só assim os melhores esforços serão concentrados na realização do dever.

Não é outra a essência das atividades de ensino: as luzes do passado, a consciência do presente e a aspiração do futuro.

O futuro... Haverá algo mais apaixonante que as tentativas para sua previsão? Entretanto, sua construção já começou, aqui e agora. Seus elementos formadores, em sua maioria, estão presentes, à nossa vista, sem que muita vez o percebamos. A melhor forma de divisá-lo, pois, é conhecer bem o presente, não apenas o presente que é, mas também o presente que está, não apenas o presente estático, mas também o dinâmico, para bem distinguirmos o que evolui daquilo que deve permanecer.

Essa distinção, em si mesma essencial, torna-se cada vez mais premente, diante da acelerada evolução científica e tecnológica de nossos dias. Mas, ainda mais importante será adotar a posição afirmativa de quem pretende construir algo, ao invés do comportamento passivo de quem busca perquirir, num processo divinatório, como será o mundo do futuro. Em outras palavras, é preciso que o homem pare de se indagar como será o futuro e assuma a responsabilidade de decidir por si mesmo

como quer que seja esse futuro, partindo imediatamente para iniciar sua construção.

Nesse sentido, a melhor orientação é a que nos foi deixada pelo saudoso Marechal Castello Branco, em aula inaugural proferida na ECEME: "Lutai contra o conservantismo, tornando-vos permeáveis às idéias novas, a fim de que possais escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina . . . Não vacileis, então, e lançai-vos sempre para o futuro, pelas portas abertas do vosso tempo. Dest'arte estareis colocados na vossa época e às vésperas de uma nova época".

Além disso, não podemos nos esquecer que, se o mundo evolui, até por circunstâncias naturais, boa parcela da humanidade, a mais esclarecida, com ele evolui. É que o homem é a origem, o meio e o fim de toda evolução sobre a Terra, o construtor e o beneficiário de seu próprio destino. Como observou Teilhard de Chardin, "o homem, de produto da evolução, transformou-se em portador da evolução". Podemos dizer mais que, estando ele plenamente conscientizado da evolução, passa ela a depender basicamente de sua ação e iniciativa.

A GUERRA

Por último, queremos observar que, se o Ensino em geral tem como seus parâmetros básicos o Homem e o Futuro, o Ensino Militar tem um terceiro parâmetro, a que

já nos referimos de passagem: — a GUERRA.

Não formamos entre os que creem no adágio por muitos aceito de que "a guerra só se aprende na guerra", o que só pode conduzir a desastres porque não nos prepara para as primeiras ações, justamente as mais decisivas e que levou o Marechal FOCH a concluir que "a realidade do campo de batalha é que nele não se estuda; simplesmente faz-se o que se pode para aplicar o que se sabe. Por isso para poder um pouco é preciso saber muito e bem".

O estudo desse parâmetro — A GUERRA — traduz, basicamente a responsabilidade que temos na defesa da Pátria, bem como a fidelidade que devemos a um aspecto pouco lembrado nos dias atuais — nossas origens. Como dissemos na Aula Inaugural da EsAO, se já não somos uma classe — como a dos antigos guerreiros das sociedades primitivas, mas sim, cidadãos-soldados de um país civilizado, continuamos a ser o braço armado da Nação. Por isso a guerra, para nós, deve ser uma preocupação constante, que de nós exige uma preparação permanente e completa — física, mental, técnica e cultural. Pois estamos convencidos de que, nos dias atuais, somente nossa pronta disposição e completa preparação poderão dar a nosso País a necessária segurança, diante de quaisquer tentativas de domínio ou submissão.

Insistimos em repetir que isto não significa que nos tornemos estrategistas da guerra, mas tão-somente que devemos pesquisar a existência do problema e utilizar essa pesquisa como ponto de partida para um estudo racional.

A melhor forma de adquirir uma compreensão própria do fenômeno é através do exame da sua natureza, causas profundas e forças gerais de sua evolução até nossos dias. Essa compreensão me parece indispensável para o estudo da Guerra, podemos e devemos socorrer dos ensinamentos dos grandes mestres que, através dos tempos, nos transmitiram o resultado de suas meditações sobre o assunto e, em particular, os ensinamentos de CLAUSEWITZ, sem dúvida, o maior pensador militar da História.

Clausewitz definiu a guerra como *"um ato de violência destinado a compelir o adversário a cumprir nossa vontade"*. A maior contribuição de Clausewitz para a teoria da guerra, entretanto, foi a priorização dada ao fator político e a ênfase atribuída aos fatores psicológicos. É muito repetida sua citação de que *"a guerra é a continuação da política por outros meios"*, devendo ser esclarecido, porém, que, no seu pensamento, a guerra é *"continuação"* no sentido de não substituição, mas sim de que ela também é um instrumento da Política, do mesmo modo que a diplomacia. Mas, enquanto a diplo-

macia tenta *convencer*, a guerra visa a *coagir*.

Assim, segundo Clausewitz, a dualidade *"arte de convencer"* X *"arte de coagir"* são apenas aspectos complementares da Política Nacional.

A arte de coagir, visando submeter o adversário a nosso ponto de vista, tenta obrigá-lo a capitular. A vitória na guerra toma, pois, a forma de uma *capitulação*, que pode ser obtida através dos seguintes meios:

- domínio militar, pela destruição do poder de combate das forças inimigas;

- asfixia econômica, impedindo o adversário de alimentar e suprir sua máquina de guerra;

- deterioração psicológica, solapando a confiança na vitória e abatendo o espírito que anima todo o esforço de guerra.

Em síntese, a capitulação pode ser obtida visando-se em particular o CORPO, o CORAÇÃO ou o ESPÍRITO do adversário. Daí as três formas que a guerra pode apresentar nos dias atuais: a GUERRA MILITAR, a GUERRA ECONÔMICA e a GUERRA PSICOLÓGICA, cada uma visando particularmente um dos grandes componentes do potencial de guerra.

Mas que motivos levará o homem a fazer a guerra, com todo seu cortejo de violência e destruição? Em outras palavras, quais seriam as *causas da guerra*, suas origens?

Este é o aspecto mais controverso de todos que se referem à guerra, pois cada pesquisador acaba estabelecendo uma teoria diferente e discordando total ou parcialmente dos demais. Assim, o número de teorias é praticamente igual ao de pesquisadores.

A própria classificação dessas teorias em grupos distintos é dificultada porque algumas teorias participariam de mais de um grupo, ou pertenceriam a um grupo, quanto ao método, mas estariam incluídas em outro, quanto às conclusões. Eu prefiro adotar uma classificação tomando como referência o HOMEM. Neste caso, a causa da guerra estaria situada *acima do Homem*, *no íntimo do Homem* ou *em torno do Homem*, nas instituições por ele criadas.

A primeira categoria compreende todas as *teorias normativas*, ou *de valores*, que podem ser religiosas, filosóficas, morais, políticas ou legais e se relacionam principalmente à vida consciente do homem e da sociedade, às idéias, valores, motivos, preferências e símbolos. Esta categoria inclui as teorias místico-sentimentais, cujas explicações são de base teológica ou metafísica e reconhecem a guerra como inevitável, por ser de essência divina, não podendo o homem senão obedecer a essa vontade sobrenatural. A guerra seria então o instrumento divino para o progresso moral, intelectual e físico da humanidade. Santo Agostinho,

que apreciava o trágico, dizia que a guerra refletia uma inquietação profunda do Homem e um desejo fundamental de paz; que os homens lutam apenas para alcançar a paz de seus sonhos e que o homem luta permanentemente para alcançar a paz perpétua.

A admissão de que os homens podem se matar, devido a suas diferenças de idéias a respeito de Deus, vem sendo ridicularizadas desde Voltaire. Entretanto, essas idéias básicas incorporam os valores fundamentais da sociedade, que os homens lutam para preservar e ao mesmo tempo evitar que sejam substituídos por valores e símbolos estranhos que lhes queiram impor. Os homens preferem suas próprias crenças, suas próprias maneiras e sua própria visão interior da verdade, que consideram superior à de outros povos. A defesa de instituições representativas e das liberdades humanas contra ditaduras, tiranias e totalitarismo representaram um fator relevante nos objetivos da 2ª Guerra Mundial e na própria criação da Aliança do Atlântico após a guerra.

A segunda categoria de teorias — a das que buscam as causas da guerra no íntimo do homem — se relaciona com os instintos e forças inconscientes da vida do homem. Inicialmente, foram os psicólogos que apelaram para os instintos, principalmente o instinto de luta. Agora são os biólogos — as ciências naturais e biológicas estão em grande moda atualmente — que

apontam na estrutura genética do indivíduo certos fatores que o levam a determinado comportamento para com o próximo. O homem assim conservaria vestígios de instinto que determinam uma conduta inata, sobressaindo dentre eles o instinto de agressão, que pode ser considerado como o instinto vital de conservação da espécie. Essas teorias admitem a guerra como um processo seletivo de aprimoramento e o desejo de poder como um instinto vital.

A terceira categoria de teorias é a das que buscam as causas da guerra nas instituições criadas pelo homem. A guerra será, então, resultante dos impulsos e necessidades da vida em sociedade que, por vezes, chegam a conduzir os homens contra suas próprias crenças. Esta categoria inclui:

— as *Teorias Psicossociais*, que destacam, entre outros aspectos, a correlação entre conflito externo e conflito interno, a imperiosa necessidade de conservação do tríptico INIMIGO — ALIADO — HERÓI, como motivação para o altruísmo da juventude e, ainda, a existência ou formação dos chamados "centros demográficos explosivos". Todos esses aspectos seriam causas de guerra, associados ou não a outros fatores.

— as *Teorias Econômicas*, que atribuem as causas da guerra a interesses econômicos, considerando que os demais fatores apenas mascararam os verdadeiros intuitos de possuir cada vez mais. De acordo

com essas teorias, o que existe, no fundo de tudo, é a velha luta pela sobrevivência ou por maiores riquezas, racionalizadas com outras motivações para não ferir códigos de ética e valores.

— por último, as *Teorias Políticas e Ideológicas*, que atribuem as causas da guerra aos interesses políticos e ideológicos, pois a guerra entre duas nações é sempre, fundamentalmente, uma decisão política dos governos. Entre essas teorias, é bom lembrar que se inclui a teoria *marxista-leninista* do imperialismo internacional, que atribui ao capitalismo a principal causa das guerras, reinventando, dessa forma, a velha teoria medieval conhecida como *teoria diabólica da guerra*, que consiste em descobrir um bode expiatório para tudo de ruim que possa acontecer.

Deixando de lado a impostura das teorias marxistas, não podemos deixar de conhecer que as causas políticas da guerra constituem seu fator determinante. O que resta discernir é se essas causas serão as primeiras, que é o que procuramos para identificar as origens da guerra, ou, apenas, as últimas, sobre o que parece não restar dúvida. A conclusão a que, no momento, podemos chegar, quanto às causas e origens da guerra, é que cada uma das teorias que sumariamente analisamos enfoca um aspecto da verdade que procuramos. A própria Teoria dos Valores ainda tem sua validade, pois o homem continua lutando por aquilo em

que acredita. Mas a verdade total ainda não está determinada.

Entretanto, logo após a religião, o assunto sobre o qual mais se escreveu até hoje é a Guerra. Além dos militares que, por dever de ofício, necessitam conhecê-la em todos os seus aspectos, pois devem estar preparados para enfrentá-la, a guerra, esse drama "apaixonante e assustador" a que se refere JOMINI, tem atraído a atenção e o interesse de intelectuais de todos os ramos do saber e de profissionais das-mais diversas categorias. Escritores, poetas, historiadores, filósofos, pensadores, sociólogos, biólogos, antropólogos, juristas, físicos, matemáticos, astrônomos, religiosos, economistas, enfim, todos julgam conhecê-la, alguns por terem-na vivido ou sentido seus efeitos. A partir de 1945, surgiu uma nova disciplina — a POLEMOLOGIA, que visa ao estudo científico da guerra do ponto de vista sociológico. Talvez um dia possamos elaborar uma teoria científica que explique as razões da guerra. Mas essa teoria terá que contar com o concurso de muitos campos e muitas disciplinas: — a psicologia, a psicossociologia, a biologia, a história, as ciências políticas, a sociologia, a antropologia, a teoria das comunicações, a estratégia e também as ciências normativas, a religião, a teologia, o direito e a filosofia.

CONCLUSÃO

O Homem Militar, elemento essencial à sobrevivência da Pátria,

verdadeiro braço-armado da nação, não existe na natureza nem no mercado de trabalho. Tem que ser formado, especializado, aperfeiçoado e desenvolvido, o que constitui o objetivo essencial do Ensino Militar, cujos parâmetros básicos são o HOMEM, o FUTURO e a GUERRA.

O Centro de Estudos de Pessoal, estabelecimento de ensino, pesquisa e seleção nos setores da educação, da pedagogia, da psicologia, da comunicação social, da técnica de ensino e da habilitação profissional, tem enorme responsabilidade de no aprimoramento do ensino militar e nos esforços para fornecer ao nosso Homem um ensino de melhor qualidade possível, compatível com as reais possibilidades do nosso Exército.

É indispensável um esforço contínuo para a criação e o manutenção de uma base moral, ética e técnico-profissional deste Homem, estimulando-se sem cessar o amor à carreira, o espírito militar e o sentido de profissionalização.

Há que fortalecer-lhe as convicções democráticas e realçar-lhe a importância dos valores morais e espirituais. Há que nele desenvolver o espírito de cooperação, a capacidade de atuar em equipe e o gosto pelas mais nobres virtudes militares.

Esforcemo-nos para incutir-lhe o sentimento da necessidade de preocupar-se com seu aprimoramento profissional e com as re-

responsabilidades que lhe estão afetadas no quadro da sociedade nacional. É preciso mostrar-lhe as reais condições de nossa força na atualidade e suas projeções para o futuro, a fim de que se torne um elemento útil e valioso na melhoria e desenvolvimento de nossa capacidade operacional.

Aos que se preparam para as funções de Chefia ou Comando, é preciso convencê-los de que, antes de tudo, serão *condutores de homens* em condições especiaisíssimas,

pois, arriscando as próprias vidas, poderão ser conduzidos para a glória ou o desastre.

Seus estudos deverão incluir os fatores conscientes e inconscientes da espécie humana, os fatores internos e externos de uma sociedade e os elementos racionais e irracionais desta criatura paradoxal — o HOMEM, conjunto de fera e anjo, que tem os pés no chão, no barro e na poeira, mas cujos olhos estão voltados para o céu, as estrelas, o infinito.

(Aula inaugural no Centro de Estudos de Pessoal — CEP — Rio de Janeiro)

O General-de-Exército Alzir Benjamin Chaloub é atualmente Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, do Exército.



O CONE SUL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL

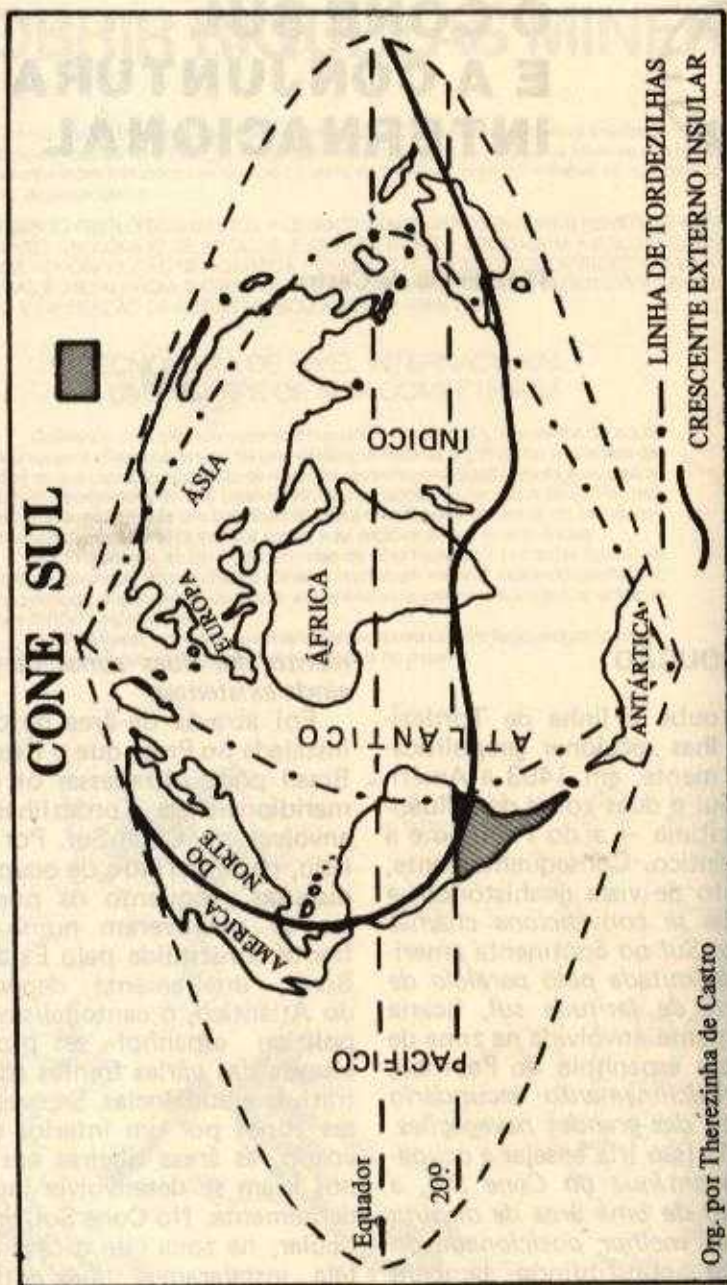
Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

Coube a linha de Tordezilhias sectionar geopoliticamente, em 1493 a América do Sul e duas zonas de influência marítima — a do Pacífico e a do Atlântico. Conseqüentemente, do ponto de vista geohistórico, a área que se convencionou chamar de *Cone Sul* no continente americano, delimitada pelo paralelo de 20 graus de latitude sul, ficaria praticamente envolvida na zona de influência espanhola do Pacífico, num posicionamento secundário na época das grandes navegações. (Mapa 1) Isso iria ensejar a ocupação descontínua do Cone Sul, a formação de uma área de disputa na região melhor posicionada do Atlântico, constituindo também o fator remoto para o estabeleci-

mento das duas zonas de tensão ainda existentes.

Foi através da área de disputa instalada no Prata que o Estado do Brasil pôde ultrapassar os limites meridionais de Tordezilhias e se envolver no Cone Sul. Por outro lado, neste período de ocupação e disputas, enquanto os portugueses se mantiveram numa única frente constituída pelo Estado do Brasil, inteiramente dependente do Atlântico, o cantonalismo geopolítico espanhol se projetava através das várias frentes administrativas e audiências. Separadas essas zonas por um interior despovoado, as áreas ribeiras aos oceanos iriam se desenvolver independentemente. No Cone Sul, em particular, na zona que tocava a Castela, instalaram-se duas entidades administrativas — a *Capitania do*



Chile e o Vice Reino do Prata, desmembrados do Vice Reino do Peru. A partir de então se acentuaria o isolamento do Chile, mas não a do Vice Reino do Prata, dotado em seus limites de duas frentes — a maior no Atlântico, a outra no Pacífico, em parte da atual Província chilena de Antofagasta, até onde se estendia a autoridade da Audiência de Charcas, cidade boliviana que tem hoje o nome de Sucre.

Em consequência, a individualidade geohistórica alimentada pelo cantonalismo geopolítico espanhol, associada ao fator fisiográfico de um terreno montanhoso, contribuíram para a "balcanização" do Cone Sul, subdividindo a área em cinco países de língua espanhola.

No contexto histórico, vamos observar que as duas entidades geopolíticas formadas pelo Vice Reino do Prata e Capitania do Chile foram sempre núcleos secundários, já que a parte meridional do continente que forma o Cone Sul viveria em função da orientação mercantilista do Vice Reino do Peru, o ativo centro mineiro. Por sua vez, o próprio Vice Reino do Peru iria girar na órbita de atração do Atlântico Norte, via Istmo do Panamá, apartando-se do Pacífico. Em se tratando da área do Cone Sul, dependente do Pacífico, a ação espanhola extrapolava a própria região para se desenvolver bem mais ao norte no eixo Peru-Novas Hébridas e México-Filipinas; ficava também, por outro lado, praticamente alijada das rotas comerciais a área do Cone Sul depen-

dente do Atlântico, a não ser a região platina.

A exclusão da mobilidade marítima constituía, de um modo geral, fator negativo para o Cone Sul ao se iniciar a implantação da cultura ibérica no continente; fator negativo mesmo em presença da Rota do Estreito de Magalhães, bem menos promissora em atingir as Índias das especiarias que a Rota do Cabo. Disto se depreende ter sido a ocupação e desenvolvimento do Cone Sul bem mais voltada para o Atlântico do que para o Pacífico; contribuindo, conseqüentemente, para o estabelecimento de uma zona de tensão na foz do Prata, transformada sobretudo a partir de 1680 num processo dinâmico de domínio da bacia hidrográfica entre portugueses e espanhóis. Zona de tensão que se manteria até fins do século XIX quando no Cone Sul já coexistiam o Brasil ao lado de uma América Hispânica "balcanizada" com a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

No âmbito do Cone Sul, em se tratando do fenômeno da *disjunção geopolítica*, enquanto o Vice Reino do Prata se viu bem mais envolvido na contenda pela posse da Bacia Platina, a Capitania do Chile tomava a si o processo inicial da exploração da região transandina da Patagônia. Por sua quase marginalização dentro da mobilidade marítima, embora hoje incluída no domínio político da Argentina, a Patagônia se mantém como zona geopolítica neutra. É que Buenos Aires, desde o passado, vem se constituindo num au-

têntico terminal de rotas no Atlântico, mantendo praticamente ociosos 80% de seu litoral para o âmbito internacional. *O dinamismo marítimo do Cone Sul no Atlântico se atém ao eixo da Bacia do Prata*, onde o Brasil instalou os seus *Corredores de Exportação*, que, extrapolando o complexo hidrográfico, atinge Vitória.

Fenômeno paralelo ocorre na área do Pacífico, onde o Cone Sul conta apenas com o Chile com seus 4.000 km de extensão por apenas 200 km de largura máxima. O núcleo mais ativo deste país-negra se concentra no chamado *Vale Central onde vivem 90% da população em torno do eixo Valparaíso-Santiago, também voltado para o Atlântico via transcontinental* que atinge Buenos Aires. Concluimos, pois, que as imensas distâncias marítimas não aproveitadas devidamente, tal como ocorre na Patagônia argentina, contrastando com *a atividade costeira brasileira*, se refletem no Chile, como fator altamente desfavorável.

Observa-se assim que, em se tratando do Cone Sul, zona na mais alta dependência Atlântico-Pacífico, a mentalidade marítima é mais caracterizada no Brasil; mesmo num confronto com o Chile, seu antípoda geográfico no Cone Sul, onde a mentalidade marítima deveria se impor bem mais em face do determinismo. Nesse mesmo Chile onde as grandes distâncias norte-sul dificultando o desenvolvimento, transformaram, conseqüentemente, o Vale Central no aparelho compensador dos desequilíbrios.

Já país bem mais harmônico, de forma compacta, o Uruguai, com seu litoral de águas pouco profundas, também se vê afastado da mentalidade marítima, mantendo em Montevidéu o seu núcleo de predominância não apenas geoeconômica, como ainda geohistórica, geopolítica e geoestratégica. A implantação de Montevidéu (1726) como praça-forte espanhola teve por finalidade geoestratégica impedir a expansão dos portugueses, sitiando-os na Colônia do Sacramento, em posicionamento mais interiorizado no Prata. Em contrapartida, para impedir que o núcleo de Montevidéu abrangesse área maior, o governo português mandou povoar a Colônia do Rio Grande de S. Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) a partir de 1737.

Conclui-se, então, que do ponto de vista geopolítico, o desejo de domínio do Estuário do Prata, zona de importância vital no Cone Sul, desencadeou todo um processo secular de lutas no Uruguai, apressando o povoamento do Rio Grande do Sul, concedendo ao Brasil um território mais além de Tordezilhas, cujos limites paravam em Santa Catarina.

Em 1870 o ambiente de coexistência afastaria do Prata, foco de três séculos de lutas, as idéias de domínio da bacia. Mesmo afastado da foz, o Brasil não se manteve alheio a essa bacia cujos rios formadores — o Paraguai, o Paraná e o Uruguai — têm em seu território suas respectivas nascentes. Exceituando-se o Chile, que não se integra nessa bacia, *os demais países*

do Cone Sul estão ligados desde 1969 por um acordo de cooperação e desenvolvimento — o Tratado da Bacia do Prata.

Principal porta de entrada para o hinterland do Cone Sul, a Bacia do Prata se apresentou até os anos 60 dentro do dinâmico eixo natural norte-sul, que, com a atração em face do determinismo, induzia os países interiorizados — Bolívia e Paraguai, a depender da Argentina e Uruguai detentores da foz, para suas saídas diretas rumo Atlântico. Dentro, porém, do enfoque geopolítico de que a chave de controle da bacia se encontrava no Paraguai, tornou-se possível a implantação do eixo transversal de saída dos dois países interiores também pela costa brasileira. Eixo que se positivou tendo em vista que das sete fronteiras binacionais coexistentes no âmbito da Bacia do Prata, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas marcando, pois, os dois países suas presenças constantes nessa sub-região do Cone Sul.

Assim, *ao geocentrismo da foz conseguiram se impor as várias saídas que dinamizaram o litoral brasileiro no Cone Sul.* Aos Corredores de Exportação do Rio Grande, Paranaguá e Santos, veio se juntar também o de Vitória, desmarginalizando-se vasta área do interior do Cone Sul, que, embora delimitada pelo paralelo de 20 graus, avança pouco além do enlace Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, buscando as nascentes do Prata.

Dentro, porém da política integracionista da área interiorizada do Cone Sul, o Brasil tem que se

ater ao contraste. Contraste que mostra o Paraguai com o seu ecúmeno estatal mais voltado para o Brasil, e que, sendo país de planície, integrado totalmente ao Prata, numa caracterizada mesopotâmia, facilita mais os contactos com o nosso território. Já a Bolívia, com seu ecúmeno estatal no altiplano mais dependente do Pacífico, via Cochabamba-Arica, apresenta sua área geopolítica neutra voltada para o Brasil numa atração atlântica bem menor que a do Paraguai.

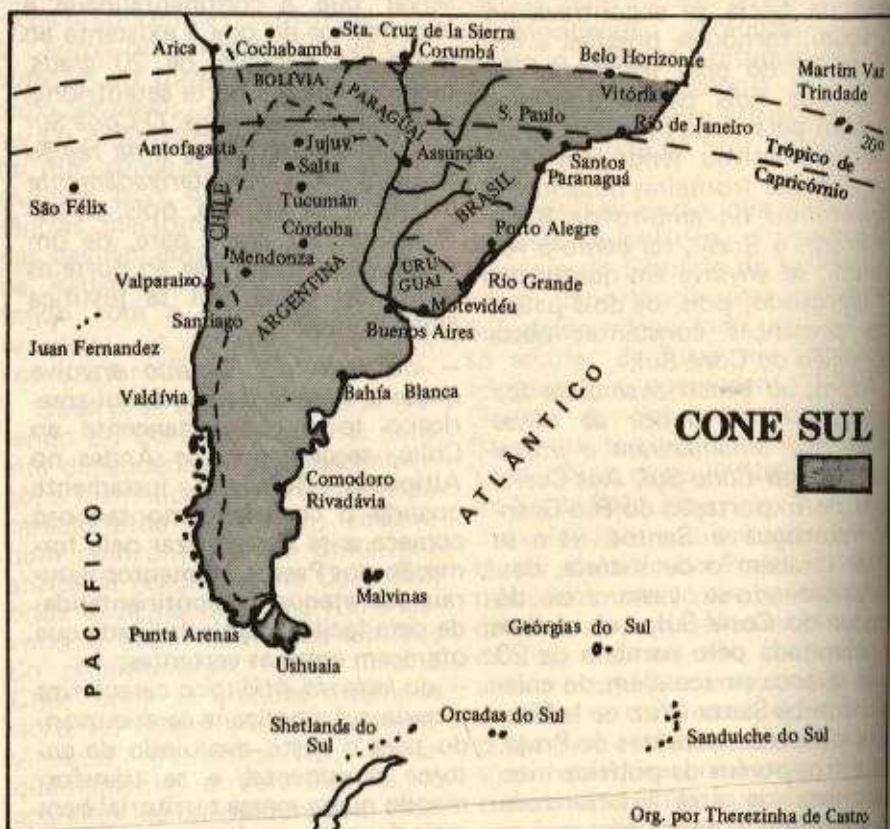
Do exposto, mesmo diante dos países interiorizados, podemos observar que a continentalidade é bem menor do que a existente ao norte do paralelo de 20 graus, quando, em sua parte setentrional o continente se alarga. *O Cone Sul é, conseqüentemente, uma região de influência caracterizadamente marítima.* A escolha, pois, do paralelo de 20 graus para, de um modo geral, delimitar ao norte as terras do Cone Sul se justifica ainda porque:

— *do lado do Pacífico* envolve quase a metade do litoral sul-americano todo ele pertencente ao Chile, seccionando os Andes no Altiplano Boliviano justamente quando o complexo montanhoso começa a se caracterizar pela formação dos Passos, elementos naturais que atenuam a continentalidade pela fácil comunicabilidade que oferecem entre as vertentes;

— *do lado do Atlântico* caracteriza a costa sul-americana se encurvando para o oeste, evoluindo do entorce continental e se transformando numa massa territorial bem mais dependente dos oceanos.

O Cone Sul envolve grosso modo o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil, com interesses diretos também acima do paralelo de 20 graus só se integra parcialmente no Cone Sul; mas é aí que tem o seu ecúmeno estatal, bem como o seu núcleo vital no triângulo geopolítico formado por S. Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Enquanto a presença da Bolívia no Cone Sul, particularmente bem menos efetiva, se caracteriza notadamente através dos pólos de atração de seus vizinhos com saídas para o mar. (Mapa 2)

Nesse conjunto, o papel do Brasil é importante a despeito de seu território não atingir como o do Chile e da Argentina, o extremo sul. É que o *Cone Sul como um apêndice continental tem seu valor geoestratégico pela cunha que faz no Atlântico-Pacífico*; e, embora não chegue até a região dos canais e estreitos, nesse apêndice, a participação do Brasil é essencial quer pelo manejo ativo que exerce na costa atlântica, quer pela atração dinâmica leste-oeste que mantém no âmbito da Bacia do Prata.



ZONA DE PROTEÇÃO

Observando-se as mais diferentes projeções cartográficas do Cone Sul veremos sempre *uma constante em sua zona contígua* — a parte da *Antártica Sul-Americana com os arquipélagos sub-antárticos, a África do Sul, e, num posicionamento mais remoto, a Austrália*. (Mapa 3) E, nesse cenário geral, o Cone Sul se destaca como uma cunha natural que se projeta em direção da Antártica. Essa cunha, terminal do continente sul-americano, além do *Estreito de Drake* com águas internacionais, domina *Magalhães e Beagle* com águas territoriais, na mais intrínseca e variada comunicação entre o Atlântico e o Pacífico.

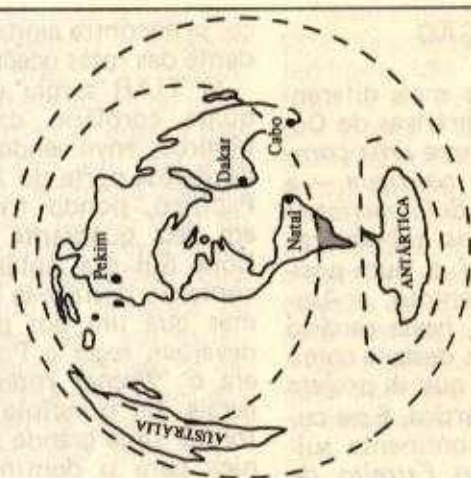
Embora Mackinder tenha partido do Poder Terrestre para o domínio mundial com base no hemisfério norte, não prescindiu do Poder Marítimo envolvido pelo *Crescente Externo Insular*, que além da Austrália e América do Norte abrange o Cone Sul e sua zona de projeção, a África do Sul. (Mapa 4)

Mackinder faleceu em 1946, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando esse *Crescente Externo Insular* se encontrava ainda defendido pela distância dos centros de decisão localizados na Europa. Centro de decisão que hoje se estende para a América do Norte, e que com o avanço da técnica e o aparecimento do Poder Aéreo, tornou essa área vulnerável, visto que o homem, embora venha promovendo a conquista do espa-

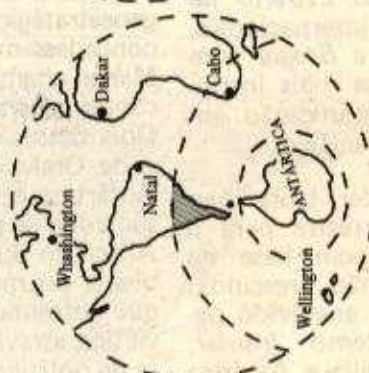
ço, se encontra ainda muito dependente das rotas oceânicas.

O TIAR surgiu em 1947 num quase corolário da Doutrina de Monroe, envolvendo em sua zona de defesa parte do Atlântico e do Pacífico, pondo frente a frente, em seu quadrante meridional o Cone Sul e a Antártica. E, nesse contexto destaca-se Mahan ao afirmar que um dos princípios que deveriam reger o Poder Marítimo era o *"flechar rotas"*. Em linhas gerais, tal princípio consistia em formar uma grande marinha oceânica para o domínio de pontos geoestratégicos; pontos esses que concedessem o controle do que Mahan chamava de *"vasos comunicantes geográficos interoceânicos"*. Dois desses vasos comunicantes — o de Drake entre o Cone Sul e a Antártica e o do Cabo ao Sul de sua zona de projeção formada pela África do Sul, caracterizam o problema do mundo ocidental tendo que enfrentar o expansionismo soviético através da intervenção direta na política particular das nações que não são potências. (Mapa 4)

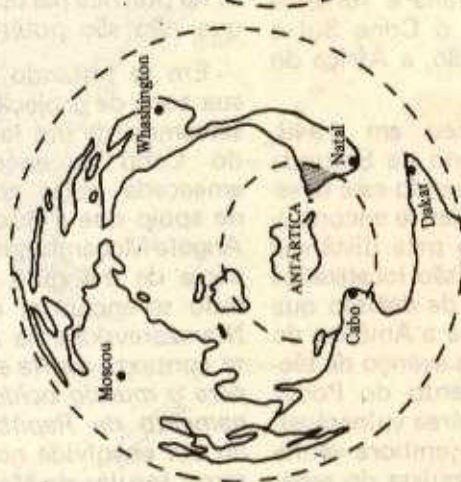
Em se tratando do Cone Sul e sua zona de projeção imediata, observamos, de um lado, que a Rota do Cabo se encontra bastante ameaçada pelas novas estruturas de apoio que a Rússia mantém em Angola-Moçambique, e, numa espécie de triângulo geoestratégico, indo se encontrar com a base de Novozarevskaia na Antártica. Neste contexto *avulta em importância para o mundo ocidental o posicionamento da República da África do Sul* envolvida no *Crescente Externo Insular* de Mackinder e inte-



CONE SUL



Posicionamento



Org. por Therczinha de Castro

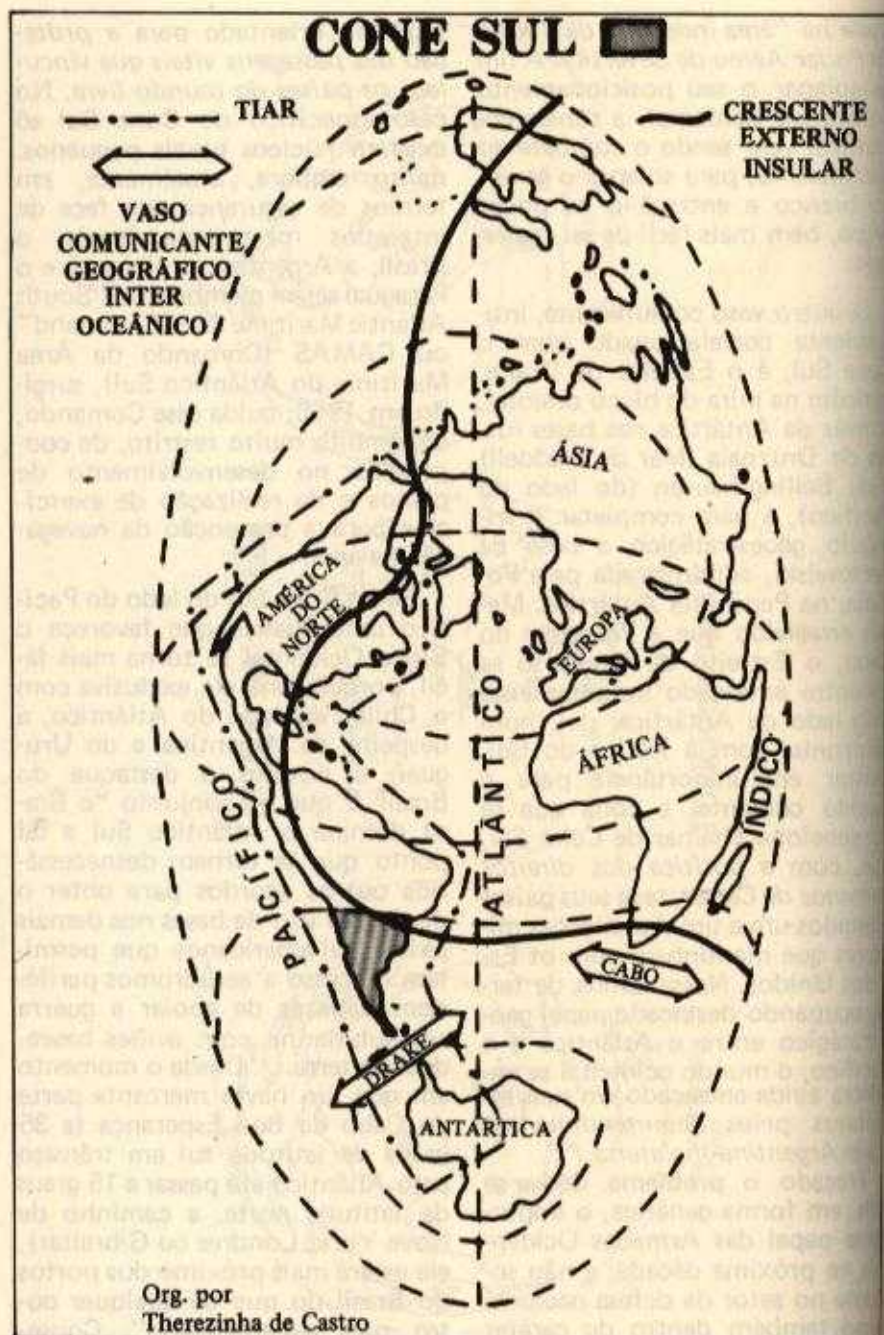
grada na "área indecisa" da Teoria do Poder Aéreo de Seversky. A fim de solapar o seu posicionamento no mundo ocidental, a tônica comunista vem sendo o *combate ao apartheid*, para solapar o governo branco e entregá-lo ao poder negro, bem mais fácil de ser manejado.

O outro vaso comunicante, intimamente correlacionado com o Cone Sul, é o Estreito de Drake, também na mira do bloco oriental, através da Antártica nas bases russas de Druznaia (Mar de Weddell) e de Bellingshausen (do lado do Pacífico), e para completar o triângulo geoestratégico a base de Arctowski, administrada pela Polônia, na Península Antártica. Menos envolvido que a Passagem do Cabo, o Estreito de Drake só se encontra ameaçado indiretamente pelo lado da Antártica; daí, num confronto com a África do Sul, avultar em importância para o mundo ocidental a zona que se convencionou chamar de *Cone Sul*, que, com a *política dos direitos humanos de Carter*, teve seus países afastados um a um das alianças militares que mantinham com os Estados Unidos. Nessa cunha de terra, ocupando destacado papel geoestratégico entre o Atlântico e o Pacífico, o mundo ocidental se encontra ainda ameaçado em suas estruturas pelos *desentendimentos Chile-Argentina-Inglaterra*.

Traçado o problema, deriva-se dele, em forma genérica, o importante papel das Armadas Ocidentais na próxima década; e não somente no setor da defesa nacional como também dentro do caráter

regional, orientado para a *proteção das passagens vitais que vinculam os países do mundo livre*. No caso específico do Cone Sul só existem núcleos navais pequenos, muito embora, atualmente, em termos de segurança, em face de interesses meramente locais, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai sejam membros do "South Atlantic Maritime Area Command" ou CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul), surgido em 1956; cuida esse Comando, em âmbito muito restrito, da cooperação no desenvolvimento de planos e da realização de exercícios para a prevenção da navegação na área.

Se no Cone Sul do lado do Pacífico uma aliança que favoreça o Bloco Ocidental se torna mais fácil, porque seria ela exclusiva com o Chile, do lado do Atlântico, a despeito da Argentina e do Uruguai, é notório o destaque do Brasil. É que no conjunto "o Brasil domina o Atlântico Sul a tal ponto que se tornam desnecessários outros acordos para obter o direito ao uso de bases nos demais países sul-americanos que permitam o acesso a aeródromos periféricos capazes de apoiar a guerra anti-submarina com aviões baseados em terra. . . Desde o momento em que um navio mercante parte do Cabo da Boa Esperança (a 35 graus de latitude sul em trânsito pelo Atlântico até passar a 15 graus de latitude norte, a caminho de Nova York, Londres ou Gibraltar), ele estará mais próximo dos portos do Brasil do que de qualquer outro país sul-americano". Conse-



qüentemente, conclui o Contra-Almirante Clarence A. Hill Jr.*, negociar acordos com apenas um país sobre o uso de bases "fornece flexibilidade máxima no movimento de aeronaves de uma base para a outra, e permite a concentração de forças em qualquer área da rota de comboio, segundo as condições o exigirem".

A OTAN possui uma estratégia defensiva para o Atlântico Norte levando os Estados Unidos a se voltarem mais para o eixo leste-oeste, em detrimento do eixo norte-sul, e, conseqüentemente, do TIAR, tal como ocorreu na crise das Malvinas, mas não na questão de Granada.

O eixo leste-oeste se enfrentou e se enfrenta no Crescente Interno Marginal, numa linha que vai da Inglaterra ao Japão atravessando o Oriente Médio e periferia da Ásia, onde estouraram conflitos localizados logo após a Segunda Guerra Mundial. Esse eixo leste-oeste terá que se preparar para se enfrentar na área do Crescente Externo Insular, onde o ponto mais vulnerável, a África Austral, se encontra na zona de projeção do Cone Sul. (Mapa 4)

ZONAS DE ATRITO

O Cone Sul possui, em estado latente, *duas zonas de atrito*, nos seus extremos setentrional e meridional.

No *extremo setentrional* os Andes separam a Bolívia do Chile formando o Altiplano Boliviano nu-

ma largura de 650 km, com altitude de 6.500 metros; nessa área em que predomina a exploração mineira, também se envolve a Argentina através de sua região natural dos Andes Áridos.

Aliás, neste altiplano que se estende ainda bem mais acima do paralelo de 20 graus, a febre da mineração, no passado colonial, deteve os espanhóis por algum tempo, deixando quase que abandonado o setor meridional em sua área hoje chamada de Cone Sul. Por outro lado, a febre da mineração contribuiu também para que se desrespeitasse a fisiopolítica do altiplano — o norte, comandado por La Paz, de subsolo mais rico ficaria ligado ao Vice Reino do Peru, enquanto o sul, comandado por Charcas (atual Sucre), passava a girar na órbita do Vice Reino do Prata, criado em 1763. Por outro lado, encurralado pelos Andes, no Pacífico, o Chile, como Capitania Geral, passaria a viver administrativamente isolado.

Eram imprecisos os limites entre os Vice Reinos do Peru e do Prata, concorrendo, a despeito da Audiência de Charcas, para o expediente histórico de 1825 que daria origem à Bolívia; como eram igualmente imprecisos os limites entre a Capitania Geral do Chile e do Vice Reino do Prata, que começavam num deserto de areia, e se internavam pelo deserto gelado da Terra do Fogo. Eis, pois, a *origem remota da "balcanização" do Cone Sul, bem como das duas zonas de atrito envolvendo o Chile-Bolívia e o Chile-Argentina.*

*"O Atlântico Sul" — Conferência pronunciada na Escola de Guerra Naval — Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970.

No extremo setentrional do Cone Sul, onde se repartiam as terras do Vice Reino do Prata e da Capitania do Chile, a paisagem do altiplano é bastante seca, o ar rarefeito, enquanto os ventos fortes se associam como que para impedir a implantação de aglomerados urbanos. Na zona dos salares o litoral era, na prática, secundário: Salta e Jujuy viviam no passado do intercâmbio do ouro e da prata com o Peru. Do lado boliviano, desde o passado, nessa rica região desértica da puña, além de Sucre, a capital legal do país, destaca-se o centro de mineração de Potosi. (Mapa 5)

As serras que atravessam a zona desértica da puña apresentam entre si verdadeiras bacias; nestas, as antigas erupções vulcânicas formaram extensos depósitos de sais cobertos por argila formando os salares. São justamente esses desertos salgados ou salares que dão unidade à paisagem dessa zona setentrional do Cone Sul, hoje dividida entre a Bolívia, o Chile e a Argentina.

Os numerosos salares atraíram no passado levadas de mineiros, exploradores de sal e bórax. Eram espanhóis conduzidos pelos incas através de *dois passos ou gargantas*: o de *Humauaca*, unindo os atuais territórios da Bolívia e Argentina, e o de Santa Rosa que levou os bolivianos para o litoral. De difícil acesso, mas essencial à circulação; o Passo de Santa Rosa leva hoje o sistema ferroviário boliviano até Arica, restringindo-se à vertente do Pacífico; situação que poderá mudar quando comple-

mentados os 300 km do trecho ferroviário Santa Cruz de la Sierra-Cochabamba. Foi o Passo de Humauaca que permitiu a passagem da ferrovia unindo a Argentina ao altiplano, região importante não só por seus recursos minerais como por seu posicionamento. Trata-se, dentro do sentido próprio, do *"heartland" da América do Sul* pela imunidade que sempre apresentou contra os ataques marítimos.

Mais ao sul, já fora da zona salitreira propriamente dita, o *Passo de Uspalata* é aproveitado pela transcontinental, a única do Cone Sul, que une Buenos Aires a Valparaíso.

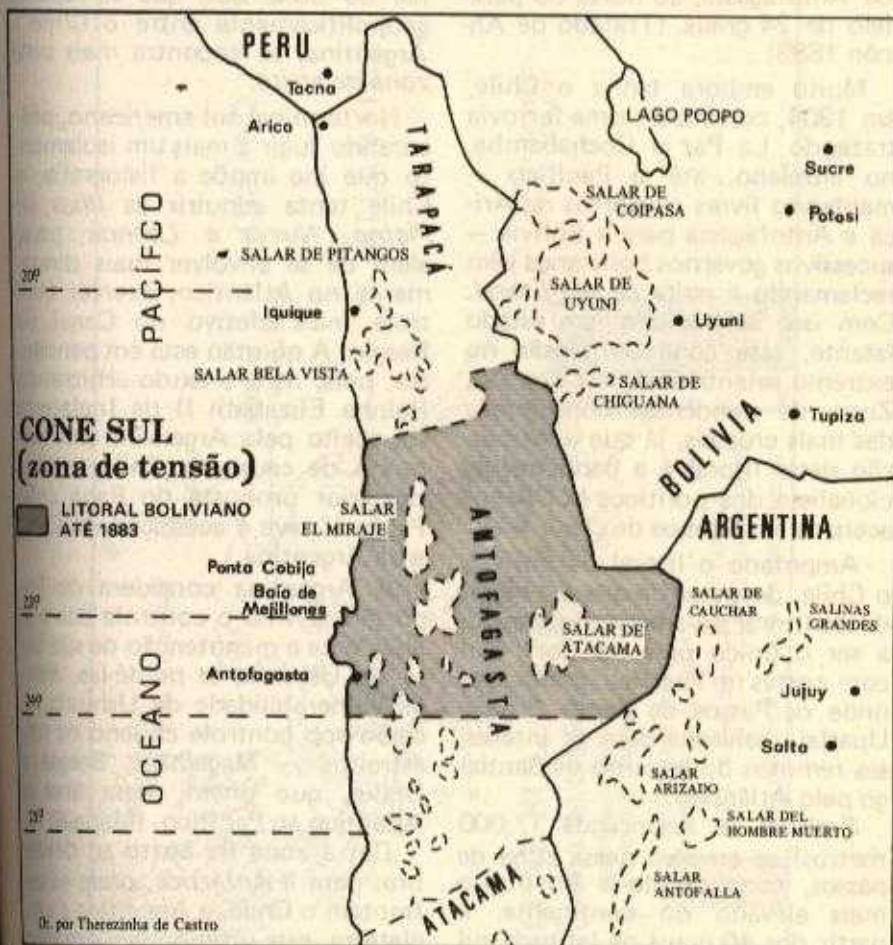
No passado colonial a Capitania do Chile esteve praticamente afastada das atividades salitreiras. No entanto, seus habitantes sempre ambicionaram estender o território para além do Deserto de Atacama, não só para propiciar maior intercâmbio com o Vice Reino do Peru, como por saberem que debaixo das areias havia pequenas pedras, que os exploradores de salitre chamavam de *"costras"*. Os salares seriam, assim, em fins do século XIX a *causa econômica da Guerra do Pacífico*, que manteve a Argentina à margem, mas além do Chile e Bolívia envolveu o Peru. A atual Província do Atacama (até onde se estendia a Capitania do Chile), é assim a zona que antecede os territórios contestados do Cone Sul, estendendo-se por Antofagasta e Tarapacá. (Mapa 5)

Em 1866, após a Guerra contra a Espanha, pela disputa das Ilhas Chinchas, foi firmada uma Convenção entre a Bolívia e o Chile,

fixando entre os dois países a fronteira pelo paralelo de 24 graus. No entanto, ante o contraste de um Chile bem mais povoado próximo a essa região salitreira e uma Bolívia com seus centros populacionais afastados, o espaço intermerdiário entre 23 e 25 graus foi submetido a um regime de condômino.

Os dois países deveriam explorar essa área em comum repartin-

do os lucros que adviessem dos salares. Tal regime misto transformou a referida região; a zona localizada ao sul do paralelo de 24 graus, já inteiramente absorvida pelos chilenos, mostrou necessitar do espaço vital acima do paralelo-limite, dependente politicamente da Bolívia, porém desenvolvido por capitais e mão-de-obra chilenos instalados em Antofagasta. (Mapa 5)



Em fins do século XIX, apoiada pelo Peru, a Bolívia resolveu fazer valer seus plenos direitos, descontentando o governo chileno e provocando, conseqüentemente, em 1879, a Guerra do Pacífico.

Vencedor, o Chile anexou as províncias peruanas de Tacna e Tarapacá; a primeira retornaria ao Peru em 1929. Quanto à Bolívia, ficava sem o seu litoral, integrado ao Chile como parte da Província de Antofagasta, ao norte do paralelo de 24 graus. (Tratado de Ancón 1883)

Muito embora tenha o Chile, em 1904, construído uma ferrovia trazendo La Paz e Cochabamba, no altiplano, até o Pacífico — mantendo livres os portos de Arica e Antofagasta para a Bolívia — sucessivos governos bolivianos vêm reclamando *a volta de seu litoral*. Com isso se mantém, em estado latente, essa zona de tensão no extremo setentrional do Cone Sul. Zona de pendência considerada das mais cruciais, já que a devolução desse litoral é a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Amputado o litoral da Bolívia, o Chile, detentor de quase a metade do litoral sul-americano, passou a ser o único país do Cone Sul com costas no Pacífico, numa área onde os Passos de Santa Rosa e Upaslata salvaguardam os interesses remotos do governo de Santiago pelo Atlântico.

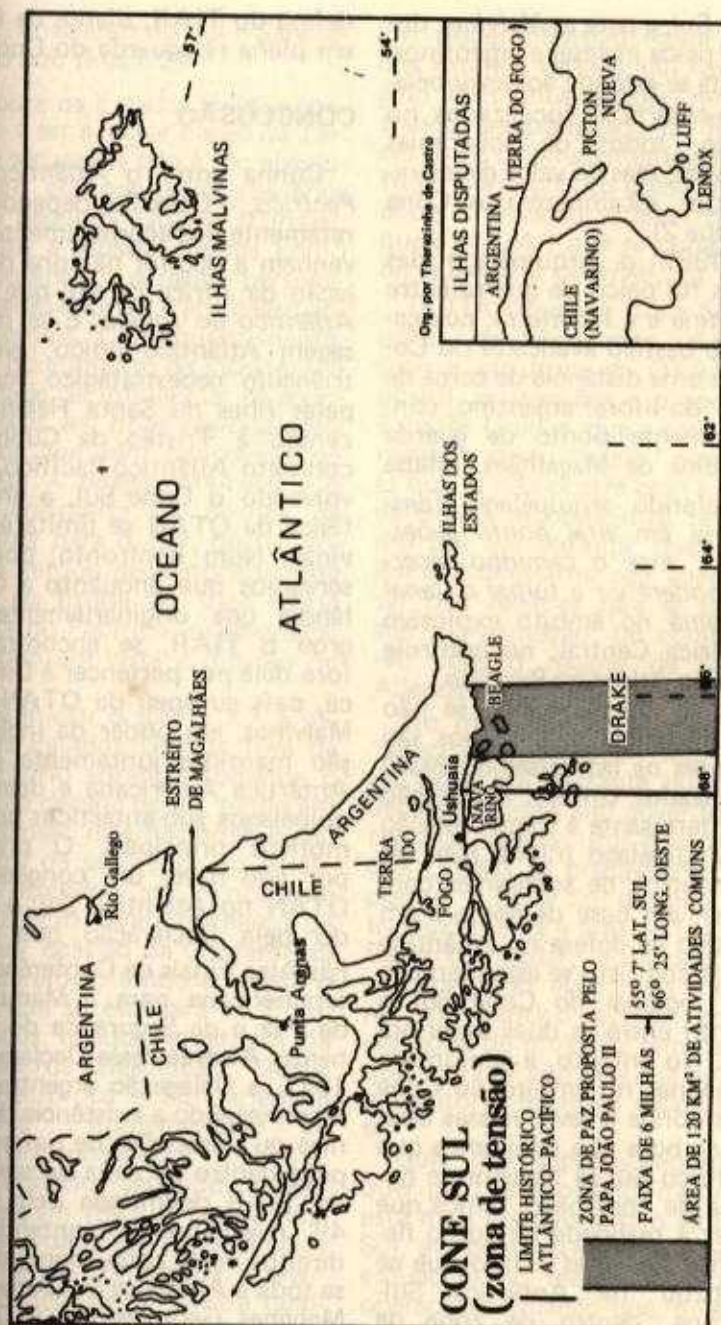
Embora o Aconcágua (7.000 metros) se envolva nessa zona de passos, constituindo-se no ponto mais elevado do continente, a partir dos 40 graus de latitude sul

as montanhas que se repartem numa *intrincada fronteira artificial entre o Chile e a Argentina* vão perdendo em altitude e se multiplicando em lagos e ilhas. Na Terra do Fogo desaparece a Cordilheira dos Andes; as terras baixas apresentam-se então com suave inclinação para o Atlântico formando emaranhada *rede de estreitos labirínticos povoada por numerosas ilhas*. (Mapa 6) Nessa área meridional do Cone Sul, que se reparte geopoliticamente entre o Chile e Argentina, se encontra mais uma *zona de atrito*.

No terminal sul-americano, procurando fugir a mais um isolamento que lhe impõe a fisiografia, o Chile tenta adquirir as *Ilhas de Picton, Nueva e Lennox* para, além de se envolver mais diretamente no Atlântico, exercer controle mais efetivo do Canal de Beagle. A questão está em pendência, pois, nem o laudo arbitral da Rainha Elizabeth II da Inglaterra foi aceito pela Argentina por dar ganho de causa ao Chile; nem a posterior proposta do Papa João Paulo II teve a aceitação do Chile e da Argentina.

A Argentina considera de importância vital o controle das três ilhas para a manutenção de sua base de Ushuaia; se perdê-las, além da vulnerabilidade de Ushuaia, ficarão sob controle chileno os três estreitos — Magalhães, Beagle e Drake, que unem nessa área o Atlântico ao Pacífico. (Mapa 6)

Dáí a zona de atrito se desdobra: para a *Antártica*, onde se enfrentam o Chile, a Argentina e a Inglaterra, este último, país estranho



ao Cone Sul; e para as *Malvinas* disputadas pelos ingleses e argentinos. A disputa se estende aos *arquipélagos sub-antárticos* localizados no Atlântico, todos de soberanias contestadas, mas de valor geoestratégico por escalonarem o Cone Sul. (Mapa 2)

em 1982 o Arquipélago das Malvinas foi palco de guerra entre a Argentina e a Inglaterra, cobijado como bastião avançado do Cone Sul, a uma distância de cerca de 700 km do litoral argentino, conseqüentemente ponto de guarda do Estreito de Magalhães. (Mapa 6) O referido arquipélago transformou-se em *vital ponto geoestratégico, ante o caminho incerto que poderá vir a tomar o Canal do Panamá* no âmbito explosivo da América Central, no controle do trânsito Atlântico-Pacífico.

No caso das Malvinas, se não são conflitantes, pelo menos são divergentes os interesses do Brasil e dos Estados Unidos. É que não nos é interessante a transformação desse arquipélago (numa zona de quatro outros de soberanias contestadas), em base de apoio a um dispositivo de defesa no Atlântico Sul, pois com isto se estenderia ao âmbito regional do Cone Sul o confronto entre as duas super-potências. No entanto, a conjuntura das Malvinas no âmbito do Cone Sul nos obriga a rever nossas diretrizes; embora não queiramos que o Atlântico Sul se transforme numa área de confronto, temos que nos ater à realidade de que o flechamento de rotas é fato que se concretizou na Antártica Sul-Americana, dentro da zona de

defesa do TIAR, diante de Drake, em plena retaguarda do Cone Sul.

CONCLUSÃO

Cunha entre o *Atlântico e o Pacífico*, o Cone Sul depende indistintamente dos acontecimentos que venham a ocorrer na zona de projeção da África do Sul que une o *Atlântico ao Índico*. E se, na passagem Atlântico-Índico, avulta o triângulo geoestratégico formado pelas Ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, no contexto Atlântico-Pacífico, já envolvendo o Cone Sul, a presença física da OTAN se limita às Malvinas. Num confronto, pois, observamos que enquanto a Groenlândia que originariamente integrou o TIAR, se encontra hoje fora dele por pertencer à Dinamarca, país europeu da OTAN; já as Malvinas, em poder da Inglaterra, são mantidas juntamente com a Antártica Americana e demais arquipélagos sub-antárticos por dois motivos principais. O primeiro, por não haver um congênera da OTAN no Atlântico Sul; o segundo pela Declaração que consta nas Atas Finais da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente. Através dessa Declaração de 1947, a Delegação argentina, não reconhecendo a existência de colônias ou possessões de países europeus dentro da zona de segurança do TIAR delimitada pelo Artigo 4º, reservando e mantendo seus direitos nessa zona, mantém inclusa toda a Antártica Sul-Americana, Malvinas, Geórgias do Sul, Orcadas

do Sul, Shetlands do Sul e Sanduíches do Sul. (Mapa 2)

Embora os Estados Unidos continuem a ser a maior nação da Terra, sua segurança não é tão absoluta como era nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial; enquanto a Rússia emerge como super-potência, surgem personagens transnacionais e entidades governamentais. Consequentemente, dentro do contexto da incerteza, a capacidade de influenciar os acontecimentos em nível regional, tais como os que vêm ocorrendo no Cone Sul — *Beagle, Malvinas e o desejo constante da Bolívia de uma saída para o mar*, no território que herdou geohistóricamente através do litoral do Vice Reino do Prata no Pacífico, se complicaram tendo em vista a difusão do poder.

Ao se iniciar o século XX a defesa dos Estados Unidos fora de seu território abrangia somente o Caribe; na década de 30, tendo em vista a tensão internacional, o seu perímetro de segurança no Atlântico se estendeu até o nordeste brasileiro. Em fevereiro/março de 1945, por ocasião da Conferência de Chapultepec, tendo em vista o inimigo que se esboçara no Eixo, os Estados Unidos insistiram na aprovação da Resolução "Assistência Recíproca e Solidariedade Americana", implementada de forma mais consistente no TIAR.

Esse Tratado, assinado no Rio de Janeiro em 1947, já com a Rússia na qualidade de "sujeito oculto", tinha por finalidade a segurança do hemisfério contra qualquer projeção transoceânica de

um poder ofensivo maior que o dos Estados Unidos; daí haver surgido dois anos depois, no então flanco desguarnecido do hemisfério norte, o complemento da OTAN. Hoje, transcorridos quase quarenta anos, a situação se inverteu, visto que é o TIAR que se complementa, quando é possível, na OTAN.

O TIAR tem no Cone Sul a sua ponta de lança mas não conta com a estrutura da OTAN, nem possui as atenções e o apoio dos Estados Unidos, que a cada dia aumentam o seu "vazio" nessa área. O que já não ocorre com a Rússia, defensora incondicional (até mesmo por via indireta, quando não lhe é interessante agir abertamente) dos regimes que se colocam sob sua proteção, tal como ocorreu com o regime de Salvador Allende no Chile.

No momento em que ocorrem "aberturas políticas" nos países do Cone Sul, durante quase uma década ou mais sob governos militares de direita, urge que os Estados Unidos se precavendam. Isto porque o Cone Sul domina geoestrategicamente a área do Crescente Externo Insular, posicionado no controvertido eixo mais meridional do Atlântico-Pacífico, oceanos em zona de projeção remota, mas que nem por isso deixaria de afetar o território nacional estadunidense.

Quer pelo aspecto geopolítico, quer pelo fisiopolítico, o Cone Sul está mais voltado para o Atlântico Sul, até bem pouco tempo oceano esquecido no teatro potencial de operações; situação que, no entanto, mudou a zona de projeção afri-

cana caindo na "pinça soviética" e o conseqüente sucesso da Doutrina Gorshkov. Nessa conjuntura os países do Cone Sul, e mais des-

tacadamente o Brasil, consideram-se baluartes da minada retaguarda do sistema ocidental, pretendem valer suas posições.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



A DÍVIDA DO BRASIL PARA COM LUIZ DE SOVERAL

Eurípides Cardoso de Menezes

Uma das páginas mais delicadas da história da amizade luso-brasileira é, sem dúvida, o episódio diplomático que terminou com a restituição da nossa Ilha da Trindade, ocupada indevidamente, *manu militari*, pelo Império Britânico, ao tempo da presidência de Prudente de Moraes.

Situada a 600 milhas do litoral do Espírito Santo, descobriu-a em 1501 João da Nova, ficando assim anexada aos domínios de Portugal. Ainda que não povoada, como sucedeu a tantas outras áreas do país, sempre foi brasileira a Ilha da Trindade.

Daí a surpresa do nosso governo ao tomar conhecimento, a 16 de

julho de 1895, através do *Rio News*, jornal inglês que então se editava no Rio de Janeiro, de que a Inglaterra se apoderara da Ilha da Trindade: o Capitão Foley, comandante do navio *Baracowta*, arvorava ali, sem-cerimoniosamente, o pavilhão do seu país!

Iniciou-se a troca de notas diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra, enquanto se alastrava pelo continente uma onda de indignação contra a atitude inglesa, classificada como um ataque intolerável a toda a América.

Declarava o Marquês de Salisbury reconhecer a prioridade portuguesa na descoberta da ilha, alegando, porém, só se haver efetiva-

do a posse no ano de 1700, pelo célebre astrônomo Halley, em nome do governo inglês, sem protesto de Portugal. E que por uma segunda vez, a 24 de dezembro de 1894, se apoderava o Reino Unido da Ilha da Trindade para ali estabelecer uma estação telegráfica.

Impugnando tais alegações, exibiu o nosso representante Carlos de Carvalho provas irrefutáveis guardadas nos arquivos do Brasil e de Portugal: uma delas o enérgico protesto de Portugal quando daquela ocupação efetuada em 1700, bem como uma ordem do Almirantado Inglês, de 22 de agosto de 1782, para que deixassem a ilha as forças inglesas e a restituíssem imediatamente a Portugal. Noutro documento, de 7 de dezembro de 1782, ordenava o Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, a partida da nau *N.ª S.ª dos Prazeres* para que restabelecesse na Trindade a soberania lusitana.

Pulverizados os seus argumentos, deixou Lord Salisbury de fundamentar os direitos ingleses na ocupação feita em 1700. Passou, porém, a argumentar com o fato de continuar desabitada a ilha, alegando, outrossim, que o Tratado de 1825, em que Portugal reconhecia a independência do Brasil, não mencionava a Trindade como parte integrante do nosso território.

Replicamos que o fato provava exatamente o contrário. E mais: que, negociado o Tratado por intervenção amistosa da própria Inglaterra, representada por Sir Charles Stuart, fora o mesmíssimo governo inglês que nos assegurara a soberania na Trindade.

Estavam nesse ponto os debates quando interferiu, por inspiração do *Marquês de Soveral*, o governo de Lisboa, oferecendo, a 1.º de maio de 1896, os seus bons ofícios para uma solução amigável da questão.

Bem significativa a atitude do governo de Lisboa, pois não decorra um ano que reatáramos, a 16 de março de 1895, as relações rompidas injustificavelmente pelo Brasil por haverem dois navios portugueses dado asilo a Saldanha da Gama e outros participantes da revolta da Armada.

A Inglaterra, que influira de modo decisivo no restabelecimento das nossas relações com Portugal, e que tinha na mais alta conta o ilustre chanceler português, antigo e respeitadíssimo representante do seu governo em Londres, aceitou a mediação proposta.

Agindo com admirável presteza, emitia *Luiz de Soveral*, a 20 de julho de 1896, o seu parecer, de que vale a pena recordar estes dois trechos, que transcrevemos *ipsis litteris*.

“Desde que a Ilha da Trindade foi, em princípio do Século XVI, descoberta por João da Nova, então aos serviços destes reinos, e enquanto o Brasil se conservou parte integrante dos domínios portugueses, nunca para nós foi discutível a legitimidade da soberania de Portugal nessa ilha...

Quando, pelo Tratado do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1825, confirmou Portugal a independência de sua antiga colônia, se transferiu a Ilha da Trindade, com as do grupo a que pertence, para a

posse formal do novo Império. Não pode para o Governo de Sua Majestade existir dúvida a tal respeito, embora dessa transferência se não faça especial menção, estando como estava a ilha administrativamente anexa à Província do Espírito Santo, dependente da Capitania Mór do Rio de Janeiro.

É certo que, tendo sido infrutuosas todas as tentativas para a agricultura e povoar, sem exclusão da que se efetuou depois da temporária ocupação aludida, se tem conservado a ilha até os nossos dias sem cultura e sem habitação, e, portanto, aparentemente abandonada. Foi esse aparente estado que induziu a recente e menos exata suposição de abandono definitivo e real, esquecida como estava, e era natural que o estivesse, a correspondência trocada em 1782 e o conseqüente reconhecimento da soberania portuguesa na Trindade pelo Governo Britânico; mas sendo esse abandono transitório determinado apenas pelas condições especiais da ilha, nunca tendo deixado o Governo Brasileiro de afirmar por atos o seu propósito de a possuir, pode esse estado tornar e torna de feito absolutamente explicável o engano sucedido; não pode, porém, no conceito do Governo de Sua Majestade, justificar e legitimar a ocupação e a posse levada a efeito por virtude desse engano. Em presença desses fatos, e a convicção de que lealmente expõe sobre a legitimidade dos direitos que o Governo Brasileiro se atribui, confia o Governo de Sua Majestade que o de Sua Majestade Britânica se prontificará

a reconhecer a plena soberania do Brasil sobre a referida ilha."

Assim argumentou *Luiz de Soveral* em favor dos nossos direitos sobre a Ilha da Trindade; e com tanta segurança, delicadeza e lógica, que se viu o Governo Inglês obrigado a se render, de que deu notícias ao *Marquês de Soveral*, a 3 de agosto de 1896, nestes termos, o Encarregado de Negócios da Inglaterra:

"O Governo de Sua Majestade se acha inclinado a aderir à opinião que lhe foi manifestada, e, por deferência a essa opinião, desistir das suas pretensões à posse da dita ilha."

No dia seguinte, 4 de agosto, manda *Soveral* ao Encarregado de Negócios de Portugal no Rio de Janeiro, o ilustre diplomata Camello Lampreia, o seguinte despacho telegráfico:

"Tendo o Governo Português oferecido os seus bons ofícios ao Governo Britânico para amigável solução do conflito suscitado acerca da Ilha da Trindade, bons ofícios que pelas duas potências foram aceitos; e ponderado devidamente o assunto, expôs o Governo Português as razões que lhe determinam convicção de que aos Estados Unidos do Brasil assiste o direito de plena soberania sobre aquela ilha. Em presença das razões dadas o Governo Britânico nobremente declarou já ao Governo Português que reconhece a soberania do Brasil sobre a Ilha da Trindade, o que com muita satisfação me apresso a comunicar."

No dia seguinte, 5 de agosto, agradecia o Senado a Sua Majesta-



TELEINFORMÁTICA E PROJETO CIRANDA

Helvécio Gilson

INTRODUÇÃO

Todos conhecem a íntima ligação entre as Forças Armadas e as Comunicações. Graças ao bravo Marechal Rondon, ligamos este país, de Norte a Sul, através da telegrafia. A Força Aérea Brasileira, criando o Correio Aéreo Nacional, levou as comunicações postais às regiões mais distantes de nossa pátria. Muitas outras realizações poderiam ser citadas. O interesse militar nas telecomunicações e na informática brasileira, não se limita apenas ao desenvolvimento de trabalhos puramente técnicos; mas preocupa-se também com questões sócio-culturais. Hoje o mundo vive uma nova era da história da humanidade. Os estudiosos prevêem o início de uma nova etapa da civilização que vem sendo cha-

mada de "Sociedade da Informação" ou "Sociedade Informatizada". Certamente, nós brasileiros, também caminhamos para lá.

O projeto Ciranda, da Embraetel, a primeira comunidade teleinformatizada do Brasil, é um esforço no sentido de participar dessa nova era da informação, buscando criar uma sociedade informatizada segundo a realidade brasileira.

MÁQUINAS QUE AJUDAM A PRODUZIR

Informação sempre fez parte da vida social. O que distingue a nova sociedade em formação de todas as que a precederam é o papel vital que as informações desempenham e o volume gigantesco delas que se faz necessário na vida cotidiana. Antes, as informações

auxiliavam o esforço físico do homem em suas relações com outros homens e com a natureza. O homem dependia, fundamentalmente, de si mesmo, de seu braço, do arado que manjava, da mobilização de sua família, servos ou escravos para semear e colher.

Somente o emprego de animais, ou seja, de recursos naturais, permitia aumentar essa capacidade. O boi puxava o arado. O cavalo servia a locomoções e longas distâncias. O vento movia o moinho. O universo do senhor, do servo ou do escravo não ia muito além da região onde trabalhava e vivia.

Apenas os navegantes conheciam mais do mundo. Mas estes também retiravam empiricamente da natureza as informações básicas para sua sobrevivência (velocidade dos ventos, marés, etc) e dependiam de sua força e resistência para manobrar seus barcos nas duras condições do alto mar. Nessa época, podemos dizer, as informações libertaram o homem de seu esforço físico, transferindo-o para máquinas e equipamentos a seu serviço. Chegamos, então, à revolução industrial, que consoma a primeira mudança fundamental no processo humano de criar riquezas e assegurar sua sobrevivência individual e social. Com a revolução industrial, o homem introduz as máquinas no processo produtivo. E o que são as máquinas? São meios artificiais para multiplicar nossa capacidade natural de esforço físico.

Nessa fase, a máquina a vapor movimenta teares e locomotivas a velocidades na época descritas como "espantosas" e de forma "in-

fatigável". A produção excedente às necessidades vitais pode ser colocada no mercado; pessoas compram e vendem e o volume a ser produzido impõe que matérias-primas sejam obtidas em todas as partes do mundo. Expandem-se a navegação e o comércio.

Os conhecimentos empíricos que o homem tinha sobre a natureza já não são mais suficientes. O cidadão comum e, sobretudo, as elites dirigentes, sejam empresariais, sejam políticas, precisam utilizar um volume cada vez maior de informações de natureza técnica e econômica. As conquistas tecnológicas, que provocaram a revolução da informação, transformaram o mundo numa aldeia global, onde as informações se processam em velocidade fantástica, independentemente de onde nos encontramos.

A IMPRENSA

A primeira revolução na informação dá-se com a criação da imprensa, no século XV. Entretanto, antes do invento de Gutemberg, sua escrita, em Latim, era virtualmente inacessível, exceto aos Papas e a uns poucos que podiam adquirir custosas cópias. Sua leitura era feita por um grupo de pessoas extremamente reduzido que detinha o poder na já decadente sociedade medieval. A Bíblia impressa rompe esse monopólio do saber, massifica e barateia a divulgação desse saber, permite a mais indivíduos conhecerem diretamente seu universo cultural. Enfim, a imprensa democratizou a informação, tornando

acessível a camadas maiores da população, a uma maior velocidade.

Idéias podiam ser popularizadas através de livros, panfletos e jornais. Notícias de outras partes da Europa e do mundo podiam chegar a mais pessoas, mais rapidamente. É fácil perceber a grande transformação que essa então nova tecnologia provocava na cabeça dos indivíduos. O mundo deixava de ter a dimensão da vila, o arauto ou o padre deixavam de ser a única fonte da verdade, os neurônios do cérebro eram mobilizados para acumular novos dados, processar informações contraditórias, compreender idéias até então impensáveis.

A QUESTÃO DO PODER

A questão que está presente em toda discussão sobre uma sociedade informatizada é a questão do poder. Toda organização social humana — e até animal — pressupõe alguma forma de exercício de poder. Nas sociedades antigas, esse exercício era, porém, espasmódico e irregular em que pesem suas aparências de crueldade e arbitrariedade. Tais aparências, aliás, é que demonstram o caráter acidental do exercício do poder. Quando alguém era punido por um crime qualquer, sofria, quase sempre publicamente, castigos que iam desde leves castigos à morte mais humilhante. Tais crimes nem sempre justificavam tamanho rigor punitivo. Este alguém estava sendo objeto de um efeito-demonstração por parte de um poder político judicial que, incapaz de estender a

sua ação sobre todo o sistema social, aplicava, sobre determinados infelizes, castigos como forma de amedrontar toda uma população.

O sistema social, especialmente o urbano, era indisciplinado. Sabemos bem da sujeira e insalubridade das cidades européias até os séculos XVII e XVIII, encontradas hoje, em grandes metrópoles do Terceiro Mundo. Com o início da revolução industrial somavam-se aos vagabundos e desocupados os camponeses migrantes, formando um grupo que ocupava as ruas dessas cidades, que não estava habituado ao rígido trabalho exigido nas indústrias e minas européias da época. A divisão do trabalho impunha disciplina. A maioria dos trabalhadores recrutados para tais fábricas, embora habituada a obedecer servilmente, não estava habituada à disciplina do trabalho coletivo. Somente na igreja e no exército havia um certo grau de disciplina. A ordem unida, por exemplo, é uma "invenção" do século XVII.

O desenvolvimento industrial capitalista impôs uma organização disciplinar da sociedade. Os poderes públicos foram se organizando no sentido de manutenção dos padrões de saúde de uma cidade. É curioso observar como a literatura médica se preocupa nos séculos XVIII e XIX com problemas elementares de asseio e limpeza. A criança é educada, universalmente, com o objetivo de adquirir conhecimentos indispensáveis à mão-de-obra industrial e habituada aos rígidos padrões disciplinares, aos quais depois se subordinará na fábrica, ou no escritório.

Como vimos, o poder exercido pelo estado passa a atingir cada indivíduo através de instituições: Medicina Social, da Escola Pública, da Justiça Universal. Tais instituições, segundo Michel Foucault, são instrumentos de "enquadramento e esquadramento" do conjunto do corpo social, de forma a torná-lo capaz de atender às exigências da sociedade industrial, seja esta dita capitalista ou socialista.

MAQUINAS QUE AJUDAM A PENSAR

A sociedade industrial, por definição, relaciona o homem com a máquina ou mais objetivamente, o trabalhador com a máquina. É natural que os donos das máquinas queiram aumentar seus lucros e que os trabalhadores queiram aumentar seus salários. Apesar de tais conflitos, existe uma aspiração comum a todos os homens: transferir às máquinas todo o esforço físico e deixar aos homens, exclusivamente, as atividades intelectuais. Curiosamente, na medida em que a sociedade, especialmente a ocidental, passou a gerar e processar uma ampla gama de informações, a atividade intelectual tornou-se, ela mesma, uma atividade fisicamente exigente. Os cálculos matemáticos simples já não eram suficientes para atender às necessidades dessa sociedade. No século XVII, Leibniz introduz no ocidente, a aritmética binária, base de toda a linguagem computacional hoje utilizada.

No século XVIII, surge a máquina registradora mecânica. Também são feitas as primeiras experiências com cartões e fitas para introdução de dados. E é inventada a máquina de escrever que permite acelerar e padronizar a produção de textos antes dependentes de escritas.

TECNOLOGIA E PRODUTIVIDADE

As invenções das máquinas que falamos são essenciais para sustentar atividades comerciais, financeiras e administrativas que ganham impulso no correr do próprio desenvolvimento. A economia avança apoiada sobre os eixos *acumulação de capital e aumento de produtividade*. A acumulação de capital leva a ganhos de produtividade. Ganhos de produtividade levam a mais acumulação de capital. Se analisarmos a história da sociedade industrial nos últimos 200 anos, verificaremos que cada grande ciclo de expansão da economia corresponde à introdução de alguma tecnologia nova. E as grandes crises econômicas correspondem a momentos em que a tecnologia anteriormente introduzida esgotou sua capacidade alimentadora do processo de acumulação e precisa ser substituída por uma nova.

Hoje, provocada pelo choque do petróleo, entramos ao que tudo indica, num demorado período de crise, que estamos tentando superar através de substituição por formas alternativas de energia. Mas o próximo grande aumento de produtividade será fruto da tecnol

logia digital, do chip de silício, que nos conduzirá a uma nova e promissora sociedade.

A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

A história dos computadores é relativamente conhecida, pelo menos nos meios especializados. O primeiro computador, batizado Eniac, começou a operar em 1946, pesava 30 toneladas e empregava 18 mil válvulas. Hoje, temos computadores que pesam menos de um quilo e, com poucas dezenas de microprocessadores, operam muito mais informações que o velho Eniac.

Numa primeira fase, os grandes computadores apenas serviam às grandes organizações. As máquinas eram pesadas e desajeitadas, ocupavam grandes espaços e utilizavam, cada uma, linguagens próprias. Sua principal vantagem está em seu poder de expandir a capacidade física do cérebro humano, a capacidade de memorização e a realização de operações lógico-matemáticas, do mesmo modo que as máquinas mecânicas do passado haviam expandido a capacidade física dos músculos e dos nervos sensitivos. Noutras palavras, os computadores expandiram a capacidade do cérebro de acumular e processar informações.

Vimos que a sociedade depende cada vez menos do esforço físico do homem para criar riquezas. Entretanto, para administrar esse esforço social, precisamos cada vez mais apurar e registrar dados, tomando decisões que serão trans-

mitidas às máquinas operadoras. A informação deixa de ter para nós um papel auxiliar em nossa vida diária e passa a ter importância vital.

Ocorreu que, nas divisões administrativas e de planejamento nas fábricas, nas instituições financeiras, nas empresas de engenharia, nos estabelecimentos comerciais, a organização do trabalho se mostrava incompatível com o volume do serviço. Quantos de nós já não nos impacientamos pela espera numa fila de guichê bancário? Ainda hoje, a máquina de escrever é a mesma usada há mais de cinquenta anos, apenas foi eletrificada. É a mesma, ainda, a divisão de trabalho nos escritórios. Com a automação do escritório, a automação bancária, os sistemas auxiliados por computador, as telecomunicações, podemos esperar um processo mais rápido de informação e uma nova expansão do processo de acumulação de capital, recuperando-se, nos serviços, os atrasos verificados em relação à produtividade industrial.

UMA REDE DE PODER

A revolução industrial gerou profundas transformações econômicas, políticas e culturais, como, principalmente, na organização do estado e do poder civil, no conhecimento científico, na estrutura dos sistemas judiciários, hospitalar, educacional, nos métodos de reunir e divulgar informações. A revolução da informação, também, provocará profundas e talvez mais radicais transformações econômi-

cas, políticas e culturais na sociedade.

Hoje, não podemos imaginar o nosso cotidiano sem eletricidade. E não está longe o dia em que não poderemos imaginar a nossa vida sem terminais de computadores interligados em redes, o que chamamos de teleinformática.

Esta é a transformação verdadeiramente revolucionária. Os computadores deixaram as fábricas e escritórios e instalaram-se nas casas de cada cidadão, permitindo-lhe, sem sair da sua cadeira de espreguiçar, saber as notícias do dia, operar sua carteira de ações, efetuar compras de mantimentos e movimentar contas bancárias, trocar correspondência e, na hora do lazer, divertir-se com os mais incríveis jogos de vídeo.

Ao invés de ficarmos fazendo exercícios de futurologia, preferimos implantar um projeto-piloto visando estudar o comportamento do homem quando inserido numa comunidade informatizada.

Os japoneses criaram o Instituto Japonês para o Desenvolvimento do Uso do Computador — Jacudi. E nós da Embratel, criamos o Projeto Ciranda.

O BRASIL E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Os países desenvolvidos, dispõem de: 1º) Grandes massas de capital; 2º) Forte base científica e tecnológica; 3º) Elevado grau de desenvolvimento cultural e de participação política; 4º) Consciência ampla dos valores e objetivos na-

cionais. É fácil constatar a carência de quaisquer desses aspectos nos países em desenvolvimento, dentre estes, o Brasil. Não temos grandes massas de capital nacional acumulado e, pior, o pouco que temos, gerenciado pelas empresas estatais, está sendo impatrioticamente combatido por segmentos de elite de nossa própria sociedade.

A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Somos uma nação ameaçada por desigualdades sociais gritantes. Podemos nos orgulhar de estarmos entre os dez maiores países industriais do mundo, mas devemos nos envergonhar dos imensos espaços de atraso, miséria e até fome que ainda não resgatamos. Infelizmente, apesar de nossos esforços, não conseguimos ainda ver diminuídas essas diferenças.

Assim, é perfeitamente válida a pergunta: a revolução da informação contribuirá, no Brasil, para reduzir as diferenças características de nossa sociedade e, paralelamente, reafirmar e revalorizar nossos padrões culturais e nosso grau de autonomia relativa? ou, ao contrário, aprofundará ainda mais aquelas diferenças pondo em risco a própria unidade do país, esmagando definitivamente nossa cultura e os elementos básicos de nossa nacionalidade?

Ainda não temos uma resposta definitiva a essa questão.

Vários países desenvolvidos, como Japão, Estados Unidos, Canadá e Suécia, estão desenvolvendo projetos experimentais sobre a so-

cidade informatizada. Nós, no Brasil, estamos fazendo experiência semelhante que é o Projeto Ciranda. Talvez sejamos o único país em desenvolvimento no mundo com projeto que busca resposta para as questões colocadas pela sociedade da informação.

Desde 1972, o Japão tem um plano para a sociedade da informação no ano 2000, incluindo a informatização de duas cidades inteiras. A cidade de Tama, com 90.000 residências e população de 230.000 habitantes, consumiu 4 bilhões de dólares para unir seus habitantes através de rede de computadores. A cidade de Higashi-Ikoma, custou 16 milhões de dólares e as residências possuem TV bi-direcional em rede de fibra ótica.

Nos Estados Unidos, a sociedade de Norte-Americana está-se informatizando naturalmente, a partir das estratégias empresariais de suas grandes corporações, apenas intervindo o governo para regular o processo. Nos últimos anos, observa-se um movimento de capitais de origens diversas investindo maciçamente no desenvolvimento de sistemas informacionais.

No Canadá, em 1979, o departamento de comunicações e a Bell Canadá lançaram o programa Teli-don (videotex) para 1.000 usuários, com previsão de um total de 200.000 assinantes em 1984 e 620.000 assinantes em 1986. A diferença deste serviço em relação aos demais está na importância que foi dada ao uso não comercial e de grande alcance social no que

diz respeito a uma melhor educação formal e recreativa.

A Suécia, em 1975, iniciou o projeto *Terese* para analisar as possibilidades de promover o desenvolvimento regional, oferecendo serviços como: cuidados médicos, educação distribuída, comunicações para deficientes físicos e redução do consumo de energia através das telecomunicações.

UM PROJETO EXPERIMENTAL BRASILEIRO

Observamos dessas experiências de informatização da sociedade que os países desenvolvidos estão realizando experiências compatíveis com suas realidades e necessidades. A mera importação desses modelos pelos países em desenvolvimento pode acarretar problemas graves para esses países nas esferas política e cultural e, conseqüentemente, no seu próprio desenvolvimento social global.

Se queremos que a revolução da informação venha a contribuir para resolver os *nossos* problemas e não para agravá-los, então temos de dar início também a experiências e projetos dos quais possamos retirar subsídios sobre o impacto dessas novas tecnologias sobre a nossa sociedade.

A Embratel, como empresa pública, pioneira no setor de telecomunicações, co-responsável pelo desenvolvimento, em todos os planos, da sociedade brasileira, não poderia deixar de contribuir para

o correto equacionamento dessa questão: "A possibilidade de uma experiência brasileira".

Desenvolver um projeto neste campo deverá, pois, fortalecer as relações interpessoais, no desenvolvimento comunitário, incorporando valores como a aceitação de regras, o comportamento com decisões e a participação consciente.

Temos muito o que discutir e muito o que aprender sobre o te-

ma. Temos a compreensão de que não podemos ficar à margem dos acontecimentos esperando que os problemas sejam resolvidos lá fora para depois importarmos as soluções que, muitas vezes, não são compatíveis com nosso modo de viver. Por isso, desenvolvemos o nosso projeto Ciranda, para, na prática, conhecermos como nós, os brasileiros, reagiremos diante dessa sociedade de informação.



O engenheiro Helvécio Gilson é Presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — EMBRATEL.



GEOPOLÍTICA - PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Shiguenoli Miyamoto

O objetivo destas notas é procurar mostrar a importância do estudo da geopolítica para a compreensão de muito que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto internacional.

Da geopolítica muito se fala e pouco se sabe. O seu estudo não tem encontrado no meio acadêmico brasileiro qualquer aceitação, ressalvadas raras exceções. Não é difícil constatar este fato. Veja-se a abundante produção de trabalhos que versam sobre o assunto, para se chegar à conclusão de que se constitui em um quase monopólio dos setores militares. O meio acadêmico pouco ou nada

contribuiu nessa área¹. Até pelo contrário, manteve-se afastado, ignorando-a.

A pouca divulgação dos estudos sobre geopolítica é patente também pela própria inexistência, em português, da bibliografia clássica que trata do assunto — casos de Halford Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Frederic Ratzel, Rudolf Kjellén ou Nicholas J. Spykman, entre outros² —, e na qual os teóricos como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos se apoiaram³.

Vejamos, portanto, o que é geopolítica, qual o seu campo de atuação e como o poder é visto na ótica geopolítica⁴.

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Napoleão Bonaparte *"la politique des États est dans leur géographie"*⁵. Para os geopolíticos esta é uma verdade irrefutável que deve ser obedecida à risca. A política dos Estados, afirmam, deve ser pensada considerando os condicionantes geográficos e moldada conforme esses últimos se apresentam.

Talvez eles tenham razão, pelo menos em parte. Mesmo Raymond Aron considera que *"a posição geográfica influi indiretamente sobre a política exterior de um país na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos"*⁶. A derrota de Napoleão Bonaparte em 1812, quando invadiu a Rússia dos Czares, esquecendo-se daquilo que ele mesmo havia dito alguns anos antes, é muitas vezes lembrada pelos entusiastas da geopolítica para confirmar a importância que ela deve merecer não só pelos estrategistas militares, como também pelos estadistas.

A geopolítica tem por fim *precípua* auxiliar a formulação da política estratégia nacional. Quer dizer, ela visa fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar um país de certo poder, auxiliando-a a desempenhar papel de realce no concerto internacional das nações⁷. A geopolítica é

pensada então, em última instância, em termos de uma guerra, sendo esta, nas palavras de Clausewitz, a continuação da política por outros meios⁸.

Isto envolve consequentemente as relações entre os diversos países, ou seja, considerar o jogo das relações internacionais. A análise da política internacional, entretanto, pode ser feita sob diversos prismas⁹. Segundo Frederic S. Dunn as primeiras pessoas que se preocuparam com o estudo das relações internacionais, procuraram conceber sistemas sociais ideais onde as guerras não existiam, valorizando a realidade existente à luz dessas concepções ideais¹⁰.

Para um observador medianamente atento, esse tipo de abordagem certamente contribuirá muito pouco para se entender o papel real que um ou outro país desempenha no sistema mundial do poder. A própria história mostra que as relações entre os países sempre foram permeadas por inúmeros conflitos, ora fazendo desaparecer ora criando novos Estados soberanos, dilatando ou contraindo as fronteiras, propiciando ou bloqueando o acesso ao mar.

Considerando a fragilidade de teorias concebidas dessa forma, o que se observa nas modernas teorias sobre as relações internacionais é a tendência em valorizar o que ocorre em termos concretos e a partir desses elementos, orientar a interpretação privilegiando

comportamento dos países e quais as conseqüências para o equilíbrio do poder mundial. Nessa direção caminham estudos realizados por Raymond Aron (1963 e 1975), George Liska (1963), Karl Deutsch (1970), Hans Morgenthau (1973), Wayne Selcher (1979) e Ray Cline (1977 e 1979), entre outros¹¹.

As análises de Aron, em grande parte, focalizam o conflito entre as nações, a paz e a guerra, considerando o estudo das relações internacionais como uma análise que deve ser feita através das mudanças decorrentes não apenas na situação geral, mas também no interior de cada Estado.

Já Liska sugere que o equilíbrio entre as nações deve ser conseguido pelo apoio e o respeito aos organismos mundiais, isto é, que haja um compromisso dos Estados. A sua idéia principal é a do equilíbrio institucional aplicado antes de tudo à organização internacional, com relação à sua estrutura, aos propósitos dos seus membros e restrito ao âmbito geográfico e funcional.

Para Deutsch, Morgenthau, Selcher e Cline, da mesma forma que para Maquiavel e Hobbes, o conceito de poder é a base nas relações entre os Estados para determinar a sua capacidade de influência na comunidade internacional. O poder é então entendido como a capacidade de prevalecer em um conflito e de vencer obstáculos. Aliás esta é a mesma visão que Karl

Von Clausewitz tem da guerra em sua conhecida máxima: *"A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade"*¹².

Concebendo a possibilidade de uma teoria normativa de política internacional (que considera o estudo da política em termos do *dever ser*) ou por uma teoria geral (que vê sempre a existência de uma teoria implícita por trás de quase todos os atos, tanto dos homens como dos Estados), ou por uma teoria como base para a ação (que procura esclarecer a conexão e inter-relação entre discursos e tratados de estadistas e suas políticas¹³; ou apoiando-se em teorias denominadas por Marcel Merle de clássica (estado da natureza, direito natural e positivismo), marxista (relações de produção) e anglo-saxã (behaviorista e funcionalista), encontra-se presente o Estado¹⁴.

Este Estado, por sua vez, possui um território (maior ou menor) e uma população, e vai relacionar-se com os demais tanto pelo intercâmbio econômico e cultural, como pelo conflito representado pela guerra, apoiando-se portanto em seu poder bélico. Neste último contexto o fator geográfico pode, muitas vezes, ser fundamental, considerando-se obviamente a existência de outras variáveis, como o avanço tecnológico sofrido pela própria indústria de guerra.

No jogo das relações internacionais a geopolítica tende a demons-

trar a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico, diz Merle. Nesta ótica, há, portanto, necessidade de considerar o tamanho do território que cada Estado possui, sua posição no espaço, além das potencialidades econômicas, militares e recursos humanos com que poderá contar. O espaço aqui converte-se em fonte de poder, porque quanto maior — eventualmente ocupado e protegido — pode permitir ao país detentor dessa vantagem a possibilidade de estabelecer a estratégia que ache mais aconselhável.

A geopolítica é, portanto, uma teoria do poder, apoiada fundamentalmente no território, e só tem valor, diz Oliveiros S. Ferreira, se utilizar os fatores geográficos na formulação de uma política¹⁵. Apresenta assim maior ou menor importância na formulação do Conceito Estratégico Nacional ou grande estratégia, conforme as prioridades fixadas pelos policy makers¹⁶.

Ao se considerar, todavia, a geopolítica um meio para se analisar não só as relações internacionais, como para entender muito do que se faz em termos da própria política doméstica, uma pergunta se faz: é válido considerar a geopolítica como ciência e, a partir daí, interpretar os fatos, ou é apenas uma ideologia correndo, neste caso, o risco de criarmos um viés analítico?

Essa ambivalência que a geopo-

lítica apresenta tem se constituído em obstáculo constante para sua utilização no estudo das relações internacionais. Para muitos a geopolítica não apresenta qualquer caráter científico que a possa colocar no mesmo plano das demais áreas de conhecimento que obedecem a um rigor conceitual mais preciso. Nesse sentido a geopolítica é vista apenas como um conjunto de idéias que serve como uma ideologia de dominação e, diz Nelson Werneck Sodré, apresenta a culminância da tripla ideológica. Entretanto, continua ainda Sodré, "seu estudo não deve deixar de ser feito pois encerra preciosos ensinamentos, particularmente quanto ao grau de descomedimento e de fanatismo a que pode atingir o corporativismo, quando a serviço das forças reacionárias, necessariamente obscurantistas"¹⁷.

Não vamos aqui discutir a validade de afirmações desta natureza. Tampouco vamos nos dedicar a discussões sobre o que é ciência ou ideologia, inclusive porque discutir uma ou outra ou pensar em própria ciência como ideologia não é o objetivo principal de nosso trabalho. Além do mais a distinção entre ciência e ideologia é a mesma hoje, mais do que antes, objeto de calorosas discussões.

Pode-se dizer, contudo, que a geopolítica deve ser considerada um instrumento válido para a investigação quando se detém a

campo de atuação, qual seja, utilizando-se os elementos fornecidos pela geografia e fixando-se apenas no estudo do espaço geográfico e suas aplicações na formulação de uma política visando fins estratégicos. No momento em que a geopolítica foge a este escopo, envolvendo considerações étnicas ou sobre a organização nacional, converte-se em uma ideologia a serviço de um grupo dominante.

SOBRE O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA -

A geopolítica pode ser considerada uma área recente de estudos. Surgiu *stricto sensu* no final do século passado, quando o termo foi utilizado pela primeira vez pelo professor sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), em 1899, na revista *Mer*.

Teve o seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930, justamente no período de entre-guerras. Foi a base, pelo menos nos anos iniciais, sobre a qual repousou a política do III Reich. Não é sem razão, portanto, o temor que de muitos se apossa à simples menção da palavra geopolítica: ela é imediatamente associada à conquista do poder, do *espacio vital*, desencadeado pela ostensiva política expansionista do Nacional-Socialismo. Daí o preconceito e reserva com que é vista.

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação

dos acontecimentos históricos à luz da geografia, que a geopolítica elabora suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica se fundamenta também no Poder Nacional, porque este se encontra ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade, desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana¹⁸.

Cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela se apresenta de forma dinâmica. Vejamos, pois, como alguns a consideram.

Assim Kjellén a definiu: "*Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania*",¹⁹. Para Karl Haushoffer, da "*Escola de Munique*"

"*A geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apóia-se sobre as amplas bases da geografia, em especial da Geografia Política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos (...)* A geopolítica aspira a proporcionar as armas para ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica é a base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital"²⁰.

É sua também a afirmação de que a geopolítica é a *consciência geográfica do Estado*.

Hans Weigert, por sua vez, afirmou que

*"a geopolítica é a geografia política aplicada na política de Poder Nacional e sua estratégia na paz e na guerra (e) ao relacionar todo desenvolvimento histórico com as condições de espaço e solo (e) ao considerar a história determinada por estas forças eternas, a geopolítica tenta prever o futuro"*²¹.

Já Robert Strausz-Hupé considerou que *"a geopolítica proporciona as bases para os projetos de uma estratégia de caráter global, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista"*²².

No Brasil Everardo Backheuser, um dos mais conhecidos representantes no campo da geopolítica, definiu-a como a *"política feita em decorrência das condições geográficas"*²³ enquanto para o general Carlos de Meira Mattos *"A geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos"*²⁴.

As definições, como se pode ver, são múltiplas. Após comparar vários autores, Jorge Atencio conceitua a geopolítica da seguinte forma:

"Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado, e orienta o militar na preservação da defesa nacional e na consideração da relativa permanência da realidade geo-

*gráfica, e lhes permite deduzir forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar objetos e, em consequência, medidas de condução política e estratégica convenientes"*²⁵.

Esta é uma definição ampla e completa. Assemelha-se às concepções de Kjellén e Ratzel, mas pode-se ver que evita incorrer no determinismo geográfico. Não retém, contudo, à geografia, o papel que ela devia exercer na elaboração da condução política ou estratégica. Apóia-se nas concepções de Strausz-Hupé, mas não as renega, não manifesta um preconceito a priori. Como fizeram este autor e Hans Weigert, não apenas em relação à geopolítica, mas também à política germânica.

Após conceituar a geopolítica, vejamos algumas diferenças com ela apresenta em relação à Geografia Política. Muitas vezes costuma-se confundir o campo de atuação da Geopolítica com o da Geografia Política. Ambas diferem, todavia, não só quanto ao seu objeto de investigação, como são ramificações de áreas diferentes. A geografia política pertence ao campo da Geografia, enquanto a Geopolítica se encontra intimamente vinculada à Ciência Política.

A Geografia Política, tal como a Geografia Social, Econômica ou Geografia Cultural, apóia-se nas observações estáticas dos fatos geográficos. Considera as fronteiras, rios, planícies e planaltos, quanto elementos componen-

do meio físico, detendo-se na mera descrição desses fatores. Assim a fronteira é considerada apenas uma linha demarcatória entre duas regiões, províncias ou Estados, e simboliza, através de limites naturais, a forma como está constituído um território, isto é, onde termina um Estado e começa outro.

A Geografia Política não se preocupa com a pressão que um Estado exerce sobre o outro através de uma política de poder, seja pela pressão demográfica, económica ou militar. Não analisa o papel da fronteira viva, considerada, por exemplo, por Jacques Ancel como *"uma isóbara política que fixa durante um tempo o equilíbrio entre duas pressões: equilíbrio de massas, equilíbrio de forças"*²⁶. Nem a concebe como faz Ratzel em uma de suas leis de crescimento do Estado (mencionadas no item seguinte). Da mesma forma, os rios e vales, as planícies e planaltos também não são considerados sob o ponto de vista estratégico. São vistos como elementos pertencentes à topografia, e, da mesma forma que as fronteiras, servem apenas para estabelecer limites físicos. Convertem-se portanto em elementos estáticos, imóveis, e como tais, analisados sob a ótica da Geografia e não da Ciência Política.

Dispomos já, a esta altura, de elementos suficientes para poder definir o seu campo de atuação. Podemos fazê-lo da seguinte forma:

"A Geografia Política estuda as diferentes modificações que os diferentes agrupamentos humanos imprimem na superfície terrestre,

*mesmo quando estas não se modificam materialmente"*²⁷

Ou então como Henning & Korholz:

"A Geografia Política trata da forma e da divisão política dos Estados em determinada época, quer dizer, de uma situação estável, e traça quadros semelhantes a vistas fotográficas".²⁸

A geopolítica, pelo contrário, não se satisfaz com a mera descrição física *"fotografando"* apenas esses acidentes geográficos. Ela se preocupa com os *"movimentos"* desses elementos, e com a sua aplicação na formulação de uma política que visa principalmente fins estratégicos. Adquire, desta forma, um caráter essencialmente dinâmico, e é justamente neste ponto que ela mais se diferencia da Geografia Política.

O DETERMINISMO NA GEOPOLÍTICA

Há aqueles que *"criaram escolas"*. Frederic Ratzel (1844-1904) foi um deles. Para ele o Estado era um organismo dotado de características dinâmicas, e não simplesmente um ser assentado na configuração estática dos limites físicos estabelecidos pelos geógrafos. O Estado, dizia Ratzel, desenvolve-se de acordo com as flutuações, com os altos e baixos de sua História, ora aumentando ora diminuindo o seu território, apoiando-se em dois elementos fornecidos pela geografia: o espaço e a posição.

O território não se constitui, portanto, em um *espaço fixo*, muito pelo contrário, encontra-se pro-

penso a alterações profundas. Estas concepções foram por ele desenvolvidas em *Antropogeografia* (1888) e *Geografia Política* (1897), esta última reeditada em 1903 com o título de *Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra*. Nestas obras Ratzel afirmou que o Estado sequioso de poder, e que almejasse viver em paz, sem ameaças à sua integridade, devia possuir sempre uma grande extensão territorial. A existência de espaço suficiente que lhe permitisse defender-se contra invasões provenientes de qualquer dos quadrantes era considerada essencial para que a sua estratégia pudesse ser traçada convenientemente, segundo critérios previamente escolhidos por seus governantes. Baseando-se em sete princípios, conhecidos como as *leis do crescimento espacial do Estado ou teoria do espaço vital (Lebensraum)*, assim Ratzel os enunciou:

1. O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura.

2. O crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, idéias, produção comercial e industrial, etc., os quais necessariamente precedem a expansão efetiva do Estado.

3. O crescimento dos Estados se verifica pela gradual integração e coerência de pequenas unidades, mediante a amalgamação e absorção de elementos menores.

4. A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo.

5. Em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente

valiosas, como os rios, linhas de costa, planícies e outras regiões ricas em recursos.

6. O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior.

7. A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua intensidade²⁹.

Estes princípios, como veremos adiante, influenciaram de maneira decisiva, algumas décadas depois, a "*Escola de Munique*", nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Rudolf Kjellén (1864-1922), por sua vez, foi o autor da *teoria organicista* do Estado. De acordo com as suas concepções, o Estado é um organismo vivo que apresenta em sua existência diversas fases. Como qualquer ser orgânico caracteriza-se por apresentar etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade. Autor de *O espaço como forma de vida* (1916), *Fundamentos para um sistema de política* (1920) e *As grandes potências e os problemas políticos da Guerra Mundial* (1921?), Kjellén considerou o Estado um organismo supra-individual, portanto, sujeito às leis do crescimento, podendo, nessas circunstâncias, ampliar o seu território, não só pela colonização, como também pela amalgamação ou conquista de áreas fronteiriças. Referindo-se à política de poder a ser desempenhada pelo Estado, sendo este considerado um organismo biológico, afirmou:

*"Se o Estado estivesse guiado simplesmente pela razão da lei, careceria das reações instintivas que possuem todos os demais seres vivos. Enquanto a lei proporciona a moral, elemento racional do Estado, o poder lhe proporciona o impulso orgânico"*³⁰.

Vale dizer, o Estado deve assumir uma política de poder, de expansão territorial. É esta política de poder que vai orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos.

A política do *espaço vital* era entendida como a ciência que concebia o Estado semelhante a um organismo geográfico. Tratava-se portanto de uma concepção dinâmica da geografia. Em suma, o que Kjellén fez em relação a Ratzel, foi estabelecer definitivamente a diferença entre a Geografia Política e a Geopolítica, projetando a teoria ratzeliana para o campo da Ciência Política e definindo o seu campo de atuação.

Estes dois precursores da moderna geopolítica constituem com Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple e Karl Haushoffer, o grupo dos geopolíticos pertencentes à Escola determinista. Para essa escola, a geografia é o elemento principal, determinante, que vai estabelecer a grandeza ou não de um povo e do Estado, daí a necessidade da conquista de espaço.

A postura da escola determinista pode ser bem caracterizada na interpretação histórica de Ratzel quando analisa a ocupação de um território por um povo mais forte que o aí reinante. Como o novo ocupante é superior, diz ele, a

tendência é que ocorra o desaparecimento do mais fraco. Esta superioridade vai ser manifestada justamente pela ocupação do espaço, materializando-se na exploração e povoamento desse mesmo território. Tal superioridade somente é possível, segundo Ratzel, porque ela é privativa das culturas superiores que têm a capacidade de deslocar as culturas inferiores para um plano secundário, isto é, fazendo com que desapareçam ou sejam absorvidas. Por isso *"a ascensão e o desaparecimento não afetam somente aos povos, mas também misturam culturas e as circunstâncias espaciais, motivo pelo qual a problemática do espaço domina toda a História"*³¹.

Para contrapor-se a esta tendência que considera o determinismo geográfico essencial para o desenvolvimento dos povos, a Escola possibilista, por sua vez, apóia-se na premissa de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Segundo Vidal de la Blache (1845-1918), um dos representantes dessa escola, o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d'água, seja através dos próprios instrumentos por ele criados. Nestas condições *"o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza"*³².

A geografia portanto pode facilitar, mas não determinar a ação do homem. Ela propicia recursos e fornece elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das

potencialidades do território, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento local.

A GEOPOLÍTICA E A CONCEPÇÃO DE PODER

Se atenção for dada às concepções de poder do Estado, defendidas por Ratzel e Kjellén, ver-se-á, de imediato, que o poder terrestre é privilegiado em suas análises, o mesmo acontecendo com Mackinder. Mas os autores que trataram da geopolítica, mesmo quando esta não era ainda conhecida com tal designação, não se detiveram apenas nas áreas terrestres como fonte de poder. Alfred Thayer Mahan fez a apologia do poder marítimo, o mesmo se sucedendo com Nicholas John Spykman. enquanto Alexander P. de Seversky e William Mitchell foram, entre outros, representantes do poder aéreo.

O poder de um Estado não se restringe somente à superfície física, repousando sobre os quilômetros quadrados de que é possuidor, em maior ou menor quantidade. Na análise geopolítica o poder pode ser visto sob diversos ângulos. A Escola Superior de Guerra brasileira, por exemplo, afirma que *"O Poder do Estado nada mais é que um macrocomponente politicamente institucionalizado do Poder Nacional"*³³.

Por sua vez este Poder Nacional é o resultado dos fatores políticos, econômicos, militares e psicossociais de que dispõe o país, isto é, o conjunto das potencialidade nacionais.

Esta concepção de poder não privilegia a geografia como elemento determinante do papel que o Estado desempenha em termos internacionais. Isto não é de se estranhar. Não só a Escola Superior de Guerra (ESG), como a maioria dos estrategistas, sabem que a geografia, com o passar do tempo, perdeu parte de seu valor nas concepções estratégicas, não ocupando o mesmo papel que desempenhou anteriormente. A vasta extensão territorial e a distância, aliados ao clima, foram elementos importantes, se não imprescindíveis, para que alguns Estados se mantivessem durante anos praticamente intocados. Mas o mesmo não pode ser afirmado hoje, sem certa dose de ceticismo e ironia.

A retirada de Napoleão Bonaparte na Rússia Czarista, em 1812, é um exemplo ainda vivo de como a extensão territorial ocupou papel preponderante para o estabelecimento de uma estratégia de fuga para o interior, quando os generais russos abandonaram Moscou. Em anos mais recentes, a inviolabilidade do território norte-americano na Segunda Guerra Mundial, também serviu para comprovar a importância das grandes distâncias que separam um e outro continente.

Todavia estas concepções apoiadas apenas nos fatores geográficos encontram-se em grande parte, superadas com o avanço tecnológico experimentado pela indústria de guerra, e só podem encontrar respaldo em um contexto de conflitos realizados em moldes clássicos, utilizando-se armas convencionais.

O mesmo, entretanto, não pode ser dito dentro de um quadro de guerra total e lançando mão de todos os recursos disponíveis.³⁴

Nestes termos, a concepção de poder como foi enunciada por Morgenthau no final da década de 1940, muitos anos antes do surgimento dos mísseis intercontinentais é ultrapassada. São suas as seguintes afirmações:

*"O fator mais estável sobre o qual o poder de uma nação se apóia é obviamente a geografia. Por exemplo, o fato de o território continental dos Estados Unidos encontrar-se separado de outros continentes por massas de água de três mil milhas a leste e mais de seis mil milhas a oeste, é um fator permanente, que determina a posição dos Estados Unidos no mundo, e a sua posição geográfica permanece como um fator fundamental de importância permanente que as políticas exteriores de todas as nações devem levar em consideração"*³⁵.

Possivelmente talvez o mesmo não fosse dito hoje, sem os devidos reparos. Posição antagônica a essa já foi defendida por Henry Kissinger, em 1957, quando analisou o sistema das relações internacionais num contexto onde passou a imperar o poder nuclear. Os oceanos tornaram-se a partir desse momento um elemento de relativa segurança e, diz Kissinger, *"o caráter destruidor e rápido das armas modernas acabou com nossa invulnerabilidade histórica, e a polarização do mundo reduziu nossa margem de segurança tradicional"*³⁶.

Contradizer ou não as posturas

de cada autor não será, contudo, nosso intuito. O escopo destes parágrafos será mostrar as diversas concepções de poder na geopolítica e em que níveis elas se manifestam.

Na consideração do poder geopolítico, a geografia certamente exerce papel de grande importância. É nos fatores físicos que compõem a natureza que a geopolítica vai buscar suas inspirações. Considerando estes mesmos elementos, os geopolíticos vão privilegiar um ao outro, mostrando as vantagens e desvantagens que podem contribuir para o fortalecimento do Poder do Estado.

A geografia contribui desta forma para a formulação das teorias geopolíticas apoiadas no solo, no mar e no ar. Estes três elementos vão propiciar, na geopolítica, a grandeza do Estado que os possui em maior ou menor grau, projetando-o internacionalmente.

Mackinder e o "coração do mundo"

O defensor principal do poder terrestre foi, sem sombra de dúvida, sir Halford Mackinder (1861-1947). Sua concepção estratégica de poder data de 1904, quando apresentou perante a *Royal Geographical Society*, de Londres, os pilares de uma nova teoria desenvolvida no trabalho intitulado *O eixo geográfico da história*.

Apoiando-se na correlação existente entre os fatores geográficos e históricos, Mackinder elaborou e lançou-se à defesa da teoria do *coração do mundo* (*Heartland*).

A história da Europa, segundo Mackinder, é o resultado das pressões oriundas do continente asiático. Para fazer esta afirmação Mackinder baseou-se nos dados históricos das invasões pelas quais passou o continente europeu, quando foi assolado por ataques dos mongóis e hunos, búlgaros e magiares, tudâneos e avaros. A criação da Áustria como tentativa de se estabelecer uma barreira contra os hunos; a fortificação de Viena, resultante das campanhas de Carlos Magno; e as alianças entre os francos, godos e os provinciais romanos unidos em Chalons, em uma frente comum contra os invasores: estes foram alguns dos exemplos que Mackinder utilizou para mostrar a pressão asiática sobre a Europa. A civilização européia é, portanto, o produto da luta que, através dos séculos, travou contra as hordas asiáticas.

Lançando mão dos fatores geográficos, procurou mostrar como as cargas pluviométricas podem influenciar a aglomeração de massas populacionais. Onde as chuvas são abundantes, como ocorre no litoral e nas regiões mais próximas à costa marítima, verifica-se uma grande concentração demográfica. Exatamente o contrário ocorre no centro dos continentes, onde o clima, devido à escassez de chuvas, é relativamente seco e por isso pouco povoado. Todavia, é o centro do continente asiático, onde as estepes ocupam grandes extensões,

mercê os desertos, que se encontram as condições propícias para a existência de uma população nômade, rala, mas considerável em seu conjunto, e constituída de hábeis e extremamente ativos jinetes.

É essa área ocupada por esses nômades, estrategicamente situada, e chamada *coração do mundo*, de onde foram desencadeados os ataques à Europa, que Mackinder analisou, e que corresponde a

*"uma terra contínua, rodeada por gelos ao norte e por água nas outras partes, que mede 21 milhões de milhas quadradas (54,4 milhões de quilômetros quadrados), ou seja, mais de três vezes a extensão da América do Norte, e cujo centro e norte medem ao redor de 9 milhões de milhas quadradas (23,3 milhões de quilômetros quadrados), ou seja, mais de duas vezes a extensão da Europa, não têm nenhum curso de água que chegue ao oceano, porém, por outra parte, e excetuando a zona dos bosques subárticos, são geralmente favoráveis para a mobilidades dos homens que montam a cavalo ou camelos"*³⁷.

Aqui está a região inexpugnável de Mackinder, o *coração do mundo*, que faz parte da Ilha Mundial, e que em 1919 teve a sua importância estratégica sintetizada neste princípio: *"Quem domina a Europa Oriental controla o coração do mundo. Quem domina o coração do mundo controla a Ilha Mundial."*

*Quem domina a Ilha Mundial controla o mundo".*³⁸

Mackinder privilegiou, portanto, o poder terrestre, adotando uma concepção estratégica de *espaço fechado*, situada dentro daquilo que ele mesmo designou de hemisfério interior. Àquelas regiões situadas nas zonas marginais ou correspondente ao hemisfério exterior, estavam destinados papéis secundários quanto ao controle do poder mundial. Mesmo os Estados Unidos achavam-se relegados, em sua teoria, a um papel de menor importância, embora reconhecesse anos depois, em parte, os erros dessa avaliação. Apesar de promover alterações em sua teoria, considerando a própria evolução ocorrida através de dois conflitos mundiais, Mackinder conservou-se fiel aos princípios iniciais ditados sobre a inexpugnabilidade do *coração do mundo*.

Mahan e o poder naval

O mar sempre foi considerado uma fonte de poder. Não só nos tempos modernos este fato pode ser constatado, mas desde a antiguidade o mar foi um dos primeiros obstáculos a ser vencido e transposto. Quem não o conseguisse dominar, ou dele se encontrasse afastado, tinha já diminuída as possibilidades de uma futura expansão.

No continente asiático o poder terrestre se constitui em uma fon-

te de poder de primeira grandeza, como se vê pelos dados históricos expostos por Mackinder referindo-se aos povos asiáticos que ocuparam extensas áreas territoriais.

Contudo, os mares também propiciaram, desde os primeiros tempos, o caminho para se atingir outras terras, fazendo com que se ampliassem os domínios territoriais de alguns países, ou então que fosse pelo menos incentivado o intercâmbio comercial e cultural. Os fenícios, os vikings, os portugueses, os espanhóis e os holandeses, entre outros, foram exemplos de como o domínio dos oceanos foi importante em momentos de sua história. A Inglaterra pode ser citada como exemplo de um país que soube ampliar, através de sua política marítima, seus territórios. Criou um império geograficamente fragmentado, mas nem por isso menos desprovido de força que outros países cujo território era único e de grande extensão. Por isso, enquanto alguns povos optaram, devido à sua própria localização geográfica, pela expansão do poder terrestre outros, pelos mesmos motivos, lançaram-se à conquista dos mares ampliando o seu poder.

Na geopolítica, muitos analisaram o papel dos mares e a sua influência no fortalecimento do poder dos Estados. Entre estes, Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial da Marinha norte-americana, é o mais conhecido defensor do po-

der naval. Sua obra descreve os "*verdadeiros motivos*" da grandeza do império britânico, e é referência indispensável para a análise das teorias geopolíticas.

Segundo Mahan as condições que afetam o poder marítimo das nações podem ser enumeradas na seguinte ordem: posição geográfica; configuração física incluindo as produções naturais e o clima; extensão territorial; tamanho da população; caráter do povo; caráter do governo, incluindo aqui as instituições nacionais. Através desses elementos Mahan procurou mostrar como cada um deles podia favorecer ou não o fortalecimento do poder marítimo de uma nação³⁹.

Referindo-se, por exemplo, à posição geográfica, e citando explicitamente o caso da Inglaterra, afirmou que este país pôde desenvolver o poder marítimo justamente pelo fato de não ter fronteiras terrestres a defender. Devido à sua insularidade e a distância do continente, a preocupação desse país em estimular a formação de um grande exército era restrita, podendo então canalizar recursos e esforços na formação de uma poderosa esquadra naval. Foram estas algumas das vantagens que a Inglaterra teve, não apenas sobre a França, como também sobre a Holanda, na consecução do poder naval.

A configuração geográfica do território também é importante,

porque, através de análise das costas e do interior, pode-se saber se o povo tem ou não vocação marítima. Mas há condições, como portos numerosos e profundos, que serão fonte de força e riqueza, principalmente se estiverem localizados em desembocaduras de rios navegáveis, facilitando o fluxo comercial interno. O país que tiver portos dessa natureza corre, contudo, o risco de se apresentar débil em caso de guerra, se não souber protegê-los devidamente.

Quanto à extensão territorial, considera-se basicamente a extensão das costas, e não do total do país; quanto à população deve-se considerar não apenas o total, mas a quantidade de pessoas que se encontra voltada para as atividades marítimas e que se vai constituir em uma fonte de recursos com o qual o país pode contar. O efeito do caráter nacional e aptidões para o desenvolvimento do poder marítimo também foram analisados. As aptidões de um povo voltado para o mar faz, segundo Mahan, com que seja incrementado o comércio por via marítima, constituindo-se portanto em uma fonte do próprio poder nacional. As minas brasileiras, dizia ele, foram a ruína de Portugal, porque esse país não soube desenvolver um comércio adequado, embora pudesse fazê-lo, sendo possuidor de uma costa marítima de dimensões razoáveis. Da mesma forma a Espanha "*foi arruinada*" pelas minas do México e

do Peru, enquanto o inverso se sucedeu com a Inglaterra e a Holanda. Por último, o governo deve saber detectar a vocação marítima do povo, e, sendo portador dessas aspirações, dirigir seus esforços para o fortalecimento do poder nacional.

O poder aéreo.

Mesmo com as duas Guerras Mundiais, Mackinder praticamente manteve inalterada a sua concepção de *espaço* fechado*. Embora tenha considerado importante a criação de zonas tampões em regiões estratégicas, como o Mar Negro e o Báltico, logo após a Primeira Guerra, e reconsiderado a importância dos Estados Unidos anos depois, o poder aéreo ficou relegado ainda a um papel secundário em sua análise. Com as modificações introduzidas em sua teoria parece que pretendeu, isto sim, aliar a força das terras do *coração do mundo* ao poder dos mares que circundam essa região.

O avanço tecnológico experimentado nas últimas décadas, entretanto, trouxe à tona uma nova concepção de poder. A conquista dos ares tornou-se, a partir da Primeira Guerra Mundial, um dos fatores cruciais para se assegurar um bom resultado no combate militar, diminuindo distâncias e rompendo barreiras muitas vezes difíceis de serem transportadas por via terrestre ou marítima.

Considerando a sua importância futura vários estrategistas discutiram e formularam uma nova concepção de estratégia apoiada no fortalecimento da força aérea e no domínio dos ares. Entre esses, William Mitchell, J.F. Von Seecket, Alexander P. de Seversky e J. Douhet são os mais conhecidos representantes do poder aéreo. Não negligenciaram a necessidade das forças terrestres e marítimas, como afirmou Douhet. Para ele devia-se atentar para o fato de que

*"na atualidade temos plena consciência da importância do domínio do mar; não menos importante será dentro em breve, a conquista do ar, porque somente possuindo-o, aí então poderemos usufruir das vantagens que se resumem na frase: do alto vê-se bem e distingue-se o alvo facilmente. Só poderemos gozar seus benefícios plenamente quando pudermos obrigar os inimigos a permanecerem em terra"*⁴⁰.

Mitchell, por sua vez, defendeu a necessidade de uma força aérea forte, enquanto Von Seecket propugnou pela superioridade aérea.

*"aspirando não à anulação total da aviação adversária, mas sim a supremacia em tempo e espaço limitados em apoio as forças terrestres, móveis e potentes. É a conjunção força aérea-força motorizada que conseguiu tantos êxitos no início da Segunda Guerra Mundial"*⁴¹.

Por último, temos Seversky, admirador de William Mitchell, de quem foi colaborador durante mais de vinte anos. Seversky historiou diversos conflitos com o fito de mostrar o crepúsculo do poder naval, chegando à conclusão de que as esquadras já não estavam mais em condições de se sentirem "*senhoras do mundo*". Perdendo a sua capacidade ofensiva deixavam, portanto, de ser elemento principal na resolução de um conflito. Para Seversky, a força naval devia converter-se em um apêndice da força aérea. As suas posições foram bem definidas aqui:

*"A guerra será tanto mais rápida e decisivamente ganha, quanto mais cedo e mais completamente encararmos o fato de que, hoje em dia, a força aérea deve ser a espinha dorsal de qualquer estratégia vitoriosa. Essa revolução no pensamento nacional é essencial, antes que procedamos à mobilização dos homens, idéias e armas para a vitória"*⁴².

A influência das teorias

Como se pode observar pelas teorias expostas, são evidentes os esforços com que cada autor tenta valorizar a sua própria concepção de poder, seja ela terrestre, marítima ou aérea.

Mahan viveu quando a aviação dava os seus primeiros passos, portanto não podia prognosticar a sua eficácia futura. Isto no entanto

não significa que ele não tenha exercido marcada influência na conduta estratégica das grandes potências nas Grandes Guerras Mundiais deste século. O exemplo da Grã-Bretanha serve para ilustrar a importância do poder marítimo nos dois conflitos. Certamente seria incorrer em erro cair na assertiva de que o poder naval britânico foi o único responsável pelas vitórias. Fatores diversos devem ser considerados, como a aliança com outros Estados ou a política de equilíbrio mantida no continente europeu, mas que não minimizam a importância do poder naval.

Um de seus adeptos, em período mais recente, Nicholas John Spykman (1893-1943) mostrou também como o domínio dos mares foi importante, se não crucial, para a elaboração da estratégia dos Estados Unidos. Baseado nisso, Spykman lançou a *teoria das faixas marítimas*, que sucintamente constava da instalação de bases protetoras ao redor de todo o continente: no Atlântico, desde a Islândia, Groelândia, até a costa brasileira, passando pelas ilhas portuguesas e fazendo uma barreira no "*mediterrâneo americano*"; no Pacífico, desde as Ilhas Aleutas, Alasca, até o sul do Chile, região por ele considerada de menor importância porque além das bases já existentes no Pacífico Sul, nas ilhas Hawai — que estariam de alerta contra qualquer movimento suspeito nesta área — a distância

para um ataque direto aos Estados Unidos proveniente deste oceano era muito remota, dada a distância dos países potencialmente agressores. A sua preocupação maior era o Oceano Atlântico, onde se instalariam as bases avançadas formando um cordão protetor — o cordão sanitário — que desse tempo para que os Estados Unidos entrassem em alerta. Esta linha de conduta estratégica elaborada por Spykman não excluía, todavia, o poder aéreo⁴³.

Mackinder, com a teoria do *Heartland* raciocinava dentro de uma visão limitada de estratégia, e mesmo relegando o poder aéreo, foi grande a sua influência na Segunda Guerra Mundial. Um de seus seguidores, Karl Haushoffer (1869-1945) costumava referir-se à grande dívida que tinha para com ele. Há inclusive versões defendidas, por exemplo, por Hans Weigert que consideram tal a influência de Mackinder sobre Haushoffer, que este teria conduzido a política externa germânica fazendo com que seu país se mantivesse aliado à Rússia: assim poderia ampliar consideravelmente o seu poder estratégico, ocupando o *coração do mundo*. Segundo esta versão o Acordo Ribbentrop-Molotov realizado em 23 de agosto de 1939 teria sido uma vitória pessoal de Haushoffer que disputava com outro grupo, junto a Hitler, a responsabilidade pela formulação da estratégia alemã. Muitos conside-

ram inclusive Haushoffer autor de diversos capítulos da obra de Adolf Hitler, *Mein Kampf*. Dizem esses que as idéias expostas por Hitler nada mais eram do que as próprias idéias de Haushoffer. A dar crédito a estas versões, o rompimento das relações russo-germânicas, em julho de 1941, contrariou as concepções estratégicas de Haushoffer, confirmando as previsões por ele feita da impossibilidade de, simultaneamente, abrirem-se frentes diversas, ao invés de manter alianças, tentando conquistar a região inexpugnável, apoiando-se nos fundamentos da geopolítica⁴⁴.

Haushoffer buscou também inspiração em Ratzel e Kjellén. Pode-se verificar esta influência na concepção do *espaço vital* — *Lebensraum* — aplicada pelo III Reich e largamente divulgada pela *Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica)*, fundada pelo próprio Haushoffer e Obst em 15 de dezembro de 1943. Eram do primeiro afirmações como: "*O espaço rege a história da humanidade (...) visto que ele é o fator mais decisivo na política mundial*". Ou então, referindo-se à necessidade de a Alemanha ampliar o seu *espaço vital*:

As potências mundiais estão divididas em dois grupos fundamentalmente distintos: de um lado aqueles que têm muito mais espaço do que poderão algum dia dominar, e de outro, aqueles que

- 12 Clausewitz, Karl Von, *op. cit.*, p. 73.
- 13 Cf. Thompson, Kenneth W. — *Hacia una teoría de la política internacional*", in Hoffmann, Stanley (org.) *op. cit.*, p. 39-50.
- 14 Cf. Merle, Marcel — *Sociología de las relaciones internacionales*, Madrid, Editorial Alianza, 1976, 1a. parte.
- 15 Cf. Ferreira, Oliveira S. — *"La geopolítica y el Ejército brasileño"*, *op. cit.*, p. 161-199.
- 16 Nas palavras de B.H. Liddell-Hart, a distinção entre estratégia e grande estratégia é feita da seguinte forma: *"Assim como a tática é a aplicação da estratégia num plano mais baixo, a estratégia é igualmente uma aplicação da 'grande estratégia', também num plano inferior. Na realidade, a finalidade da grande estratégia — estratégia superior — é coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, tendo em vista a conquista do objetivo político da guerra, definido pela política fundamental do governo"*. Liddell-Hart, B.H. — *Estratégia*, *op. cit.*, p. 416-417. Consultar também: Beaufre, General — *Introduction à la stratégie*, Paris, Librairie Armand Collin, 1965; *Estratégia da ação — o procedimento político e militar na era nuclear*, Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1970; Celerier, Pierre, *op. cit.*
- 17 Cf. Sodré, Nelson Werneck — *Introdução à geografia — geografia e ideologia*, Petrópolis, Editores Vozes, 1976, p. 54. Ver também Chiavenato, Júlio José — *"Geopolítica capenga"*, *Leis Livros*, III (32), fev. 1981, p. 14.
- 18 Cf. ESG — *Geopolítica* — LS 17-77; Vasconcelos, Coronel Osny — *"A geopolítica e o Poder Nacional"*, *Segurança & Desenvolvimento*, XXI (150): 101-114, 1972.
- 19 Apud Vicens-Vives, J. — *op. cit.*, p. 49.
- 20 Apud Weigert, Hans W. — *Geopolítica, generales y geógrafos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 24-25.
- 21 Weigert, Hans W., *op. cit.*, p. 25.
- 22 Strausz-Hupé, Robert — *Geopolitics — the struggle for space and power*, 2a. ed., New York, Arno Press, 1972, p. VIII.
- 23 Backheuser, Evarado — *"Geopolítica e geografia política"*, *A Defesa Nacional* (541), 1972.
- 24 Mattos, Carlos de Meira — *A geopolítica e as projeções do poder*, *op. cit.*, p. 103.
- 25 Atencio, Jorge, *op. cit.*, p. 41.
- 26 Ancel, Jacques — *Géographie des frontières*, 8a. ed., Paris, Librairie Armand Collin, 1938, p. 195.
- 27 Tobal, Gaston F. — *Lecciones de geografía política*, 15a. ed., Buenos Aires, Edição do Autor, p. 11.
- 28 Henning & Korholz, *op. cit.*, p. 13.
- 29 Apud Lescano, José Z. — *op. cit.*, p. 104-107.

30 Apud Atencio, Jorge, *op. cit.*, p. 111.

31 Ratzel, Federico — *"Ubicación y espacio"*, in Rattenbach, A. B. (comp.), *op. cit.*, p. 33.

32 La Blache, Vidal de — *Principios de geografía humana*, 2a. ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1954, p. 42.

33 ESG — *Manual Básico* 75, p. 64 — Ver o ensaio de Burgues, M. & Wolf, D. — *"Brasil, el concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra"*, *Cuadernos Políticos*, México, Ediciones Era (20): 89-103, abr./jun. 1971. Também no *Larú Working Papers* (27): 1-2. Toronto, 1979 e *Revista de Cultura Vozes* LXXIV (5): 343-360, jun./jul. 1979. A ligação do conceito de Poder Nacional com a teoria funcionalista pode ser igualmente vista em Marçal, Heitor — *"O Poder Nacional"*, *Revista de Finanças Públicas*, fevereiro de 1967, p. 2-16. Ver também Silva, Golbery do Couto e — *"Interiorização o grande tema em debate"*, *Revista de Finanças Públicas*, janeiro de 1969, p. 2-4.

34 Os conflitos internacionais podem apresentar, teoricamente, diversos graus, desde as tensões resolvidas por via diplomática até a guerra total. De acordo com o Tenente Brigadeiro Lavêner-Wanderley, a guerra pode caracterizar-se (mas não necessariamente) diversos estágios na seguinte ordem:

1. Guerra convencional e limitada, caracterizada por operações militares com armamento convencional e num teatro de operações limitado;
2. Guerra convencional generalizada e sem restrições, quando ocorre a mobilização total dos recursos da nação e a utilização, sem restrição, de todos os tipos de armas convencionais;
3. Guerra com uso limitado de armas de destruição de massa, quando se empregam armas nucleares táticas num teatro de operações limitado, incluindo também o emprego limitado de armas químicas e biológicas;
4. Guerra com emprego amplo e indiscriminado de armas de destruição de massa, marcada pela utilização de armas nucleares químicas, biológicas e radiológicas: a fase que Lavêner-Wanderley designa de *"espasmo nuclear"*. Cf. Lavêner-Wanderley, Nelson F. — *Estratégia militar e desarmamento*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora/Edições Bloch, 1971, cap. 3. Consultar também Delmas, Claude — *La stratégie nucléaire*, Paris, Presses Universitaires de France (Que Sais-Jeu? vol. 1942), 1968; *Armamentos nucleares e guerra fria*, São Paulo, Perspectiva, 1979; Kissinger, Henry — *Nuclear weapons and foreign policy*, New York, Harper, 1957; *Armas nucleares y política internacional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1962.

³⁵ Morgenthau, Hans W. — *Politics among Nations — The struggle for power peace*, 5a. ed., New York, Alfred A. Knopf, 1973, p. 12. A esse respeito consultar ainda Stoessinger, J. C. — *O poder das nações — a política internacional do nosso tempo*, São Paulo, Livraria Cultrix, 1978, p. 33-35.

³⁶ Cf. Kissinger, Henry — *Armas nucleares y política internacional*, op. cit., p. 18-19.

³⁹ Mackinder, Halford — "The geographical pivot of History" in *Democratic Ideals and reality*, 2a. ed., New York, The Norton Library, 1962, p. 255.

³⁸ Mackinder, Halford — *Democratic ideals and reality*, op. cit., p. 150. Segundo Mackinder a Ilha Mundial é constituída de seis regiões naturais: o coração do mundo, as terras monônicas asiáticas, a costa europeia, o deserto do Saara, a Arábia e o coração do mundo do sul que corresponde a aproximadamente dois terços da África.

³⁹ Cf. Mahan, Alfred Thayer — *The influence of seapower upon History*, New York, Will and Wang, 1957, esp. cap. 1.

⁴⁰ Apud Atencio, Jorge op. cit., p. 309.

⁴¹ Apud Atencio, Jorge, op. cit., p. 310.

⁴² Seversky, Alexander P. de, op. cit., p. 227.

⁴³ Cf. Spykman, Nicholas J. — *Estados Unidos frente al mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, cap. 14 e 15.

⁴⁴ Esta versão é controversa. Straus-Hupé, op. cit., em 1942 já falava sobre a inveracidade deste tipo de vinculação, enquanto C. Troll fez o mesmo em 1947. Para C. Troll o que houve foi uma superestimação, no estrangeiro, da influência política de Hausnoffer. Cf. Troll, C. — "A geografia científica na Alemanha no período de 1933 a 1945; uma crítica e uma prestação de contas", *Boletim Geográfico*, VII (82): 1116-1130, e (83): 1269-1282, jan. e fev. de 1950.

⁴⁵ Cf. Haushoffer, Kael — "Poder e espa-

cio", in Rattenbach, A.B. (comp.), op. cit., p. 85-95.

⁴⁶ A União Soviética, etretanto, não fundamenta sua estratégia apenas no poder terrestre. O poder marítimo também é altamente considerado. Isto pode ser visto no trabalho de equipe escrito pelo Marechal V.D. Sokolovski sobre a estratégia militar soviética que orienta o Estado-Maior da União Soviética em seus preparativos militares contra o Ocidente. Cf. *O Estado de S. Paulo*, de 25 a 27 de março de 1980.

⁴⁷ Cf. Spykman, Nicholas J., op. cit., Weigert, Hans & Steffanson, Wilhjalmer (eds.) *Compass of the world: a symposium on political geography*, New York, MacMillan, 1945; Mills, Dennis R. — "The URSS: a reappraisal of Mackinder's Heartland concept", *The Scottish Geographical Magazine*, vol. 72, dec. 1956. Além desses, conferir os ensaios de Semmel, Bernard — "Sir Halford Mackinder: theorist of imperialism", *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, vol. 24, nov. 1958; Kruszewski, Charles — "The pivot of History", *Foreign Affairs*, vol. 32, p. 388-401, 1954; Weigert, Hans et alii — *Principles of Political Geography*, New York: Appleton-Century Crofts, 1957; East, W. Gordon & Moodie, A.E. (eds.) — *The changing world: studies in Political Geography*, New York, World Book Co., 1956; Jackson, W.A. Douglas — *Russo-Chinese Borderlands*, New York, D. Van Nostrand, 1962.

⁴⁸ Cf. Sondner Jr., Frederic — "A thousand scientists behind Hitler", *the Reader's Digest*, 38 (230): 23-27, jun. 1941.

⁴⁹ Destes autores ver: Demangeon, A., — "Géographie politique", *Annales de Géographie*, Paris, XLII (229): 22-31, jan. 1932; Brunhes, Jean & Vallaux, Camille, op. cit.; La Blache, Vidal de —, op. cit., Ancel, Jacques — *Géopolitique*, Paris, Delagrave, 1936; *Géographie des frontières*, op. cit.



O professor Shiguenoli Miyamoto é bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo e mestre em Ciência Política pela mesma Universidade. É atualmente professor de Ciência Política na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, SP.



MALVINAS, UMA GUERRA PARA REFLEXÃO

Théo Espindola Basto

INTRODUÇÃO

O primeiro conflito bélico entre duas nações do mundo ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial, foi desencadeado pelo domínio do arquipélago das Malvinas, distante 600 km das costas argentinas e estrategicamente situado na conexão marítima entre o Pacífico e o Atlântico.

Desde 1833 a Argentina reivindica a soberania dessas ilhas, alegando razões históricas e geográficas. Historicamente, como herdeira natural das possessões espanholas, esgrime nos foros internacionais a primazia no descobrimento; nessa linha de argumentos, estabelece que em 1520 o piloto espanhol Estéban Gomez do navio San Antonio, integrante da expedição de Fernando de Magalhães, teria

avistado as ilhas. Geograficamente, as Malvinas representam a continuação natural de sua plataforma continental e, portanto, sujeitas à soberania argentina. Esses são, basicamente, os argumentos exaustivamente sustentados pelo Palácio San Martin.

Para os ingleses, a descoberta das ilhas se deu em 1592, ano em que foram avistadas pelo navegador John Davis a bordo do *Desire*; em 1690 teriam sido batizadas pelo navegador John Strong com o nome de Falkland, em homenagem ao tesoureiro da marinha inglesa L. Cary Falkland. Apesar das inúmeras dificuldades em manter um vínculo com a Metrópole, principalmente pela distância, os malvinenses, em sua grande maioria, desejam manter a cidadania britânica; esse é o argumento-força da tese defendida por Londres.

Os primeiros exploradores foram os franceses através de uma expedição, sob o comando de Bougainville, de Saint Malô, donde se originou o nome de Maloines e, logo, Malvinas. Esses, em 1794, ocuparam a ilha oriental (Soledad) enquanto os ingleses iniciaram um núcleo populacional na ilha ocidental em Porto Egmond, através de John Byron.

Após a venda da colônia francesa à Espanha, os ingleses abandonaram o arquipélago que passou ao controle espanhol. A Argentina, declarando sua independência em 1816, reivindicou, de imediato, o domínio sobre as Malvinas. Em 1833, a belonave Clío, em uma expedição militar inglesa, retomou a posse do arquipélago, mantido, sob protesto, até o dia 2 de abril de 1982, quando após a falência das negociações anglo-argentinas, desenvolvidas em Nova Iorque, uma Força-Tarefa argentina atacou a guarnição local, iniciando a Guerra das Malvinas.

Apesar de ter sido um combate de curta duração, levado a efeito em um Teatro de Operações (TO) de dimensões reduzidas, se comparado com os da 2ª Guerra Mundial, esse conflito deixou um saldo considerável de perdas em vidas humanas e em material. Trata-se, portanto, de um conflito peculiar de guerra limitada. Além das dimensões reduzidas no tempo e no espaço, as seguintes características condicionam qualquer apreciação elaborada sobre os combates terrestres:

- ambiente operacional insular com características físicas e climáticas peculiares;

- inexpressiva participação de blindados e mecanizados;
- confronto entre um exército de profissionais e um exército de conscritos, com faixas etárias diferentes.

Apesar do pouco tempo decorrido, do sigilo que ainda encobre os documentos e relatórios oficiais e da deturpação proposital de alguns eventos pela imprensa, foram inúmeros os ensinamentos de natureza militar que deixou a Guerra das Malvinas.

A formulação de um julgamento mais preciso, que conduza a conclusões amadurecidas, torna-se impossível nos dias atuais; razão pela qual, nosso objetivo é o de apresentar dados que possibilitem a formulação de temas para reflexão, visando ao aprimoramento de nossa doutrina militar.

Aspectos Geográficos

O Atlântico Norte ao possibilitar a circulação de riquezas entre a América do Norte e a Europa, sempre foi objeto de muito interesse por parte das grandes potências, originando um instrumento conhecido como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O Atlântico Sul, por sua importância secundária no comércio mundial, permaneceu praticamente esquecido por muito tempo.

As ligações entre o Atlântico e o Pacífico, e o Atlântico e o Índico podem ser realizadas, respectivamente, através dos Canais de Panamá e de Suez; além dessas, pode a conexão ser realizada através das rotas oceânicas ao Sul da América

do Sul e ao Sul da África. A utilização do Canal de Panamá e do Canal de Suez vem se tornando, cada vez mais, menos confiável por se encontrarem em áreas conturbadas e em permanente estado de instabilidade política. Nesse contexto, o Atlântico Sul e, em particular, suas rotas oceânicas austrais adquirem uma significação especial no quadro estratégico mundial. Os arquipélagos em disputa, por sua posição privilegiada para o controle das rotas no Atlântico Sul, crescem de importância se, a esse aspecto, acrescentarmos a excelência de sua localização próxima ao Continente Gelado, objeto de futuras deliberações neste final de século. A Antártida, com suas reservas de minérios estratégicos e fonte inesgotável de proteínas para a humanidade, exercerá considerável influência estratégica sobre a área em litígio.

O arquipélago das Malvinas, ocupando uma área de 11.718 km², cerca de metade do Estado de Sergipe, é constituído por umas 200 ilhas, das quais se destacam a Gran Malvinas (Oeste) e a Ilha de Soledad (Este). Mais a Este, a 1500 km das Malvinas, estão as Geórgias do Sul com 3.850 km² onde se encontram as bases científicas de Leith e de Grytviken, na ilha de San Pedro. Aí o clima é muito rigoroso e as montanhas são abruptas e elevadas. Situado a 400 km a SE das Geórgias, se encontra o arquipélago das Sandwich do Sul constituído por onze ilhas que cobrem uma superfície de 300 km². A pesquisa científica, na ilha de Thule, é a única atividade existente nessa área e

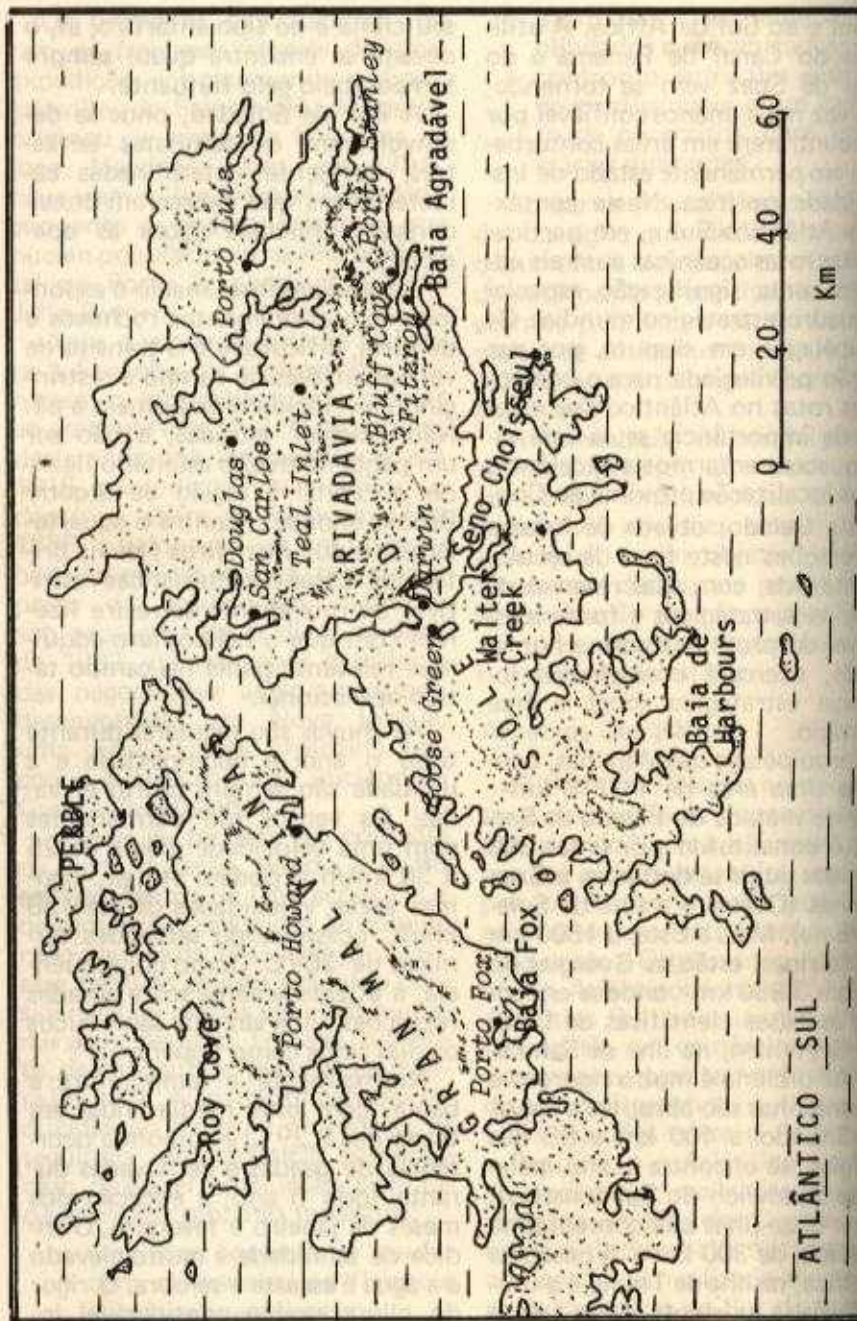
seu clima é do tipo antártico; aí, o oceano se encontra quase sempre tomado pelo gelo flutuante.

A ilha de Soledad, onde se desenvolveram os combates terrestres, apresenta determinadas características que exerceram considerável influência sobre as operações.

O solo é argiloso, macio e esponjoso com afloramentos rochosos e de turfa, dificultando o trânsito de veículo através do campo e restringindo a velocidade do homem a pé. Não existem estradas, a não ser um pequeno trecho asfaltado ligando a capital à região de Moody Brook, onde se encontra o aquartelamento dos Fuzileiros Navais britânicos. Essas características restritivas ao movimento terrestre fizeram com que o helicóptero adquirisse relevante papel no campo tático-operacional.

As chuvas são regulares durante todo o ano; a nebulosidade e a umidade são sempre muito elevadas. Os ventos são permanentes com uma velocidade média de 25 a 30 km/h e podem atingir, algumas vezes, velocidades de até 130 km/h, ocasionando sensações térmicas de -20°C. Como consequência, a atividade aérea sofre pesadas restrições, uma vez que são poucos os dias tidos como "operáveis".

Normalmente a temperatura é baixa, com uma média anual em torno dos 6,2°C; é comum a ocorrência de geadas e de nevadas durante todo o ano, à exceção dos meses de janeiro e fevereiro. O índice de salinidade é muito elevado e a água é escassa e salobra. O rigor do clima exerce considerável in-



fluência sobre o moral do combatente, além de impor cuidados especiais com a alimentação, fardamento e equipamento.

O terreno é pouco ondulado, encontrando-se as maiores elevações na parte setentrional da ilha de Soledad com alturas que nunca ultrapassam aos 700 m. Nelas, destacam-se as Alturas de Rivadavia que se constituem em um cordão orográfico unindo a Baía de San Carlos a Porto Stanley. A vegetação é baixa, do tipo gramínea e não existem árvores na região. Os poucos cursos-de-água existentes, não se constituem em obstáculos ao movimento. Como consequência, a inexistência de cobertas e abrigos torna a tropa vulnerável à atividade aérea; as condições para o estabelecimento de uma posição defensiva se tornam precárias pela ausência de cursos-de-água obstáculos e de elevações de porte. De um modo geral, o terreno favorece as ações ofensivas.

As principais localidades são a capital Porto Stanley, chamada de Porto Argentino logo após o 2 de abril, San Carlos, Douglas, Goose Green e Porto Darwin. Esta última se encontra estrategicamente localizada em um istmo de 2 km de largura por 7 km de extensão que une as partes Sul e Norte da ilha de Soledad. Uma população de aproximadamente 1800 habitantes, formada em sua maioria por nativos, conhecidos como "kelpers", está ligada, diretamente ou indiretamente, à ovinocultura, principal atividade econômica da ilha. Existe um rebanho de 700.000 cabeças cujo comércio é explorado

pela Falkland Company. A interferência dos "kelpers" nas operações, alguns ex-combatentes da 2ª GM, foi desde a omissão pura e simples até a insidiosa atuação como força de resistência em apoio às ações inglesas.

Em síntese, pode-se afirmar que as características da área de operações favorecem, basicamente, as ações ofensivas de uma tropa bem equipada e com alguma experiência de combate em áreas de clima frio; a disponibilidade de um número considerável de meios de transporte, principalmente marítimo e aéreo, aliada a um eficiente e contínuo fluxo logístico, são fatores que condicionam o êxito nesse tipo de ambiente operacional.

O Homem

Segundo conceito da Escola Superior de Guerra, um objetivo nacional permanente representa a cristalização dos interesses e aspirações nacionais praticamente imutáveis através do tempo e cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de toda a ordem a seu alcance. A reconquista das Malvinas é um sonho acalentado por várias gerações de argentinos. Eles aprendem, desde os bancos escolares, que somente com a recuperação da "hermanita perdida", se fará justiça à usurpação que sofreram no século passado.

A maior ou menor adesão de um povo a determinado projeto nacional depende, basicamente, do grau de motivação e de interesse envolvido. O nacionalismo se constituiu, dessa forma, num poderoso e

eficiente catalisador das mentes e num grande galvanizador das vontades para a conquista do objetivo colimado. O uso intensivo dos meios de comunicação de massa, de modo racional e eficiente, só será possível se resultar de um planejamento detalhado e completo. Esse plano deve obedecer a uma política educacional ampla e permanente em que o civismo é a base de uma consciência nacional, definitivamente identificada com os valores defendidos. A união nacional em torno do fenômeno Malvinas, na Argentina, é produto dessa educação contínua ao longo dos anos.

Em determinadas situações duas necessidades se tornam conflitantes: motivar e informar. A opinião pública, em uma situação de emergência nacional, é formada pela imprensa e pelos comunicados emitidos pelas autoridades. Em determinadas situações, por imperiosa necessidade da manutenção do sigilo, o público não pode ser informado. Em outras ocasiões, a necessidade de motivar é mais forte que a de informar. "A essência do êxito bélico se estriba no seu segredo. A essência do êxito periodístico se estriba em sua publicidade." Esses princípios constam das Normas Britânicas para os Correspondentes de Guerra, em vigor desde 1958.

"Na guerra, o medo ou, ao contrário, o entusiasmo podem ser dirigidos e provocados à vontade", segundo Serge Thakhotine; assim, motivar e informar são dois gumes da mesma arma, a mobilização psicológica.

O homem, como combatente alia às suas condições de cidadã outros atributos que o tornam capaz de se lançar, com risco da própria vida, sobre o inimigo para a conquista de determinado objetivo. No dizer de grandes generais da nossa História Militar, ele é a pedra fundamental em qualquer conflito. Sabe-se que a vitória ou a derrota dependem de decisões e ações, e não de meios, que são meios de meio à confusão e à improvisação comuns ao campo de batalha.

A tecnologia, tornando o material cada vez mais sofisticado, trouxe como consequência, a necessidade de alta especialização, o que implica formação de técnicos onerosa e longa duração. A evolução tecnológica será pouca válida se a máquina não dispuser de uma inteligência para decidir e de uma vontade para agir, atributos essenciais e inalienáveis do homem.

Na guerra das Malvinas se confrontaram, em condições peculiares, dois exércitos estruturalmente diferentes; um de profissionais e outro de conscritos. À primeira vista, o desenlace das operações não induz à idéia da necessidade de um exército profissional. As Forças Armadas se destinam, por imperativo constitucional à segurança externa e à segurança interna. Ao determinar que a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos da lei e da ordem é uma missão das Forças Armadas, impõe a própria Constituição Federal a necessidade de estarem em condições de atender a diversas hipóteses de conflito em qualquer parte do território nacional. É óbvio que dispõe de um exército de profissionais e

atenda ao imperativo de estar em condições de atuar em qualquer ponto do território nacional, é altamente oneroso para um País, como o nosso, de consideráveis dimensões territoriais. Esse fato torna o projeto inviável para países que se encontram em fase de desenvolvimento. Aí está o grande desafio: como manter um exército operacional, a baixo custo? A nosso ver, somente através de uma acurada seleção moral, física e psicológica, o Exército disporá de recursos humanos adequados e que, através da capacidade de liderança e a dedicação dos quadros profissionais, se converterá em um exército altamente operacional. É claro que há necessidade da existência de um efetivo para pronto emprego e, também, que a tecnologia impõe a necessidade de determinado efetivo, com maior grau de especialização. Para atender a essas imposições, será necessária a profissionalização de determinada parcela do efetivo com maior permanência no serviço ativo.

Apesar de altamente motivados, os soldados argentinos não estavam aclimatados à região, pois em sua maioria, provinham de áreas tropicais. Além disso, a fim de obter a surpresa, não houve uma convocação das reservas e as tropas deslocadas para as Malvinas, em sua maioria, estavam cumprindo o Serviço Militar obrigatório. Segundo dados fornecidos em "El Ejército Argentino en la Guerra de las Malvinas" do Gen Bda (Res) José Teófilo Goyret, cerca de 80% dos conscritos pertenciam à classe de 1962, dos quais a metade era

composta por convocados, pois já haviam dado baixa. Os 20% restantes pertenciam à classe de 1963 com instrução individual, apenas.

As tropas de Infantaria ligeira, os ingleses opuseram tropas profissionais de fuzileiros navais e de forças especiais como os Pára-quedistas e os Comandos. Essas tropas estavam acostumados a operar em áreas semelhantes, na Região Ártica. Além disso, os ingleses possuíam pequenas frações especializadas em ações de incursões, como por exemplo, os comandos do SAS (Special Air Service) e do SBS (Special Boat Squadron). Sendo dotadas de meios helitransportados, além de possuírem uma excelente capacidade para o combate noturno, as forças inglesas obtiveram significativa vantagem no poder relativo de combate. No campo de batalha, os soldados argentinos (chamados pela imprensa de "los chicos") defrontaram-se com tropas mais maduras e experientes.

Em síntese, pode-se atribuir à educação um papel primordial, em âmbito nacional, para forjar uma vontade férrea que permita ao povo vencer, em momentos de crise, as dificuldades que se antepõem à conquista de determinado objetivo. No campo tático-operacional, permanece o homem como sendo o elemento básico de qualquer conflito e de cuja força interior e capacidade profissional dependerá a vitória ou a derrota, no campo de batalha.

O Material

Apoio logístico é o "calcanhar de Aquiles" de qualquer operação.

militar. Foram grandes os problemas enfrentados por ambos os contendores e, quase sempre, complexos. Os ingleses tiveram que enfrentar a distância e as más condições atmosféricas locais, suprimindo uma Força com mais de uma centena de embarcações e cerca de 9.000 homens em operações. Consta do Relatório do Alte Sir John Fieldhouse, Comandante-em-Chefe da Força-Tarefa, ao Departamento de Defesa britânico, o seguinte trecho: "A logística sempre ocupou um lugar de primeira importância em meu pensamento. Durante o transcurso dos acontecimentos que descrevi, nenhum navio ficou sem combustível, nenhum sistema de armas ficou sem munição, apesar de uma linha de abastecimento de mais de sete mil milhas de extensão e das condições meteorológicas extremas que tivemos que enfrentar. "Os argentinos, ainda que estivessem muito mais próximos de Zona de Combate, tiveram que enfrentar um bloqueio aeronaval para manter um fluxo adequado para as ilhas, onde se encontravam mais de 10.000 homens. Além das duras condições climáticas e da dificuldade na distribuição, pela ação dos Harrier ingleses, os argentinos enfrentaram um sério problema devido à diversidade do material bélico importado e o embargo imposto pela Europa e os EUA.

O fluxo logístico compreende, basicamente, três fases interdependentes: obtenção, distribuição e utilização.

Obter é adquirir o já existente ou fabricar o que é necessário. Es-

tá intimamente ligado à capacidade do parque industrial de um país e à mobilização. A indústria assume a maior responsabilidade na obtenção de itens de suprimento necessários ao combate. Somente através da busca da nacionalização no mais alto grau, é que um país poderá, em momentos de crise, contar com um potencial à altura de um esforço de guerra. Acompanhar, na medida do possível, a evolução tecnológica é outra meta a ser alcançada. Portanto, auto-suficiência e modernização são os dois vetores componentes da capacidade de um país, para fazer frente a um prolongado esforço de guerra. A perfeita integração entre a indústria e as forças armadas é fundamental para que, em curto prazo, se mobilizem os meios necessários à guerra. Além disso, em nível de reforças, há necessidade de um planejamento centralizado e minucioso, que estabeleça estruturas simples e funcionais, testadas e avaliadas, desde o tempo de paz.

Distribuir é, fundamentalmente, transportar. É importante a utilização de todos os meios de transporte, que possam de modo econômico, integrado e rápido, fazer com que o suprimento chegue ao seu destino. A capacidade da linha viária, dos terminais, dos meios marítimos e aéreos condicionam o fluxo logístico. A eficiência do planejamento realizado depende do grau de interrelação entre o comprometimento dos meios disponíveis e a capacidade em mobilizá-los; obriga a uma constante atualização de dados e da legislação pertinente.

Os ingleses tiveram que recorrer a um programa intensivo de requisição e fretagem de navios civis para formar uma Força-Tarefa, nunca vista desde a 2ª GM. A colocação de armamento e plataformas para helicópteros em navios mercantes se constituiu em uma rotina de trabalho nos estaleiros britânicos. Isso permitiu a formação de uma Força-Tarefa com mais de uma centena de embarcações. Para diminuir os problemas ocasionados pela distância foi eleita a ilha de Ascensão como base logística, a meio caminho para a Zona de Operações, servindo como uma espécie de "porta-aviões fixo". Foram deslocados, por diversos meios aéreos e marítimos, mais de 17.000 toneladas de suprimentos para atender às operações.

Os argentinos também mobilizaram grande número de meios de transporte civil, se valendo de uma legislação adequada. A requisição de aviões da Aerolíneas Argentinas e da Austral, de transportes diversos, terrestres e marítimos, permitiu manter um eficiente fluxo para as ilhas, em material e pessoal, em curto espaço de tempo. É interessante observar que foram muito utilizados os "containers" para transporte de suprimentos em aeronaves e em cargueiros terrestres e marítimos, para a evacuação de feridos e, inclusive, para a sementeira de minas, através de helicópteros. Outro emprego para os "containers" foi o de servir como uma instalação semifixa, em módulos tipo Posto, Depósito, Centros, etc. A montagem do hospital de Porto Argentino foi possível ser realiza-

das em curto prazo, devido a utilização de pré-moldados. Entretanto, a maior dificuldade encontrada na ilha, pelos argentinos, foi a de distribuição dos suprimentos. A ação aérea inglesa destruiu a maioria dos helicópteros argentinos e, não dispondo de superioridade aérea local, o deslocamento de viaturas de rancho, chamadas de "Morochas" (morenas) pelos soldados, foi muito restringido. Sabe-se que grande quantidade de suprimentos se encontrava nos depósitos de Porto Argentino, por ocasião da rendição em 14 de junho.

Utilizar significa empregar e manter em condições de uso, com a máxima eficiência. A utilização do material compreende a técnica e o adestramento, aspectos esses, ligados à instrução do combatente. Vejamos alguns aspectos referentes à utilização do material, durante a Guerra das Malvinas.

Quanto às armas de Infantaria, o Fuzil 7, 62 mm foi empregado, com relativo êxito, por ambos os contendores; os problemas havidos foram devido à deficiência de manutenção, numa área de alto índice de salinidade e umidade. O emprego de morteiros leves e descartáveis facilitou, em muito, a progressão da Infantaria e proporcionou um excelente poder de fogo aos Grupos de Combate ingleses. As armas anticarro, se bem que não foram empregadas de acordo com sua finalidade principal pela existência de blindados operando nas ilhas, foram utilizadas pelos ingleses contra posições fortificadas e casamatas, com bom rendimento.

Quanto ao sistema de armas de Artilharia foram empregados meios de tubo e mísseis. Os Grupos de Artilharia de Campanha dispunham de Obuses de 105 mm, sendo que os dos ingleses possuíam um maior alcance (17 km). Apenas três peças de 155 mm, por seu maior alcance, foram empregadas pelos argentinos, como Artilharia de Costa. O grande fator de desequilíbrio, no entanto, foi a mobilidade. As peças inglesas eram transportadas em helicópteros para suas posições de tiro, já os obuses argentinos, que não dispunham dessa mobilidade, eram destruídos pela contrabateria inglesa, invariavelmente, após o quinto ou sexto disparo. Como sempre, a munição foi o artigo crítico do suprimento não só pelo seu grande volume e peso, como pelo seu grande consumo. A grande diversidade do material antiaéreo de calibres de 20 mm (Rheinmetal), 30 e 35 mm (Oerlikon) e de 40 mm (Boffors) e o grande consumo de munição, em face da intensa atividade aérea inglesa, foram os grandes problemas no emprego desses meios pelos argentinos, particularmente na defesa antiaérea de Porto Argentino. Os mísseis foram largamente empregados nas Malvinas. O Roland, solo-ar, lançado de plataforma fixa tipo "shelter" e o portátil Blowpipe, foram os mísseis mais empregados pelos argentinos além, é claro, dos Exocet AM-39 lançados de aeronaves Super Etendard. A rede de vigilância dos argentinos dispunha de uma unidade de maior potência, o Westinghouse TPS-43 que, por razões de economia de

combustível e para fazer frente a medidas de guerra eletrônica, não permanecia ligado durante muito tempo, debilitando assim a defesa antiaérea. Os ingleses empregaram os mísseis solo-ar Rapier com visão ótica, uma vez que o sistema eletrônico tornava sua instalação mais demorada, uma grande vulnerabilidade, em se tratando do estabelecimento de uma cabeça-de-praia. Além dos Rapier, foram empregados pelos ingleses, o portátil Blowpipe e os anticarros Milan e Swingfire, este sobre a viatura blindada Striker.

Quanto ao material de Engenharia, os ingleses dispunham de elementos helitransportados que foram largamente empregados para apoiar o movimento em terrenos minados e pantanosos, além de construir pistas de alumínio para os Harrier. A Engenharia argentina foi empregada em missões defensivas, mais particularmente na instalação de campos de minas. Na preparação da defesa da ilha, vários campos de minas foram lançados e demarcados. Entretanto, após o desembarque de San Carlos, foram lançadas minas, sem demarcação, em terrenos pantanosos por um sistema de espalhamento aéreo com uso de "containers" conduzidos por helicópteros de porte médio, voando a 200 m. Estes "containers" têm uma capacidade de 200 minas anticarro (AC) ou 2.500 minas antipessoal (AP). Minas de diversas origens foram empregadas na área; as FMK-1 (AC) e FMK-3 (AC), argentinas e não metálicas, além de um grande número de minas israelenses, espalhadas

nholas (P-4-A e C-3-A), americanas e italianas (VS. 1.6 e SB-33), estas de difícil detecção.

Quanto aos meios de Comunicação, os ingleses utilizaram desde o satélite americano, para ligação com o Reino Unido, até o rádio com laringofone acoplado ao capacete; um equipamento do tipo "hands-off operation", que dá maior liberdade de movimento ao combatente. Esse equipamento se constituiu em um elemento valioso, particularmente nas ações noturnas que obrigavam a um maior controle das operações.

A guerra eletrônica teve sua importância comprovada na guerra das Malvinas pois evidenciou que o emprego da arma eletrônica é um

fator multiplicador da eficiência operacional. Como exemplo, destacamos o bloqueio das comunicações argentinas com o continente que impediu o acionamento da Força Aérea durante o desembarque inglês no dia 21 de maio em San Carlos. Para que um Comandante possa influir na ação utiliza-se do sistema C3I (Comando, Controle, Comunicações e Informações) que é altamente vulnerável à guerra eletrônica. A criação de ecos "fantasmas" nas telas dos radares desorienta e confunde, conduzindo ao desgaste moral, físico e material.

Quanto aos blindados, seu emprego não foi significativo, devido às restrições impostas pelo terre-



Os argentinos empregaram, dez Panhard AML, de fabricação francesa, blindado sobre-rodas, armado com um canhão de 90mm.

no. Os argentinos empregaram, dez Panhard AML de fabricação francesa, blindado sobre-rodas armado com um canhão de 90 mm; alguns desses veículos atolaram nas imediações de Porto Argentino. Os ingleses empregaram com melhor rendimento os CC Scorpion, com estrutura de duralumínio, pesando apenas 8 ton, sobre lagartas e armado com um canhão de 76 mm e o Scimitar. Além desses, empregaram veículos para qualquer terreno sobre rodas Saracen e Striker, alguns dos quais foram muito importantes para o apoio logístico.

Quanto a meios de transporte terrestre, apesar da grande quantidade de viaturas existentes na ilha, sua utilização só foi possível nas localidades, empregadas mais em missões logísticas do que em combate. Pela sua agilidade e possibilidade de emprego em qualquer terreno, a motocicleta foi empregada com sucesso, por ambos os contendores.

Um capítulo especial poderia ser dedicado ao helicóptero na guerra das Malvinas; sua importância já havia sido destacada no Vietnã. Apesar das difíceis condições meteorológicas existentes na área pois, dos quarenta e quatro dias que duraram os combates, apenas vinte e quatro foram considerados como permitindo as ações com helicópteros, seu emprego pelos ingleses foi decisivo para as operações. Em cada dia de operação, os helicópteros transportaram cerca de 8 toneladas de combustível e munição por batalhão, além de 4 toneladas de munição de artilharia de 105 mm; é um dado signifi-

cativo. Além do seu emprego em apoio logístico, os helicópteros foram largamente empregados no transporte da Infantaria em movimentos maciços de tropa ou na realização de envoltimentos verticais. O transporte do equipamento material do combatente possibilitou reduzir seu desgaste físico deixando-o em boas condições para o combate aproximado. O apoio como arma, lançando mísseis ou dirigindo o fogo da artilharia terrestre ou naval, evidenciou seu caráter de multiplicador da capacidade operacional terrestre. Em algumas oportunidades, o helicóptero se mostrou superior ao avião em apoio aéreo aproximado pela maior facilidade na identificação e localização de objetivos. Entretanto, helicóptero e avião não são excludentes mas sim complementares, uma vez que o emprego do primeiro depreende a disponibilidade de uma superioridade aérea total, garantida pelo segundo.

Os meios para o combate não utilizados pelos ingleses permitiram uma nítida vantagem nos combates terrestres, ainda mais considerarmos que nessa época os dias são muito curtos, um período de apenas 9 horas de luminosidade. Não apresenta novidade pois, foram empregados aparelhos infravermelhos e de intensificação da luz, acoplados às armas e a meios de transporte o uso individual. O emprego dos meios à base de raios laser favoreceu, em muito, a condução dos combates sob quaisquer condições.

Em síntese, podemos estabelecer alguns temas para reflexão.

assuntos referentes a material. É necessário que o País disponha de um parque industrial forte e moderno que possa atender às necessidades das Forças Armadas em um esforço de guerra; auto-suficiência e modernização são requisitos básicos. É importante que haja um planejamento de mobilização integrado entre as Forças Armadas; sua validade está ligada à atualização constante e a exercícios periódicos. A obtenção, distribuição e utilização do material devem ser minuciosamente planejadas e, principalmente, exercitadas desde o tempo de paz."

O Combate

A guerra das Malvinas, para fins de análise, pode ser dividida em quatro fases:

- Operação Rosário: desembarque anfíbio realizado pelos argentinos nas Malvinas e nas Geórgias do Sul (2 e 3 de abril de 1982);

- Ações Preliminares: ações realizadas até a retomada das Geórgias pelos ingleses (4 a 24 de abril de 1982);

- Guerra Aeronaval: período compreendido entre a reconquista das Geórgias e a operação em San Carlos (25 de abril a 20 de maio de 1982);

- Guerra Terrestre: ações militares nas Malvinas desde o estabelecimento da cabeça-de-praia em San Carlos até a rendição argentina, em Porto Argentino (21 de maio a 14 de junho de 1982).

Em se tratando de um enfoque tático, da Guerra das Malvinas, qualquer incursão no campo estra-

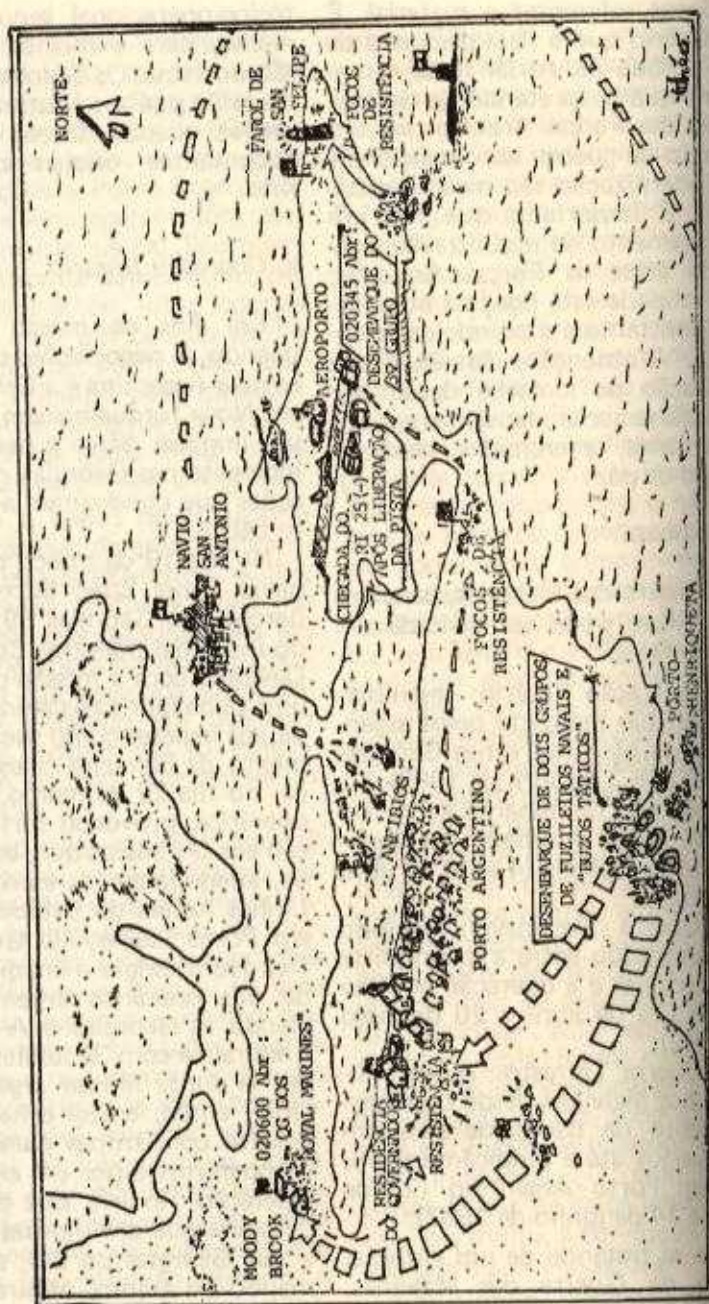
tégico-operacional servirá, tão somente, para a melhor compreensão do tema. Os dados aqui expostos estão sujeitos a futuras comprovações quando forem divulgados documentos oficiais desse conflito.

a. Operação Rosário

Em fins de março de 1982, quando as negociações conduzidas entre a Argentina e a Grã-Bretanha em Nova Iorque haviam chegado a um impasse difícil e perigoso, um incidente nas Geórgias detonou as ações que conduziram ao confronto bélico.

No dia 19 de março de 1982, o navio Bahia Buen Suceso desembarcou nas Geórgias 39 operários do industrial argentino Constantino Davidoff com a missão de demolir uma velha fábrica baleeira, comprada aos ingleses como sucata. O içamento da bandeira celeste e branca, no dia 22 de março, por esses operários, provocou forte indignação aos britânicos que, em represália, apedrejaram os escritórios das Linhas Aéreas do Estado (LADE), em Porto Stanley. O Governador Rex Hunt exigiu a imediata retirada dos operários argentinos, enviando às Geórgias o A-171 HMS Endurance com 35 fuzileiros a bordo. A Junta Militar argentina decidiu, então, enviar o navio Bahia Paraíso com tropas para proteger os operários e por em execução a Operação Rosário que previa um desembarque anfíbio nas Malvinas e nas Geórgias do Sul, sob o comando do Contra-Almirante (Fuz Nav) Carlos Busser. A Grã-Breta-

A CONQUISTA DE PORTO ARGENTINO (Operação ROSÁRIO)
(02 Abr 82)



nha, prevendo o ataque, decidiu reforçar a guarnição local, dobrando seu efetivo para 80 homens, com Fuzileiros Navais que já se encontravam em Montevideu, a bordo do John Briscoe.

Na noite de 1º para 2 de abril, o destróier Santíssima Trindade desembarcou dois grupos de Comandos Anfíbios na região de Porto Henriqueta com a missão de neutralizar os "marines" aquartelados em Moody Brook e forçar a rendição do Governador inglês, em Porto Stanley. Às 0345 horas, um terceiro grupo desembarcou de um submarino com a missão de ocupar o farol de San Felipe, no extremo Este da península onde se encontra o aeroporto. O aquartelamento estava deserto pois os fuzileiros encontravam-se entrincheirados em diversos pontos da ilha. Os combates de maior envergadura foram travados nas proximidades da residência do Governador. Às 0830 horas se produziu o Cessar-Fogo, acordado entre o Governador inglês Rex Hunt e o Comandante do TOM, o Gen Div Osvaldo Garcia; às 1000 horas foi assinada a rendição. Nessas ações, os ingleses não sofreram nenhuma perda pois, os fuzileiros argentinos se preocuparam em evitar baixas por expressa recomendação da Junta Militar que desejava uma ação inócua. Os argentinos, durante o ataque à residência do Governador, sofreram três baixas, entre as quais a morte do Capitão-de-Corveta Fuzileiro Naval Pedro Edgardo Gianchino. O farol de San Felipe foi ocupado sem grande resistência, enquanto o aeroporto era liberado

por um Pelotão de Infantaria sob o comando do Aspirante Roberto Reyes. Tão logo permitiram as condições, deu-se a chegada dos Hércules C-130 trazendo efetivos do RI 25 (Reforçado) sob o comando do Ten Cel Mohamed Ali Seineldin, conhecido como "O Turco". Às 1330 horas foi hasteada a bandeira argentina em Porto Stanley.

As Geórgias, no dia seguinte, passaram ao controle argentino, defendidas por uma guarnição de 150 fuzileiros navais e Forças Especiais ("Os Lagartos"), sob o comando do capitão Alfredo Astiz.

No dia 07 de abril, o Gen Bda Mario Benjamin Menendez assumiu o cargo de Governador Militar das Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul. Buscou, de imediato, obter o apoio da população local através de diversas medidas de caráter social. O reconhecimento e a garantia dos direitos dos malvinenses foram as primeiras preocupações do Governo Militar. Diversas medidas de caráter fiscal, monetário e postal, procuraram agilizar a transferência da administração inglesa para a argentina. A melhoria do atendimento hospitalar e do aquecimento das casas, a produção de programas especiais de TV e até a distribuição gratuita de aparelhos de TV a cores, estiveram nessa ação social visando a obtenção do apoio dos "kelpers". Entretanto, sabe-se que esse apoio nunca chegou a se materializar. Ao contrário, vários "kelpers" chegaram a atuar como uma verdadeira Força de Resistência.

A defesa da Ilha foi organizada com um dispositivo com centro de

gravidade em Porto Argentino. Aí permaneceram, além de quatro Grupos de Art (dois Antiaéreos), cinco Regimentos de Infantaria: os RI Mec 3, 6 e 17 pertencentes à 10a Bda Inf Mec, o RI 4 da 3a Bda Inf e o RI 25 da 9a Bda Inf. Para a defesa da Gran Malvinas foram destacados o RI 5, na área de Porto Howard, com responsabilidade sobre o acesso Norte do Estreito de San Carlos e o RI 8, juntamente com a 9a Cia Eng, em Bahia Fox, ao Sul. Na ilha de Pebble (Borbón) foi instalada a Base Aeronaval de Calderon, a cargo de uma Companhia de Fuzileiros Navais. Uma área vital como Darwin e Goose Green, onde existia a segunda pista de pouso da Ilha, foi guarnecida pelo RI 12 (+ Cia Cdo/RI 25) sob o comando do Ten Cel Piaggi. O controle de Porto Argentino permaneceu a cargo do 5º Batalhão de Fuzileiros Navais.

Os efetivos argentinos nas Malvinas alcançaram cerca de 12.900 homens, sendo 2000 da Armada e 1000 da Força Aérea.

Numa apreciação sumária, pode-se afirmar que a Operação Rosário foi bem sucedida por ter conseguido manter um grau de sigilo tal que Londres não teve tempo para deslocar uma força de dissuasão para a área. Se a surpresa estratégica foi lograda, a surpresa tática não foi obtida uma vez que, desde o dia 30 de março, os ingleses já organizavam a defesa da Ilha. Os argentinos, com grande superioridade de efetivos, empregaram, corretamente, velhos princípios de guerra entre os quais destacamos: a surpresa, a ofensiva, o objetivo e

a manobra. Foi uma operação combinada bem planejada e bem executada, com efetivos de forças terrestres, marítimas e aéreas.

Do ponto de vista tático, se considerarmos a dificuldade de deslocamento e a exigüidade de meios de transporte, principalmente helicópteros, pode-se concluir que a concentração em Porto Argentino reduziu a flexibilidade do Menendez para atender às diversas possibilidades de desembarque. Do ponto de vista político e militar, essa concentração materializou importância atribuída à manutenção de Porto Argentino, pelo governo de Buenos Aires.

b. Ações Preliminares

Argentina e Inglaterra, no campo estratégico-operacional, desenvolveram, nesse período, várias atividades tendentes a buscar as melhores condições para o desenrolar do conflito bélico. Aqui, analisamos a organização do Teatro de Guerra e as atividades desenvolvidas por ambos os contendores até a retomada das Geórgias por ingleses.

O Teatro de Guerra foi organizado com uma Zona de Interação abrangendo o território continental ao Norte da Província de Chubut, uma Zona de Administração abrangendo a Província de Chubut e uma Zona de Combate abrangendo a Província de Santa Cruz. Uma "zona de exclusão" de 200 milhas náuticas em torno das Malvinas.

Do dia 2 de abril até o 14 de maio de 1982, a responsabilidade da condução estratégica-operacional



nal argentina esteve a cargo de três organismos combinados: Teatro de Operações Malvinas (TOM), Teatro de Operações do Atlântico Sul (TOAS) e Centro de Operações Conjuntas (CEOPECON).

O TOM foi criado para a execução da Operação Rosário, abrangendo os arquipélagos das Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e aéreos adjacentes. O Comando do TOM foi exercido pelo Gen Div Oswaldo J. Garcia, Comandante do 5º Corpo de Exército com assento em Bahia Blanca, tendo como Cmt das Forças Terrestres o Gen Bda Americo Daher, Cmt da 9a Bda Inf.

Com a chegada do Gen Menendez a Porto Argentino, foi criado o TOAS abrangendo a mesma área do TOM e mais os espaços marítimos e aéreo necessários a assegurar o controle do litoral atlântico da Argentina Continental. Para o Comando do TOAS foi designado o Vice-Almirante Juan José Lombardo e subordinado a ele, os três componentes: terrestre (Gen Bda Julio Cezar Ruiz), aéreo (Major-Brigadeiro A. C. Weber) e naval (Contra-Almirante W. O. Allara).

No dia 26 de abril, o Gen Menendez organizou três Agrupamentos com as Forças Terrestres sob seu comando. O Agrupamento "Porto Argentino" sob o comando do Gen Jofre (Cmt 10a Bda Inf Mec), o Agrupamento "Gran Malvinas" sob o comando do Gen Parada (Cmt da 3a Bda Inf) e o Agrupamento "Darwin", também chamado de "Giachino" em homena-

gem ao oficial Fuzileiro Naval morto durante a Operação Rosário, sob o comando do Chefe EM da 3a Bda Inf.

No dia 29 de abril, foi criado o Comando Conjunto Malvinas, cujo Chefe de EM foi o Gen Americo Daher (Cmt da 9a Bda Inf), cargo que exerceu até assumir a missão de apoio logístico às operações, em Comodoro Rivadavia, com a chegada à Porto Argentino do Gen Jofre (Cmt da 10a Bda Inf Mec). Constituíram esse Comando o Contra-Almirante Edgardo A. Otero (naval) e o Brigadeiro Luiz Castellanos (aéreo). Na realidade, o Gen Menendez foi, além de Governador Militar, o Cmt das Forças Terrestres e o Cmt do TO (Comando Conjunto Malvinas).

O TOAS, criado em 8 de abril, foi praticamente desativado em 20 de maio quando se integrou ao CEOPECON, com assento em Comodoro Rivadavia, e constituído pelo Gen Div Oswaldo Jorge Garcia (terrestre), Vice-Almirante Juan José Lombardo (naval) e Major-Brigadeiro A. C. Weber (aéreo). Para o apoio administrativo, foram organizados dois escalões: um Avançado (Comodoro Rivadavia), sob o comando do Gen Bda Julio Cezar Ruiz e um Recuado (Buenos Aires), sob o comando do Gen Bda Americo Geronimo Herrera. O apoio logístico em vez de ser centralizado, apesar da existência de um Centro de Operações Logísticas (COL) em Porto Argentino, foi descentralizado, sendo o apoio responsabilidade de cada Força. Mais de 5000 toneladas de carga chegaram à Base Militar Malvinas em

Porto Argentino, durante as operações.

É importante se destacar que as modificações nos Comandos, durante as operações, foi um fator negativo, principalmente por não obedecerem ao princípio de Unidade de Comando. Outro aspecto negativo foi o da descentralização do apoio logístico que criou maiores dificuldades ao Exército, pois não dispunha de meios de transporte adequados, dependendo da Força Aérea e da Marinha para o suprimento em um TO insular.

A Operação "Corporate" (Combinada), cujo objetivo era a retomada dos arquipélagos austrais, foi desencadeada pela Inglaterra sob o comando do Almirante Sir John Fieldhouse, com seu Posto de Comando em Northwood (Londres). O Comandante da Força-Tarefa Britânica foi o Contra-Almirante John Woodward e o comando das Forças Terrestres esteve a cargo do Major-General (Gen Div) John Jeremy Moore do "Royal Marines". Duas Brigadas constituíram as Forças Terrestres: a 3a Bda de Comandos (Fuzileiros Navais), sob o comando do Gen Bda Julián Thompson, e a 5a Bda Inf sob o comando do Gen Bda Anthony Wilson. Com mais de 100 embarcações, a Força-Tarefa Britânica empenhou um efetivo de 25.000 homens, sendo 9.000 das Forças Terrestres (6.000 do Exército e 3.000 do Corpo de Fuzileiros Navais).

O Teatro de Guerra foi organizado com uma Zona de Combate (área de 200 milhas náuticas em torno das Malvinas) e uma Zona de Administração (área de contro-

le de 100 milhas náuticas em torno da Ilha de Ascensão). Mais tarde, foi decretada uma "Zona de Serviço", abrangendo o espaço marítimo e aéreo da Ilha de Ascensão ao extremo Norte da Antártida.

O 1º Escalão zarpou de Portsmouth no dia 5 de abril e, quatro dias depois, partiram de Southampton, 2.500 fuzileiros da 3a Bda de Comandos, a bordo do transatlântico Camberra. Contando com submarinos nucleares na área, a Inglaterra declarou uma "Zona de Exclusão Marítima" em uma área de 200 milhas náuticas em torno das Malvinas, interditada à navegação argentina, a partir das 0400 horas do dia 12 de abril de 1982. Segundo consta, esses submarinos nucleares estavam armados com torpedos convencionais Tigerfish.

No dia 21 de abril, o Camberra, com 2.500 homens a bordo, chegou à ilha de Ascensão, somando-se a 1.000 homens embarcados no Fearless. Nesse mesmo dia, o 1º escalão ultrapassou o paralelo do Rio de Janeiro e foi estabelecido o primeiro contato militar, quando um Harrier interceptou um Boeing argentino em missão de reconhecimento sobre a frota inglesa.

Após ter rechaçado uma proposta que previa o estabelecimento de um Governo tripartite nas ilhas, o Gen Leopoldo Fortunato Galtieri, acompanhado de vários ministros e políticos, visitou Porto Argentino, no dia 22 de abril.

No dia 23 de abril, a frota inglesa entrava na situação de "alerta de defesa", última etapa antes da situação de combate, enquanto a Argentina denunciava a presença

de dois navios de guerra ingleses e de um de transporte de tropas, nas proximidades das Geórgias.

Nos campos político e econômico, várias medidas foram tomadas,

uma de cada País. Margareth Thatcher, após ter rompido relações diplomáticas com a Argentina, no dia seguinte à queda de Porto Stanley, obteve das Nações Unidas a Resolução 502 condenando a atitude argentina e exigindo a imediata retirada de suas tropas das Malvinas. Conseguiu, também, o apoio da Comunidade Econômica Européia (CEE) através do embargo da venda de armamentos (09 de abril) e da suspensão das importações argentinas (10 de abril); bloqueou os fundos e valores argentinos, em poder das instituições financeiras britânicas.

A Argentina, nesse período, criou o "Fundo Patriótico das Malvinas", destinado a arrecadar fundos através de doações populares, mobilizando todo o País. Também, em represália, decidiu suspender as importações da CEE e declarou em "estado de indisponibilidade" os bens britânicos na Argentina. Considerou, ainda, a zona de bloqueio, imposta em 7 de maio, como uma "zona de agressão". Através do seu Chanceler, Costa Mendez, a Argentina acionou a OEA para a convocação dos Ministros de Relações Exteriores para estudar a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A reunião foi realizada no dia 26 de abril e nela, a OEA aprovou uma resolução reconhecendo a soberania argentina sobre as ilhas.

c. Guerra Aeronaval

Empregando dois helicópteros Sea King, em uma ação iniciada às 0800 horas do dia 25 de abril, os ingleses atacaram a Guarnição de Grytviken, atingindo o Submarino Santa Fé que se encontrava ancorado, realizando uma missão de apoio logístico. Em seguida, foi realizado o desembarque anfíbio nas proximidades do porto, sob forte proteção da artilharia naval. A guarnição argentina, composta por 150 fuzileiros navais, após oferecer alguma resistência, se rendeu às 1500 horas e, duas horas depois, era realizado o desembarque em Porto Leith. Na oportunidade, foram aprisionados 39 operários argentinos que haviam desembarcado nas Geórgias, no dia 19 de março.

Dispondo, agora, de um verdadeiro "porta-aviões fixo", os ingleses iniciaram a preparação para o assalto anfíbio às Malvinas. A partir de então, buscaram, sistematicamente, destruir os meios que proporcionassem alguma mobilidade às forças argentinas, particularmente em helicópteros, além de causar baixas e desgastar.

Cinco dias após a retomada das Geórgias, o Presidente Reagan declarou que apoiava a Inglaterra, através de suprimentos militares e da imposição de sanções econômicas à Argentina. Contando com a aviação embarcada nos porta-aviões R-05 HMS Invincible e R-12 HMS Hermes, a Inglaterra resolveu ampliar a "zona de exclusão marítima" para o espaço aéreo, definindo uma "zona de exclusão total", a partir de 30 de abril.



No dia 2 de maio, o afundamento do Cruzador Gen Belgrano causou forte impacto na opinião pública pelo fato de se encontrar navegando fora de zona decretada como de "exclusão marítima".

As ações de combate, em forma efetiva, foram iniciadas no dia 1º de maio quando o Cmt da Força-Tarefa britânica, Almirante Woodward, intimou o Gen Menendez à rendição, após intensos bombardeios sobre Darwin, Goose Green e Porto Argentino. Foram iniciadas, então, inúmeras ações tipo Comando visando ao desgaste material e psicológico, como também à obtenção de informações. Dispunham, para isso, de experientes Comandos dos "Special Air Service" (SAS) e "Special Boat Squadron" (SBS)", contando, ainda, com o apoio dos "Kelpers". O bombardeio aéreo e naval passou a fazer parte da rotina na ilha, contribuindo para afetar o moral dos defensores. Através de diversas emissoras de rádio, difundiam informações e mensagens, buscando influir no moral do combatente argentino, ao mesmo tempo que realizavam ações diversionárias em vários pontos da ilha, simulando desembarques de grandes efetivos. Contando com inquestionável superioridade em meios de guerra eletrônica, os ingleses realizaram a escuta, interferiram nas comunicações e realizaram, com sucesso, a contra-informação.

A característica desse período, no entanto, foi o emprego intensivo da aviação argentina contra a Força-Tarefa, os combates aéreos que se travaram e o afundamento de navios.

No dia 2 de maio, o afundamento do cruzador Gen Belgrano por torpedos Mark 8, lançados do submarino nuclear S-105 HMS Conqueror, causou forte impacto na

opinião pública pelo fato de se encontrar navegando fora da zona decretada como de "exclusão marítima" e abalou, certamente, o moral das forças defensoras, com um saldo de quase 400 mortes. Nesse mesmo dia, o aviso Alferes Sobral foi atacado e avariado por helicópteros Sea Lynx, ao Norte de Porto Argentino. Em represália, um Super Etendard da Aviação Naval, no dia 4 de maio, atingiu o destróier D-80 HMS Sheffield (empregando um míssil Exocet AM-39) que, posteriormente, foi afundado pelos ingleses.

No dia 7 de maio, a Inglaterra anunciou a ampliação da "zona de exclusão total" (200 milhas em torno das Malvinas) para uma área tão ampla que deixou, apenas, uma estreita faixa de 12 milhas, liberada à navegação costeira argentina. Declarou, também, com sua "zona de serviço", o espaço aéreo e marítimo entre a ilha de Ascensão, protegida por uma área de 100 milhas em torno da ilha, e o extremo Norte da Antártida. No dia 9 de maio, foi afundado o pesqueiro Narwall e, dois dias depois, a fragata F-174 Alacritty afundou o navio transporte Isla de Los Estados, ambos de bandeira argentina.

A 5a Bda Inf, a bordo do transatlântico Queen Elizabeth II, zarpou de Southampton no dia 12 de maio, com destino às Geórgias, onde se realizaria o transbordo. Na área de operações, já se encontravam os efetivos da 3a Bda de Comandos, a bordo do Camberra e do navio de assalto Fearless.

Em uma incursão de Comandos do SAS, na noite de 14 para 15 de maio, com apoio de fogo procedente do D-19 HMS Glamorgan, foram destruídos onze aviões, entre os quais seis IA-58 Pucarâ e um depósito de munições, na Base Aeronaval Auxiliar de Calderon, ilha de Pebble. No dia seguinte, dois navios de transporte argentino foram avariados pelos Sea Harrier, o Bahia Buen Suceso e o Rio Carcaraná.

Durante o transcurso dessa fase, prevaleceu, de certa forma, a ação da aviação argentina, causando inúmeras baixas à Frota Britânica: navio-transporte SS Atlantic Conveyor (25 Mai), D-80 HMS Sheffield (4 Mai), D-118 HMS Conventry (25 Mai), F-184 HMS Ardent (21 Mai), F-170 HMS Antelope (23 Mai) e os navios Sir Galahad (8 Jun) e Sir Tristan (8 Jun). De sete navios perdidos pelos ingleses, apenas um não era de guerra; já os argentinos, dos seis perdidos, apenas dois eram de guerra (cruzador Gen Belgrano e o submarino Santa Fé). Os dados sobre as perdas em aeronaves, ainda são bastante contraditórios.

Essas ações, preliminares ao assalto anfibio, permitiram aos ingleses a obtenção de dados para a seleção do local de desembarque, além de reduzir, drasticamente, a mobilidade das forças argentinas.

6. A Guerra Terrestre

Desde o início das operações no Atlântico Sul, o Alto Comando inglês se defrontou com duas alternativas para a retomada das Malvinas.

A primeira, seria um bloqueio total impedindo a chegada de suprimentos até que, exaurida, a Força se rendesse. A segunda, seria o imediato assalto anfibio para a reconquista da capital e consequente assunção do controle político e militar dos arquipélagos. Uma análise superficial das duas alternativas permite levantar várias desvantagens para a primeira opção. Um bloqueio prolongado imporiria um grande desgaste às tropas embarcadas, sob condições precárias e submetidas às intempéries, comuns naquela época do ano. Além disso, os navios ingleses se constituiriam em objetivos altamente compensadores e extremamente vulneráveis à ação da aviação argentina. As informações disponíveis davam conta de uma boa capacidade da força defensora para resistir a um bloqueio com um nível de estoque suficiente para, pelo menos, trinta dias. Esse prazo era suficiente para aguardar a chegada do inverno que levaria à imobilização das frentes por um largo período, impondo um pesado ônus para o apoio logístico. Outro aspecto relevante se referia à vulnerabilidade dos eixos de suprimento, extremamente alongados, se considerarmos a superioridade aérea argentina, baseada no continente. Essas razões conduziram à realização de um assalto anfibio, no mais curto prazo. O tempo foi o fator preponderante.

Outro dado importante foi a seleção do local para o estabelecimento da cabeça-de-praia. Surpresa, segurança e rapidez eram as condicionantes da operação a ser desencadeada. A surpresa seria ob-

tida através de um desembarque em local considerado pouco provável pelos argentinos e submetido, por isso, a riscos impostos pela Geografia. A segurança seria obtida através de um desembarque em local fracamente defendido, afastado do grosso das forças defensoras. A rapidez seria obtida pelo emprego de elementos helitransportados e pelo desembarque em uma área com boas vias de acesso a Porto Argentino.

A Baía de San Carlos, situada na extremidade Oeste de Soledad, com boas praias e em local relativamente protegido pelas elevações circundantes, foi o local escolhido para a cabeça-de-praia. Além do mais, a Força de maior valor se encontrava a 24 km, em Darwin e Goose Green. Esse local foi considerado pouco provável pelos militares argentinos que esperavam o assalto vindo de Este, diretamente sobre Porto Argentino, devido às grandes dificuldades para o deslocamento terrestre na ilha. Consideravam, também, que o Estreito de San Carlos, por sua pouca profundidade e largura, restringia muito as manobras dos navios e, portanto, não deveria ser utilizado pelos ingleses.

Na noite de 20 para 21 de maio, um grupo composto por doze navios, entre os quais os navios de assalto L-10 HMS Fearless e o L-11 HMS Intrepid, e o Camberra com tropas da 3a Bda de Comandos, se deslocou para o Estreito de San Carlos. Um segundo grupo, composto pelos porta-aviões Invincible e Hermes, e sua escolta, se deslocou para proporcionar o apoio de

fogo e apoio aéreo aproximado operações, posicionando-se a Sudeste de Porto Argentino, fora alcance da aviação argentina.

O desembarque foi iniciado às 0340 horas, sendo a tropa transportada por 16 lanchas de assalto procedentes dos navios de assalto anfíbio. O Posto de Comando da operação permaneceu a bordo do HMS Fearless. Os primeiros a chegar às praias da Baía San Carlos foram o 2º Btl Pqdt e o Comando 40 (4º Btl Fz Nav) que ocuparam, respectivamente, Monte Sussex (Sul) e Montes Verdes (Este). O Comando 45 desembarcou em Baía Ajax, onde foi instalada a Área de Apoio Logístico da Brigada, para toda a campanha. O 3º Btl Pqdt desembarcou em San Carlos com a missão de proteger o flanco Norte da cabeça-de-praia, enquanto o Comando 42 foi mantido em Reserva, permanecendo embarcado. O apoio de fogo foi proporcionado por quatro baterias de obuses de 105 mm orgânicas dos Btl de assalto e por uma bateria de mísseis Rapiers. Ações diversionárias foram desencadeadas pelos Comandos do SAS sobre Fanning Head e do SAS sobre Darwin. Ao mesmo tempo, comunicações argentinas com o continente foram interrompidas impedindo o acionamento da Força Aérea baseada no continente somente às 1050 horas puderem ser restabelecidas. Ao final do dia já haviam desembarcado mais de 3.000 homens e quase 1.000 toneladas de suprimentos. Nessa tarde, a aviação argentina atuou sobre os navios ancorados em San Carlos, atingindo o D-18 HMS A

trim e o F-65 HMS Argonaut, com bombas que não explodiram, e afundando o F-184 HMS Ardent. Ao anoitecer, o Camberra se afastou, após desembarcar todos efetivos da 3a Bda de Comandos.

No dia 23 de maio, estava consolidada a cabeça-de-praia numa área de aproximadamente 15 km de largura por 20 km de profundidade. Nesse dia, foi atingido o F-170 HMS Antelope por uma bomba que explodiu ao ser desativada.

Segundo dados contidos no relatório do Almirante Sir John Fieldhouse, publicado no "The London Gazzete", de 13 de dezembro de 1982, no dia 24 de maio já haviam desembarcado 5.500 homens e mais de 5.000 toneladas de munições e suprimentos.

No dia 25 de maio Dia Nacional da Argentina, a Força Aérea realizou um violento ataque ao grupo de operações estacionado em San Carlos, avariando o F-88 HMS Broadsword e afundando o D-118 HMS Coventry. Ao entardecer desse dia, foi atingido o SS Atlantic Conveyor com uma preciosa carga de helicópteros, suprimentos e até material para a instalação de uma pista de pouso provisória. Após o incêndio, teve que ser abandonado. Morreram três marinheiros e nove oficiais, inclusive o comandante.

No dia 26 de maio, chegaram ordens de Londres para que o Gen Thompson avançasse sobre Porto Argentino. Nesse mesmo dia, iniciaram-se os preparativos para o deslocamento que prometia ser muito difícil. Duas direções foram previstas para um "movimento de

pinças", sobre a capital malvinense: Norte (San Carlos — Douglas — Teal Inlet — Monte Kent) e Sul (San Carlos — Darwin/Goose Green — Monte Challenger). O 2º Btl Pqdt, sob o comando do Ten Cel Herbert Jones, recebeu a missão de neutralizar a força estacionada em Darwin e Goose Green, pela ameaça que representava para o flanco da força atacante e para a cabeça-de-praia. Simultaneamente, o 3º Btl Pqdt e o Comando 45 deveriam prosseguir para Este, conquistando as regiões de Teal Inlet e Douglas, respectivamente.

As 0200 horas do dia 28 de maio, iniciou-se o ataque sobre Darwin, defendido pelo RI 12 (+), sob o comando do Ten Cel Piaggi. Muito bem instalados defensivamente, os argentinos conseguiram deter o avanço inglês em Goose Green. Após receber reforços heli-transportados, vindos de Porto Argentino, o RI 12 (+), abandonando suas posições, forçou o recuo dos ingleses para a cabeça-de-praia. Durante a noite de 28 para 29 de maio, os ingleses realizaram um envolvimento vertical em condições absolutas de sigilo, indo ocupar as posições abandonadas pelos argentinos. Nessa mesma madrugada, os ingleses forçaram o recuo dos argentinos que buscaram ocupar as posições anteriormente abandonadas. Entre dois fogos, foram obrigados a se render. Nessas ações, os ingleses perderam 18 homens, entre os quais o Comandante do Btl, enquanto os argentinos tiveram 250 mortos. Mais de 1.000 homens se renderam e foi apreendida grande quantidade

de armas e munições. Ao Norte, o 3º Btl Pqdt e o Comando 45 alcançaram a região de Monte Kent (onde se encontravam elementos do Comando 42 e do SAS), na noite de 1º para 2 de junho, complementando-se o cerco de Porto Argentino, por Oeste, com a ocupação de Monte Challenger.

O 1º/7º Regimento de Gurkhas desembarcou em San Carlos, na manhã de 1º de junho. Logo depois, desembarcaram o 2º Btl de Guardas Escoceses e o 1º Btl de Guardas Galeses, que se encontravam a bordo do Camberra. O 2º Btl Pqdt, após a ação de Darwin — Goose Green, foi substituído pelos Gurkhas na manutenção dessa área e colocado sob o controle operacional da 5ª Bda Inf, permanecendo seu Posto de Comando em Darwin.

No dia 1º de junho, assumiu o comando das operações terrestres, o Gen Div Jeremy Moore, com seu Posto de Comando a bordo do Fearless. Para o apoio aéreo aproximado a ser proporcionado pelos Harrier, foi necessária a construção de uma pista de alumínio em San Carlos. Sua construção foi realizada pelas 11ª e 59ª Cia Eng e, a partir de 5 de junho, os ingleses passaram a operar uma Base Aérea Avançada em San Carlos.

O mau tempo, a partir do início do mês de junho, impediu o emprego de helicópteros em apoio às tropas que se encontravam à frente. O Comando decidiu, então, abrir uma segunda frente, desembarcando tropas do 2º Btl de Guardas Escoceses e do 1º Btl de Guardas Galeses, na região de Fitz

Roy. Durante a noite de 7 para 8 de junho, foi deslocada para a área outra metade do Batalhão de Galeses, para completar o desembarque iniciado no dia 7 de junho. No dia 8 de junho, quando se realizava o desembarque e a Bateria de mísseis Rapier ainda não se encontrava em condições de operar, inesperadamente, o tempo se aclarou e aviões Skyhawk e Mirage atacaram com violência a cabeça-de-praia. Foram afundados os navios Sir Galahad e Sir Tristram e os ingleses sofreram as maiores baixas de toda a campanha: mais de meia centena de mortos. Para os ingleses, essa operação ficou conhecida como a "Tragédia de Bluff Cove". Apesar dos reveses sofridos, foi consolidada outra cabeça-de-praia estrategicamente situada próxima a Porto Argentino, o que aumentou, em muito, a capacidade tática dos ingleses.

No período de 2 a 11 de junho, os ingleses bombardearam, sistematicamente, pontos estratégicos da ilha, além de infiltrarem patrulhas de reconhecimento nas posições defensivas, quase sempre rachadas pelos argentinos. Realizaram, também, vários ataques com objetivos limitados e com efetivos reduzidos.

Segundo o artigo do Gen Bda (Res) Jose Teofilo Goyret, publicado na Revista Armas e Geoes-tratégia, de maio de 1983, o Gen Menendez, nessa oportunidade, concluiu pela dificuldade em manter a defesa, sem receber um reforço substancial. Determinou, então, ao seu Chefe de EM Gen Daher, que apresentasse ao CEOPECON e ao

Gen Galtieri, uma avaliação de situação tática e estratégico — operacional nas Malvinas. O artigo destaca os pontos mais importantes dessa avaliação:

1) necessidade de suprimentos (especialmente munição de Artilharia) e de armas anticarro de curto alcance;

2) moral da tropa afetado pelas condições precárias em que se encontravam, pelo constante bombardeio aéreo e naval a que estavam submetidos, pela guerra psicológica inglesa, pelo afundamento do cruzador Gen Belgrano e pela queda de Darwin e Goose Green;

3) iminência da batalha decisiva que deveria ser desencadeada por Oeste de Porto Argentino, a partir de 12 de junho;

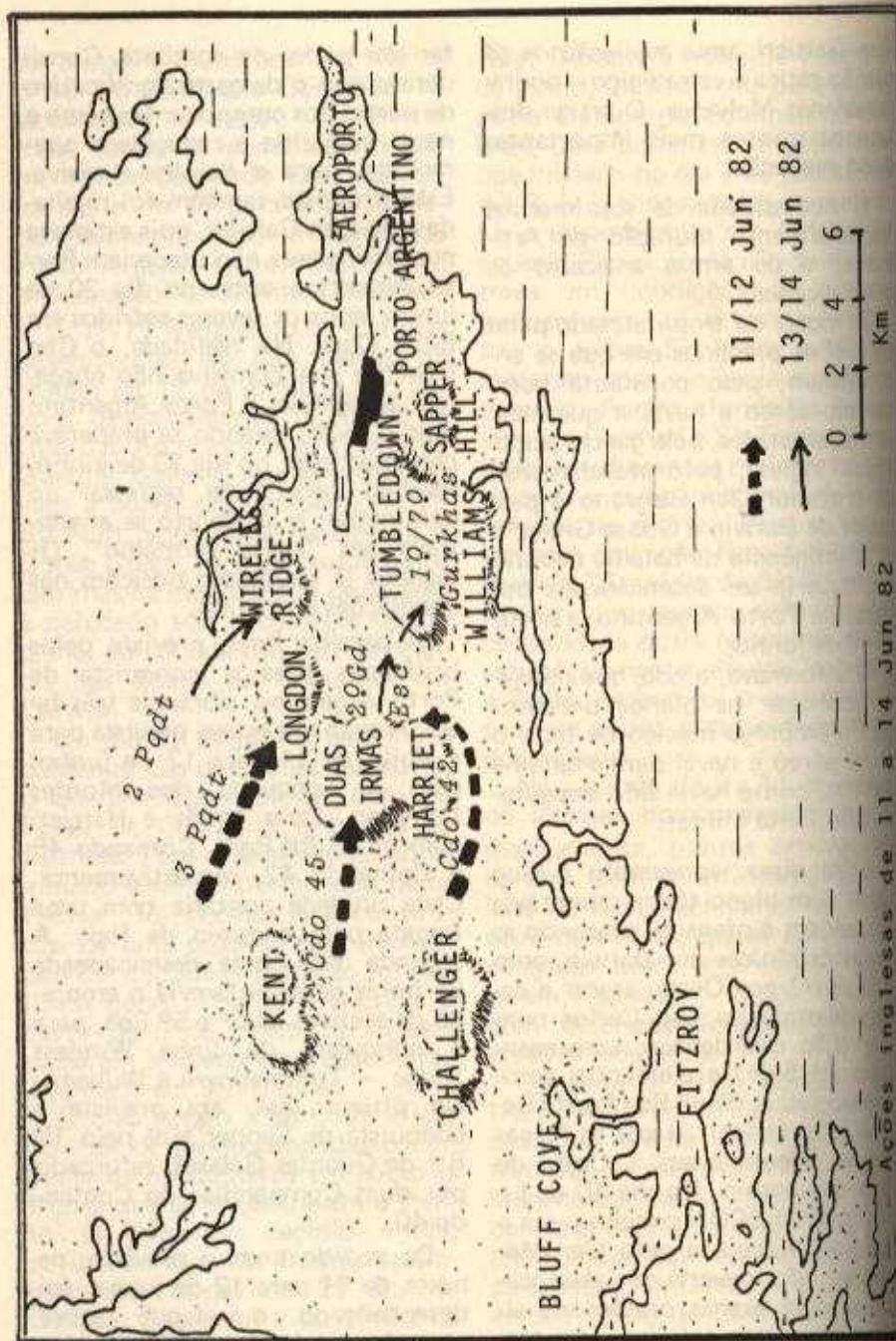
4) informava, ainda, que desejava conhecer os planos previstos para o emprego maciço de todo o poder aéreo e naval para a batalha decisiva, como havia sido assegurada pela Junta Militar.

Além disso, apresentou o Gen Daher, um plano tático que previa a passagem à ofensiva, atacando as forças britânicas em Darwin, com o RI 8 (+) por Oeste; atacar a cabeça-de-praia de San Carlos com uma ação coordenada, empregando o RI 5 (+) e elementos aerotransportados de 4ª Bda Pqdt (Reserva Estratégica); atacar as forças que se encontravam a Oeste de Porto Argentino. No dia 10 de junho, o CEOPECON concluiu que a operação planejada pelo Gen Menéndez, não deveria ser desencadeada, pois apenas ocasionaria algum desgaste ao inimigo, sem afe-

tar seu poder de combate. Considerava que o desgaste significativo de partes dos componentes aéreo e naval, reduziria a capacidade operacional para a batalha decisiva. Essa proposta também foi rejeitada pelo Gen Galtieri, pois estimava que os ingleses não atacariam Porto Argentino antes do dia 20 de junho, após os reveses sofridos em Bluff Cove. Na realidade, o Gen Daher e sua comitiva não chegaram a regressar a Porto Argentino pois o F-28, quando se preparava para aterrissar, no dia 13 de junho, recebeu ordens de regressar ao continente; o aeroporto se encontrava em "alerta vermelho". Os ingleses já ocupavam posições nas imediações da capital.

A batalha final, prevista pelos britânicos para a conquista de Porto Argentino, abrangia três fases. A primeira estava prevista para a noite de 11 para 12 de junho, com a conquista dos Montes Longdon, Duas Irmãs e Harriet, com os 3º Btl Pqdt, Comando 45 e Comando 42, respectivamente. Cada unidade contaria com uma fragata para o apoio de fogo. A segunda fase seria desencadeada 24 horas depois e previa o emprego de efetivos da 3ª e 5ª Bda, para a conquista da linha Wireless Ridge — Tumbledown e Williams. Na última fase, era prevista a conquista de Sapper Hill pelo 1º Btl de Guardas Galeses, reforçado por duas Companhias do Comando 40.

De acordo com o previsto, na noite de 11 para 12 de junho, foi desencadeado o ataque sobre Longdon, defendido pelo RI Mec



Atos ingleses de 11 a 14 Jun 82

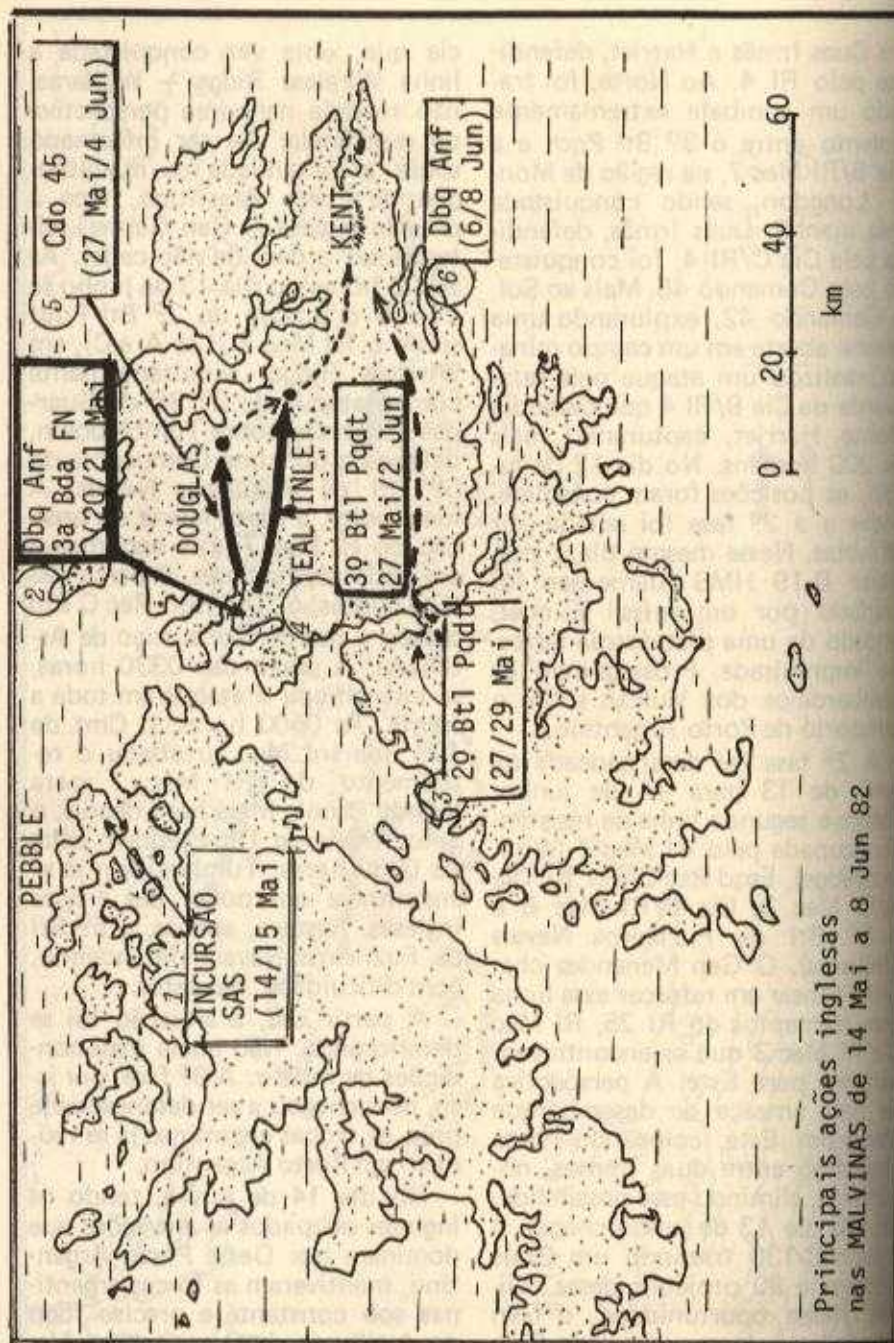
7 e Duas Irmãs e Harriet, defendidos pelo RI 4. Ao Norte, foi travado um combate extremamente violento entre o 3º Btl Pqdt e a Cia B/RI Mec 7, na região de Monte Longdon, sendo conquistada pela manhã. Duas Irmãs, defendida pela Cia C/RI 4, foi conquistada pelo Comando 45. Mais ao Sul, o Comando 42, explorando uma brecha aberta em um campo minado, realizou um ataque pela retaguarda da Cia B/RI 4 que defendia Monte Harriet, capturando mais de 200 homens. No dia 12 de junho, as posições foram consolidadas e a 2ª fase foi adiada por 24 horas. Nesse mesmo dia, o destróier D-19 HMS Glamorgan foi avariado por um míssil Exocet, lançado de uma plataforma terrestre improvisada. Prosseguiram os bombardeios dos Vulcan sobre o aeroporto de Porto Argentino.

A 2ª fase foi desencadeada na noite de 13 para 14 de junho, contra a segunda linha de resistência ocupada pelo RI Mec 7 (Wireless Ridge), Esqd Rec C Bld 10, Cia A/RI Mec 3, Cia B/RI Mec 6 e o 5º Btl de Fuzileiros Navais (Williams). O Gen Menendez chegou a pensar em reforçar essa linha com elementos do RI 25, RI Mec 6 e RI Mec 3 que se encontravam voltados para Este. A perspectiva de uma ameaça de desembarque vindo por Este, colocando Porto Argentino entre duas frentes, novamente, eliminou essa possibilidade. No dia 13 de junho chegou o último C-130 trazendo um Obus 155mm e 80 projéteis desse calibre. Nessa oportunidade, o Gen Menendez informou ao Gen Gar-

cia que, uma vez conquistada a linha Wireless Ridge — Williams, não restaria nenhuma perspectiva de resistência. Ao ser informado sobre a dificuldade da manutenção de Porto Argentino, face à pressão inglesa, o Gen Galtieri reiterou sua ordem de não ceder. Às 22:00 horas do dia 13 de junho se iniciou o ataque do 2º Btl Pqdt sobre o RI Mec 7 (Cia A e C), em Wireless Ridge, simultaneamente com o ataque do 2º Btl de Guardas Escoceses, sobre Tumbledown, defendida por uma Companhia do 5º Btl de Fuzileiros Navais. À meia noite, a parte Norte da posição do RI Mec 7 já se encontrava em poder dos ingleses. A partir das 0200 horas, o 10º Esqd Rec C Bld passou a receber forte fogo de Artilharia. A partir das 0330 horas, se intensificou o ataque em toda a frente. Às 0500 horas, o Cmt da 10ª Bda Inf Mec autorizou o retraimento do RI Mec 7 para Moody Brook. Meia hora depois, o Setor Oeste de Tumbledown caía. Às 0630 horas, Tumbledown já se encontrava em poder das tropas inglesas. Restava, apenas, o 5º Btl de Fuzileiros Navais, defendendo, com dificuldade, seu setor.

A partir daí, a situação foi se deteriorando. Não havia mais condições de resistir. A 3ª fase, por isso, nem chegou a ser desencadeada pois, as tropas argentinas já se reuniam em Porto Argentino.

No dia 14 de junho, tendo os ingleses ocupados as elevações que dominam por Oeste Porto Argentino, mantiveram as forças argentinas sob constante e preciso fogo de Artilharia de Campanha e Na-



Principais ações inglesas nas MALVINAS de 14 Mai a 8 Jun 82

val. Mais de sessenta por cento da posição defensiva de Porto Argentino, já se encontravam em poder dos ingleses. O Gen Menendez dispunha, nesse momento, como elemento de manobra, de apenas cinco Cia Fzo, sendo uma de Guarda do Regimento de Infantaria 1 ("Patrícios").

Após haver ponderado sobre a situação que se encontravam, o Gen Menendez, pouco antes do meio dia, recebeu ordens diretas do Gen Galtieri de continuar resistindo, com as forças disponíveis. Nesse momento, os britânicos, através de uma comunicação rádio, propuseram um contato do Gen Moore com o Gen Menendez para acertar detalhes de um "Cessar-Fogo"; tal decisão deveria ser tomada até às 1300 horas. O Gen Menendez, de imediato, informou ao Gen Garcia que tinha intenção de aceitar a proposta. Às 1600 horas, se produziu a reunião dos comandantes em Porto Argentino. Às 1900 horas, foi firmado o documento de rendição, considerada "acordada" e não "incondicional", como constava do original. Estava encerrada a Guerra das Malvinas, após 74 dias de operações.

Conclusão

Até certo ponto, pode-se afirmar que a Guerra das Malvinas não apresentou nenhuma novidade no que se refere ao elemento humano. O homem continua a ser o fator mais importante no combate. De sua tenacidade, espírito de luta e capacidade combativa depende,

em grande parte, o sucesso das operações.

A preparação de um povo para a guerra demanda tempo e uma política educacional adequada. Não se atinge um grau de maturidade ideal, em curto espaço de tempo. Há necessidade de um exercício continuado das virtudes cívicas que consolide, no espírito do homem, um arraigado sentido de amor à Pátria. Só a educação, em todos os níveis, permanente e bem orientada, permitirá a formação de uma "retaguarda moral" que proporcionará, em momentos de crise, o tônus necessário à impulsão material e psicológica do combatente, no campo de batalha.

O confronto entre um exército profissional e um de conscritos, evidenciou a necessidade de um país dispor de determinado contingente de homens, sempre prontos para emprego, em consonância com suas necessidades político-militares. *Profissionalismo versus conscrição, um tema para reflexão.*

Os aspectos mais notáveis desse conflito estão relacionados ao material que foi empregado, particularmente pelos ingleses. É necessário que, na avaliação do poder relativo de combate, sejam ponderados os meios em presença, particularmente aqueles que afetam, sensivelmente, a capacidade combativa.

O helicóptero foi, sem dúvida alguma, o elemento mais importante para o combate nas Malvinas. O helicóptero, formando um binômio perfeito com o combatente, proporciona rapidez e flexibilidade. Seu emprego para o

transporte do material de Artilharia proporciona grande mobilidade e permite a manutenção de um apoio de fogo cerrado. A eficiência do apoio logístico está ligada, intimamente, à utilização de adequados meios de transporte. O helicóptero, por sua agilidade, constitui-se em uma peça fundamental para o apoio logístico.

Quanto ao material, o grande ensinamento está ligado à dependência externa. Quando os interesses internacionais se chocam, a dependência externa para o fornecimento de material bélico se constitui em uma vulnerabilidade altamente perigosa. É preferível se dispor de material de um nível inferior, porém nacional, do que de um de maior sofisticação e dependente de fornecimento externo. *Auto-suficiência versus modernização, um tema para reflexão.*

No campo tático, pode-se afirmar que a Guerra das Malvinas foi um conflito localizado, empregando antigas táticas e tecnologia moderna. A tecnologia moderna dá mais profundidade ao Sistema C3I (Comando, Comunicações, Controle e Informações) e proporciona, por isso, mais rapidez e flexibilidade ao combate.

O ensinamento mais importante deixado pela Guerra das Malvinas é o relacionado ao emprego conjunto das Forças Armadas, constituindo um sistema único, integrado e coordenado. Essa capacidade só é alcançada através da formação do hábito para o trabalho em conjunto, mediante um exercício continuado. *Consolidar estra-*

tégias, condutas e procedimentos em trabalho conjunto das Forças Armadas, um importante tema para reflexão.

Finalmente, a Guerra das Malvinas demonstrou a necessidade de um Exército estar sempre pronto para emprego, não importando a época em que se viva. Mais uma vez, vale repetir uma verdade sempre presente na instrução militar: "Um Exército pode passar um século sem ser empregado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado!"

ANEXO I

Forças Terrestres Argentinas

- a. *Agrupamento Porto Argentino*
 - Cdo da Bda Inf Mec X — Gen Oscar Luiz Jofre
 - RI Mec 3/X
 - RI Mec 6/X (+1 Cia Gd/RI 1)
 - RI Mec 7/X
 - RI 4/III
 - RI 25/IX
 - BIM 5 (Fzo Naval)
 - GA 3 (+ 3 Ob 155) / III
 - GA Pqdt 4 (—) / IV
 - G A AAé 601 (—) (Ex)
 - GA Mixto 602 (—)
(Ex Bia/GA Misto 602 (Ex))
 - Bia B/G A AAé 101 (1º CEEx)
 - Esqd C Mec 10 / X (Vtr Panhard)
 - Cia Com 10 / X
 - B Log 10 (—) / X
 - Agrupamento de Eng
 - Cia Eng Cmb 10 (—) / X
 - Cia Eng Cmb / 601º BE Cmb
 - 1 Pel Eng (Fzo Naval)

b. Agrupamento Gran Malvinas

- Cdo da Bda Inf III — Gen Omar Parada
- RI 5 / III (+ 2 Pel Eng)
- RI 8 / IX
- Cia E Cmb 9 (—) / IX
- Cia S 9 / IX
- Cia Com 9 (—) / IX

c. Agrupamento Darwin

- Ch EM da Bda Inf III
- RI 12 / III
- Cia C / RI 25
- Bia / G A Pqdt 4
- Sec / G A AAé 601
- GE / Cia E Cmb 10

d. Tropas de Exército (Formações)

- Cia de Comandos 601
- Cia de Comandos 602 (mobilizada)
- Btl Av Cmb 601 (—) (Av Ex)
- Cia E Cmb 601 (mobilizada)
- B Com Ex 181 (Elm B Com)
- Cia PE 181 (—) (5º Cpo Ex)
- H Cir Mv
- Centro de Operações Logísticas (COL)

ANEXO 2

Forças Terrestres Inglesas

a. Fuzileiros Navais

- Cdo 3ª Bda de Comandos — Gen Thompson
- Cdo 40 — Ten Cel Hunt
- Cdo 42 — Ten Cel Vaus
- Cdo 45 — Ten Cel Whitehead
- 29º Rgt Art Cmp de Comandos
- Rgt Log de Comandos
- 59º Esqd de Eng de Comandos

- 3º Esqd Aéreo de Bda
- Esquadrão Naval Especial (SBS)
- Esqd de Com
- 3ª Sec Art AAé
- Banda de Música de Comandos

b. Exército

- Cdo 5ª Bda Inf — Gen Wilson
- 2º Btl Gd Escoceses / 5ª — Ten Cel Scott
- 1º Btl Gd Galeses / 5ª — Ten Cel Rickett
- 1º/7º Rgt de Gurkhas / 5ª — Ten Cel Morgan
- 2º Btl Pqdt — Ten Cel Herbert Jones (morto em combate)
- 3º Btl Pqdt — Ten Cel Pike
- Esquadrões (2) do Serviço Aéreo Especial (SAS)
- Pel CC (2) do "The Blue and Royals"
- 4º Rgt de Art Cmp (— 1 Bia) / 5ª
- 12º Rgt de Art AAé (— 1 Bia)
- 36º Rgt Eng (— 1 Cia) / 5ª
- 656º Esqd Aéreo de Exército
- 1ª/27º Rgt Art AAé
- 43ª Bia / 32º Rgt de Armas Guiadas / 5ª
- 11º Esqd Eng (Apoio Anv Harrier)
- 49º Esqd Eng (Explosivos)
- 50º Esqd Eng Cnst
- 33º Rgt Eng
- 5º Esqd Com / 5ª
- 9º Btl Mat Bel
- H Cmp
- 16º Amb Cmp
- Pel / 19º Amb Cmp
- 160ª Cia PE
- 172º Gp Info e Seg

BIBLIOGRAFIA

1. FIELDS Jr, Harold. *Lessons of the Falklands: training key to victory*. ARMY, março de 1983.
2. FIELDHOUSE, John. Relatório publicado no Suplemento ao "The London Gazette". Londres, dezembro de 1982.
3. GRÄ-BRETANHA. *The Falklands War. Military Lessons of the Falkland Campaign*. The International Institute for Strategic Studies. Cambridge, 1982/1983.
4. GOYRET, Jose Teofilo — *El Ejército Argentino en la Guerra de las Malvinas*. Armas y Geoes-tratégia, maio de 1983.
5. GOYRET, Jose Teofilo — *Las Malvinas: Encrucijada Estratégica*. Armas y Geoestratégia, dezembro de 1982.
6. LEWIS, Brenda Ralph. *The Falklands War, a recap*. ARMY, setembro de 1982.
7. MAIZ, Luis Maria. *La guerra del Atlantico Sur: reflexiones sobre una derrota*. Defensa, 1982.
8. MURGUIZUR, Juan Carlos. *El conflitos del Atlântico Sur — un punto de vista argentino*. Revista Internacional de Defensa, 1983.
9. TROTTER, Neville. *The Falklands Campaign Command and Logistics*. Armed Force JOURNAL International, junho de 1983.



O Ten Cel Inf QEMA Théo Espindola Bastos tem os cursos de Psicotécnica Militar (CEP), Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Comando e Estado-Maior (ECEME) e Comando e Estado-Maior do Exército Argentino (Escuela Superior de Guerra). Entre suas comissões destacam-se: instrutor da AMAN, Comandante de Pelotão no Batalhão Suez (Faixa de Gaza, Egito) e instrutor da ECEME. Serve atualmente no Gabinete do Ministro do Exército, Brasília.



NECESSIDADE DE NUCLEARIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Marco Antonio Felício da Silva

E stamos cientes de que a nuclearização das Forças Armadas de um país não faz da noite para o dia e, nem o pouco, sem o dispêndio de recursos econômico-financeiros vultuosos e modificações de toda ordem, complexas e profundas. Entretanto, aspirar e pensar com grandeza, sem fugir à realidade, é a única maneira de ser grande.

Devemos estar cientes, também, de que, crise alguma, por pior que seja, é permanente, principalmente quando se trata de um país com os recursos, população e vastidão territorial do Brasil, cujo crescimento trouxe, e trará ainda mais, sem dúvida, o alargamento de interesses, provocando o surgimento e acentuação de antagonismos aos quais, sejam quais forem os riscos, não poderemos nos esquivar.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, alimentou-se a esperança de manter-se o mundo dividido em duas grandes áreas de influência, partindo-se da premissa de que o ideal comum dos dois grandes líderes que surgiram — Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — era o da reconstrução da sociedade mundial; tal reconstrução teria, como objetivos primordiais, a melhoria do padrão de vida, a eliminação do desemprego e o definitivo afastamento da guerra como solução para as divergências entre Estados.

Com o correr dos anos, porém, a situação mundial deteriorou-se; as condições de equilíbrio foram alteradas com o aparecimento de novas potências, trazendo novos dados para o jogo da política in-

ternacional e acarretando, conseqüentemente, novas considerações, para cada país, na área da Segurança Externa.

As crises institucionalizaram-se e a Organização das Nações Unidas (ONU), que nasceu para resolvê-las, não se firmou de molde a impor, às nações, comportamento compatível com as idéias que lhe deram origem. Ainda porque os desníveis econômicos entre as nações surgiram como fator de perturbação da paz.

Neste mundo, permanentemente conturbado pelo entrelaço político e ideológico, tornou-se mais do que evidente o valor atribuído à posse de armas nucleares e o seu peso nas decisões das querelas internacionais. Mesmo que não exista paridade com os mais fortes, constitui um fator importante de prestígio e de dissuasão limitada. Não é admissível que qualquer Estado, com aspirações a grande potência, deixe de possuí-las em futuro não muito distante, pois, é impossível conjurar o mal negando a sua existência ou estribando-se num idealismo político que, normalmente, existe quando não contraria o interesse do mais forte.

As guerras se espalharam pelos quatro continentes, envolvendo 45 dos 164 países do mundo, hoje um verdadeiro barril de pólvora. Como advertiu recentemente o Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, estamos muito próximos de uma anarquia internacional.

Por trás desses conflitos, estão em jogo interesses, os mais diversos, relativos às grandes potências

ou superpotências, que evitam o confronto direto, por medo da retaliação atômica, proporcionando a destruição e a morte em larga escala, porém jamais em seus próprios territórios. Dados computados, até o ano de 1981, mostram que tais conflitos mobilizaram, diretamente, mais de 4 milhões de soldados, sem contar civis envolvidos, com baixas fatais estimadas entre 1 e 5 milhões de pessoas. Segundo o analista americano Stephen Goose, esses números tendem a aumentar nos próximos anos porque "as velhas guerras não têm terminado e novas guerras têm eclodido".

Forças de ocupação, esquadras e assessores militares das grandes potências e superpotências encontram-se, direta ou indiretamente, envolvidos nestes conflitos, sem que as regras do Direito Internacional ou as mediações diplomáticas se façam valer sobre o uso da força. Mandam os mais fortes, sofrem os mais fracos. Em consequência, avulta o grau de garantia que o Estado proporciona à nação contra os antagonismos e pressões de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais. Ao considerar-se, pois, a ação do Poder Nacional, dentro do quadro da Segurança Externa, e sem desprezar os demais valores aos quais o Poder está condicionado, verificamos que o Poder Militar, em termos de eficiência e eficácia, no estágio atual da humanidade, torna-se imprescindível; o bom senso e a História assim o têm confirmado.

Face à aspiração de potência e à posição que o Brasil já ocupa no cenário mundial, apesar das dificuldades que enfrentamos, e diante dos crescentes interesses e responsabilidades no campo das relações internacionais, acreditamos ser sumamente necessário, dentro de uma visão realista, apoiar-se tal posição em Poder, cuja Expressão Militar, num crescimento contínuo, seja bastante forte para não ser desprezada por eventuais aliados ou inimigos.

Dentro do contexto acima, o objetivo do nosso trabalho é mostrar a necessidade, que já se impõe, de criarmos uma consciência militar (e também nacional, excluindo o pacifismo irresponsável) que, paulatinamente, apesar de todas as restrições existentes, que não são impossibilidades e nem tão pouco permanentes, a adoção, pelas Forças Armadas, de engenhos nucleares táticos e estratégicos.

A estratégia militar norte-americana em relação à América Latina e o Brasil.

Torna-se difícil isolar e identificar os enfoques estratégicos norte-americanos com relação à América Latina e ao Brasil, pois, em um dado momento, podem haver vários conceitos de estratégia militar em competição. Por vezes, convergem numa estratégia global, política e diplomática, aplicável à região; outras vezes, divergem e tendem a criar conflitos com o mecanismo de decisão no terreno da Política Exterior. A grande realidade é que

estes conceitos são variáveis e colocados em prática tendo em vista, unicamente, o valor que a região poderá apresentar, segundo determinadas circunstâncias, para a segurança externa norte-americana.

Assim, segundo os interesses norte-americanos e a manutenção de sua segurança externa, é possível discernir uma série de conceitos estratégicos aplicáveis à América Latina, pelos estrategistas militares americanos, em épocas diversas. São eles:

- O lago estadunidense;
- a negligência benigna;
- defesa do quarto de esfera;
- defesa do hemisfério;
- relações bilaterais — especiais;
- espaço secundário;
- o antifoco.

— O conceito do lago estadunidense

Esta visão estratégica, que faz do Caribe verdadeiro "Lago de domínio americano", predominou, do início do século até 1933, face, principalmente, aos interesses militares e econômicos que os Estados Unidos da América tinham no Caribe, pois que: — As principais rotas comerciais dos Estados Unidos atravessavam o Caribe; — Onze Nações Latino-Americanas estão no Caribe; — O controle do Caribe pelos Estados Unidos negava, às potências hostis, acesso à parte inferior dos Estados Unidos; — O controle do Canal do Panamá permitia às forças navais americanas transferirem-se, rapidamente, de um oceano para outro.

Este conceito, colocando em prioridade as nações do Caribe no

que tange à Política Externa americana, tornou-se fator altamente negativo nas relações dos Estados Unidos com a América Latina; foi por isso abandonado com o início da Política da Boa Vizinhança, posta em prática por Franklin Delano Roosevelt.

— *A negligência benigna*

Relegando ao abandono o conceito do lago estadunidense, para melhoria das relações com a América Latina, o enfoque militar anterior e unilateral não foi substituído por quaisquer entendimentos militares, bilaterais ou multilaterais; isso somente viria a ocorrer, quando da irrupção da Segunda Guerra Mundial, devido aos interesses estratégicos norte-americanos.

Foi um período de "negligência benigna". Negligência pela inexistência de uma estratégia militar americana, declarada, para a região e, benigna, principalmente tendo em vista o surgimento da corrente pan-americanista em acentuado conflito com o conceito dos Estados Unidos com a América Latina.

É mister lembrar que a "negligência benigna" correspondeu a um período durante o qual não se apresentou qualquer ameaça para a Segurança Externa norte-americana.

— *Defesa do quarto de esfera*

Este conceito preconizava o estabelecimento de uma linha defensiva, durante a Segunda Guerra Mundial, que possibilitasse a segu-

rança externa dos Estados Unidos continental. Assim sendo, envolvia a América Latina apenas na medida em que certas de suas zonas poderiam contribuir para a defesa do continente norte-americano. As repúblicas latino-americanas, localizadas dentro do perímetro, tinham o seu papel e seriam protegidas pelos Estados Unidos. As Nações de fora do perímetro eram, em realidade, abandonadas ao seu destino.

O Nordeste brasileiro foi abandonado por esta linha devido a sua proximidade da Costa Africana Ocidental, considerada, em potencial, região de bases nazistas, ameaçando diretamente o extremo leste brasileiro, cabeça-de-praia lógica para qualquer ataque à parte Sul dos Estados Unidos.

As duas premissas básicas do conceito eram a crença de que a maior parte da América Latina não representava estrategicamente e "o desdém por sua possível contribuição militar".

— *Defesa do hemisfério*

O quarto de esfera, como conceito estratégico, deu lugar, após 1942, ao conceito de defesa do hemisfério, cuja origem pode ser encontrada nos ideais pan-americanos de Simón Bolívar. Os ministérios militares dos Estados Unidos aceitaram, com relutância, essa política. Os Ministérios da Guerra e da Marinha só a apoiaram, verbalmente, nos anos de guerra, pois, praticamente, executavam uma política de quarto de esfera com os países que apresentavam algum interesse para a defesa da integri-

idade territorial norte-americana.

Depois da Segunda Guerra, a defesa do hemisfério foi consubstanciada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), não chegando, entretanto, a transformar-se numa aliança militar eficaz, pois, embora mencione o uso da força como medida possível, mas não compulsória, é omissivo quanto às questões-chaves de estrutura, organização ou planejamento para o emprego dessa força.

- O antifoco -

Com o advento de Fidel Castro, Regis Debray e Guevara e a tentativa de exportação da revolução cubana para a América Latina, os Estados Unidos colocam, em execução, a estratégia do antifoco.

Tem o conceito como base evitar a intervenção americana no hemisfério, à semelhança do que ocorrera no Vietnã, e, conseqüentemente, evitar sobrecarregar seus recursos militares, bem como atender a interesses de sua Política Interna e Externa.

Nos primeiros anos da década de 60, procura o Governo norte-americano treinar militares latino-americanos, realçando e valorizando, ao extremo, "táticas de contra-insurgência e o conceito de ação cívica".

As limitadas quantidades de material militar fornecidas à América Latina são justificadas em nome da obtenção de uma estabilidade necessária a um desenvolvimento ordenado sob a égide da Aliança para o Progresso.

- Espaço secundário

É o conceito estratégico colocado em vigor, pelos Estados Unidos, durante o período da "Guerra Fria". Por este conceito, a América Latina é considerada como uma "zona de abastecimento de materiais", encravada num "espaço secundário". Os norte-americanos consideram o apoio da América Latina um fato consumado, principalmente pela necessidade de proteção que a mesma inspira, dada a fragilidade de seu poder, destacando-se a do aspecto militar.

A Europa Ocidental é considerada região prioritária e a aliança com a mesma, através da OTAN, é caracterizada como núcleo da Política Externa americana. Os EUA se mostram como um fiel e confiável aliado, fazendo tudo para reforçar política, econômica e militarmente tal aliança.

Essa estratégia é confirmada quando os EUA abandonam a neutralidade e apóiam, incondicionalmente, a Inglaterra, no conflito das Malvinas, pondo por terra o chamado sistema e a solidiedade "interamericana".

- Relações bilaterais especiais

Este conceito leva em consideração apenas algumas nações que estejam em condições de dar, em determinada ocasião, contribuição direta e positiva aos interesses estratégicos militares norte-americanos.

Tais relações preponderaram, a partir do ano de 1942, destacan-

do-se aquelas com o Brasil e o México. Isso, face às características que apresentavam algumas áreas destes dois países, importantíssimas para a defesa continental dos Estados Unidos.

Entretanto, devido a conflitos ou convergências de interesses emergentes, principalmente econômicos e políticos, tais relações sofreram altas e baixas, tornando-se um fato altamente negativo nas relações externas norte-americanas com os principais países latino-americanos, dentre eles Brasil e Argentina.

A questão dos "Direitos Humanos", o "Acordo Nuclear Brasil-Alemanha", o problema da instabilidade na América Central e a recente "Guerra das Malvinas" são alguns exemplos de fatos adulteradores de tais relacionamentos.

Os conceitos, acima examinados, mostram o enfoque estratégico dado, pelos militares americanos, à América Latina e ao Brasil, em particular, desde o início do século; realçam, ao longo dos anos, as contribuições relativamente estreitas e limitadamente positivas que os países, do hemisfério, puderam fazer à defesa militar dos Estados Unidos; consideram, como fato consumado, o alinhamento da Região com as posições americanas em caso de conflito internacional, face à fragilidade militar da mesma e, conseqüentemente, devido à incapacidade de defesa própria.

O conceito do antifoco fez com que as nações do Continente deixassem, nas mãos dos EUA, suas maiores preocupações para com a

Defesa Externa e se voltassem, quase que inteiramente, no sentido de prepararem-se para a possibilidade de enfrentar, internamente, a guerra de guerrilhas. O slogan "um mínimo de segurança para um máximo de desenvolvimento", é, sem dúvida, uma herança desse conceito, verdadeiro entrave ao crescimento do Poder Nacional no seu Aspecto Militar; isso trouxe para as Forças Armadas repercussões que vão desde obsolescência do seu material até a desmotivação profissional pelo descrédito, dos seus quadros, em sua operacionalidade.

Hoje, alguns dos conceitos aqui enfocados, algo modificados por circunstâncias inequívocas, como o "Lago Estadunidense, onde a Cuba sovieterizada está implantada, estão presentes, ora sem qualquer harmonia, ora convergindo segundo uma estratégia única, política e diplomática, mostrando variações incoerentes na Política Externa norte-americana para com a América Latina e cada um de seus países, criando uma imagem extremamente negativa dos Estados Unidos perante os povos da Região, que os vêem, por sua própria culpa, por ação e omissão, como uma potência espoliadora das nações latino-americanas.

Tais incoerências originárias de uma estratégia política e militar imediatista, com ações de grande impacto, mas normalmente inoportunas e sem a firmeza e continuidade devidas, reforçando quase sempre insucessos já determinados, com conseqüências desastrosas e desmoralizantes, não é difi-

cil de comprovarmos quando remontamos a cerca de 5 anos passados (para não recuarmos em demasia na História) e verificamos a intensificação das relações dos Estados Unidos, em todos os campos, com a Argentina, após um afastamento do Brasil, por conflitos de interesses, anteriormente considerado "carro chefe" da América Latina. (Em escala mundial, veja-se o aparecimento do Irã como fator complicador, no Oriente Médio, e a recente intervenção e retirada, sob pressão militar síria, dos fuzileiros americanos do Líbano).

Entretanto, tal relacionamento estreito com a Argentina visou envolvê-la militarmente na América Central, buscando respaldo internacional e regional para a política norte-americana com relação a países com conflitos internos naquela área e a possibilidade do engajamento de tropas não americanas, estas já presentes em diversas partes do mundo.

Contudo, o posicionamento dos Estados Unidos ao lado da Inglaterra, quebrando a sua neutralidade em relação à "Guerra das Malvinas", dilacerou — fruto, mais uma vez, de interesses e conveniências mais fortes — os então crescentes laços entre Argentina e Estados Unidos, com reflexos negativos em toda a América Latina.

Comprova-se, também, com o agravamento atual da situação na América Central, onde Cuba deixou de ser um caso isolado, após a vitória sandino-marxista na Nicarágua, sob os olhares do "Tigre de Papel" americano. A insegura ajuda a El Salvador não parece modi-

ficar a previsão de um desfecho desfavorável para situação naquele país.

Os fatos acima e a "cirúrgica" invasão de Granada para a remoção de um quase novo "tumor" de origem soviética, voltam a fazer da Região Centro-Americana um dos alvos prioritários da Política Externa do Governo Reagan, principalmente após a conclusão da "Comissão Kissinger" de que a estratégia da URSS consiste em tirar partido da miséria, das revoluções e da instabilidade da América Central para estabelecer uma ameaça, crescente e constante, às fronteiras do EEUU.

A URSS tem mantido, por décadas, a ofensiva em sua "Guerra Fria" com o Ocidente, exatamente porque tira vantagens de algumas das inconseqüências da estratégia americana. Um dos seus mais retumbantes êxitos foi conseguir criar um centro de conflitos junto às fronteiras da América do Norte.

Os chefes militares americanos sabem que, mesmo para os EUA, superpotência, um excesso de compromissos, com envolvimento militar simultâneo em vários países e em continentes diferentes, poderá pôr em xeque o seu poderio militar.

Barry Blechman, do "Centro Georgetown para Estudos Estratégicos Internacionais", adverte: É um problema muito sério. Nós temos assumido inúmeros compromissos envolvendo as Forças Armadas, sem enfrentar a realidade do que é necessário para assumí-los."

Os Estados Unidos se comprometeram, em tratados de defesa, com nada menos de 41 países em todo o mundo — os 15 membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Japão, Coréia do Sul, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia, e as 21 nações, da América Latina, signatárias do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

A carga imposta ao Pentágono, porém, vai bem além desses acordos formais. Nos últimos anos, por exemplo, os Estados Unidos também assumiram responsabilidades de defesa na região do Golfo Pérsico, cujo fechamento ameaçaria o suprimento de petróleo do Ocidente. E, mais recentemente, o Presidente Reagan havia garantido o apoio americano à restauração da independência do Líbano.

A flexibilidade do Pentágono para prover soldados e armamentos, capazes de atender a tantas obrigações, no entanto, tem limites. E um desses limites reside no fato de que grande parte das Forças Armadas americanas está permanentemente fixada em áreas consideradas críticas.

"A Europa é o mais notável exemplo da fixação do pessoal militar dos Estados Unidos: nada menos de cinco das 16 divisões prontas para combate do Exército estão lotadas no Sétimo Exército, baseado nos países da Europa Ocidental, sem contar o pessoal da Força Aérea. No Extremo Oriente, estão estacionadas uma outra Divisão do Exército e uma Força Anfíbia, que corresponde, em pessoal, a um terço de todo

o efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais."

Mais recentemente, o Governo decidiu estacionar forças de terra, mar e ar em torno da América Central para participarem de exercícios de advertência a Cuba e a Nicarágua. Isto exigiu esforços adicionais para reunir o pessoal suficiente.

O resultado é que a reserva de forças "descompromissadas", da qual os EUA podem lançar mão para eventuais crises em outras partes do mundo, tornou-se bastante limitada. Um analista observou que "uma parcela da experiente 82ª Divisão Aerotransportada, encarregada de intervir em caso de perigo no Golfo Pérsico, acabou sendo designada para Granada."

O ônus da defesa do Golfo Pérsico, ademais, é agravado pela falta de bases militares na região. Para supri-las, foi constituída uma força de intervenção rápida, composta de cinco divisões (298 mil homens), baseada nos Estados Unidos e em condições de intervir no Oriente Médio em caso de necessidade. No entanto, essa força pode ser privada de até três divisões, já que elas também estão designadas para a eventualidade de uma emergência de guerra na Europa.

Por outro lado, se houver uma sucessão de crises, o Pentágono se verá diante de graves problemas de transporte e logística para projetar seu poder a pontos distantes.

Dentro desse contexto, já se vislumbra a busca de um novo estreitamento de relações dos Estados Unidos com o Brasil, facilitado pelas dificuldades de ordem econô-

mica e financeira que o nosso País atravessa, busca essa, sem dúvida, visando satisfazer não somente aos interesses americanos na América Central, como também voltar a uma situação de "cooperação militar", semelhante à iniciada nos idos de 1952, isto é, de completa dependência militar, dificultando ou impedindo, principalmente, a concretização do desenvolvimento de tecnologia própria e da marcante (concorrente futura) indústria bélica brasileira.

Seríamos levados também a direcionar a nossa instrução basicamente para "ação de "contra-insurgência" (o que já ocorreu quando do antifoco), a fim de ajudarmos os americanos a enfrentarem os problemas atuais da América Central e outros que poderão advir.

Com isso, mais uma vez, a nossa Doutrina Militar de Guerra Convencional, ainda engatinhando, mas já existente segundo a realidade e padrões brasileiros, voltaria, por certo, ao "colo do útero". Sem dúvida, voltariamos ao velho e desgastado slogan "Um mínimo de segurança para um máximo de desenvolvimento".

O Brasil, sua Segurança Externa, a África e o Atlântico Sul

Tem o Brasil situação geográfica privilegiada na costa ocidental do Atlântico Sul, pois grande porção de seu território se projeta, na direção do Continente Africano, segundo a linha Natal-Dacar, em estrangulamento pronunciado do oceano. Sua costa, de quase oito

mil quilômetros, dá-lhe irresistível vocação marítima e, se de um lado está a sua imensa continentalidade, do outro está o mar, via natural para a ligação aos centros de produção e cultura do hemisfério norte, dos quais depende, em grande parte, nossa prosperidade. Os caminhos do mar são vitais para a integração e o desenvolvimento do país.

Pelo Atlântico Sul, singra o petróleo importado do Oriente Médio e, para o Extremo-Oriente, o minério de ferro exportado, além de valiosos outros produtos componentes de trocas comerciais brasileiras. É, sem dúvida, o Atlântico Sul, área de suma importância para a Segurança Nacional. Tal área cresce de relevo, pois a presença russa, através de seu poder marítimo convencional e nuclear, já se faz presente, colocando, frente ao continente sul-americano, a força expansionista soviética.

É imperativo para a segurança e sobrevivência do Brasil que este tenha, na África, do outro lado do Atlântico, uma segurança longínqua. Somente assim poderemos conceber um Brasil não asfixiado pela garantia da livre utilização do Atlântico Sul, verdadeiro pulmão marítimo brasileiro.

A África, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é, antes de mais nada, uma base de salto ao continente sul-americano, destacando-se o imenso litoral brasileiro, principalmente quando se leva em conta o alcance dos diversos meios de que dispõe aquele país comunista. Bastará olhar um mapa-mundi para que salte aos

olhos a formidável importância estratégica da África do Sul, com costas sobre os Oceanos Índico e Atlântico, das quais faz parte o famoso Cabo da Boa Esperança, em frente ao qual desfilam, diariamente, dezenas de navios em cujos bojos é transportado o petróleo oriundo do Médio Oriente e vital às economias do Ocidente, sobretudo às da Europa Ocidental e do Brasil.

Ora, quem desconhece a crescente presença do Poder Naval soviético, sobretudo no primeiro daqueles dois oceanos? E o seu domínio sobre o chamado "chifre da África", conquistado depois da "libertação" da Abissínia, a qual, como se sabe, não era colônia?

É preciso ter em mente o que significa tal domínio, e mais o do lêmén do Sul, com respeito às rotas que demandam o Atlântico, provenientes do Mar Vermelho.

Nas vizinhanças do importantíssimo Golfo de Aden, possui o Poder Naval soviético instalações nas Ilhas Dahlak, em Massawa, em Assab, base naval em Aden, facilidades à disposição em Nacala, Sofala e Maputo (capital de Moçambique, ex-Lourenço Marques), as três últimas bem próximas da costa oriental da África do Sul. Em pleno Oceano Índico, já dispõe a União Soviética do controle das Ilhas Seychelles e Mauritius, onde se situa Port Louis.

Tal posicionamento soviético, possibilitando influenciar no recente conflito das Malvinas, ensejou uma pretensa e possível guinada da Argentina em direção aos países comunistas, no desespero de ame-

nizar seus problemas econômicos e encontrar o apoio político e militar que lhes foi negado pelos Estados Unidos.

Existe, pois, no Atlântico Sul, ameaça concreta e real, implicando em graves perigos para o Continente Sul-Americano e, particularmente, para a integridade do Brasil Continental.

A África e o Atlântico Sul tornam-se, cada vez mais, vitais para o Brasil e não poderemos deixar de colocar, já, em primeiro plano, a preocupação com a nossa Segurança Externa nesta área. Nela, potências militares nucleares, agem, mercê de seu poder, sem que respeitem regras do Direito Internacional, protestos da ONU ou qualquer outra organização internacional. Buscam, a todo custo aumentar a sua zona de influência e o seu controle sobre povos e territórios, cumprindo seus objetivos expansionistas.

Não será através do idealismo político, deixando atrofiado o nosso Poder Militar, que iremos sobreviver. A atitude pacífica de nosso povo e a crença de nossos governantes nos entendimentos internacionais já não bastam num mundo onde as potências nucleares têm a sua diplomacia apoiada no Poder Militar.

Não podemos e nem devemos confiar unicamente na proteção dos Estados Unidos, cuja estratégia militar visa, primordialmente, em qualquer caso e em qualquer área, a defesa de seus interesses. Assim, os americanos do norte caracterizaram-se, após a derrota no Vietnã, pressionados internamente,

por uma indefinição das linhas de rumo a seguir, responsável por uma conduta passiva e, o que é bem pior, hesitante, na maioria das vezes, como ocorreu ao final da década de 80, na própria África e Oriente Médio, situação algo modificada com o Governo Reagan ao ver, assustadoramente, o crescente expansionismo soviético, em detrimento dos interesses americanos.

Uma aliança militar do Brasil com a África do Sul, hoje impossibilitada por uma visão política irreal do "apartheid", fruto, indubitavelmente, da fantástica capacidade de desinformar, manipulada pelos que servem aos interesses do imperialismo soviético em expansão, facilitaria a proteção longínqua que o Brasil necessita na costa africana, bem como uma maior segurança no Atlântico Sul, ao dispor de um aliado com uma força militar bem estruturada e equipada, com excelente suporte tecnológico, e com vastos recursos. Para que se tenha uma idéia desse último aspecto, transcreveremos, em seguida, dados extraídos de fontes imparciais e idôneas, como o são o relatório do "USA House of Representatives Subcommittee on Mines and Mining" e o do "European Parliament Political Affairs", ambos de 1980.

O relatório do subcomitê da Câmara de Deputados dos Estados Unidos informa que, em 1978, o continente importou da África do Sul as seguintes porcentagens de minerais: platina, 91%; vanádio, 83%; ouro, 67%; ferrocromo, 58%;

cromita, 40%; manganês, 36%; ferromanganês, 22%.

De passagem, diga-se que, do total de cromo conhecido no mundo, e todos sabemos da importância do cromo na fabricação de aços especiais, cerca de 70% estão no país. Nele estão, também, as maiores reservas mundiais de ouro, manganês, vanádio, metais do grupo da platina, vanádio, espatoflúor. Em diamantes, possui a segunda reserva mundial, bem como do, hoje, tão estratégico urânio.

O relatório europeu, por seu turno, nos dá conta que a Europa Ocidental importou dali, em 1978, 96% do cromo de que necessitou a sua indústria; 82% da platina, 45% do manganês e 23% do carvão.

O Brasil face à América do Sul

Na América do Sul, circundando o Brasil, acima de quaisquer dissensões, unidos por uma mesma origem hispânica, tradições históricas que se confundem, bem como cultura e costumes, a par de uma única língua, estão vários países apenas diferenciados pelos graus de desenvolvimento que apresentam.

Por seus potenciais respectivos, destacam-se a Argentina ao Sul e a Venezuela a Noroeste; dentre aqueles que não apresentam fronteiras comuns com o Brasil, o Chile e o Equador.

Os países componentes do Pacto Andino (Venezuela, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia), liderados pela Venezuela, unidos inicialmente para oporem-se a uma pretensa expansão do Brasil na direção do Pacífico, acabaram sendo

levados ao Pacto Amazônico de inspiração brasileira. Tal guinada foi fruto, não somente do grande desenvolvimento econômico brasileiro, mas, também, da presença na área, cada vez mais marcante, de Cuba, ameaça constante no Caribe, possibilitando um futuro instável do Canal do Panamá. Com sua tradicional ligação Pacífico-Atlântico ameaçada, as repúblicas de língua espanhola do Pacífico viram-se obrigadas a voltarem-se para a Amazônia; buscam uma outra opção que possibilite a saída para o Atlântico, totalmente válida, pois, o sistema fluvial na região foi, e está sendo, reforçado e ampliado por rodovias, dentre as quais destaca-se a Transamazônica e tornar-se-á mais adequado após a construção das eclusas de Tucuruí, já previstas e planejadas.

A série de acordos assinados, a partir de 1971, com a Bolívia, Paraguai e Uruguai, tornaram estes países sólidos parceiros políticos e econômicos do Brasil. A referida parceria foi incrementada com a criação dos corredores de exportação, possibilitando saídas para o Atlântico, àqueles países, pelos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, flanqueando o domínio argentino da embocadura do Rio do Prata.

Face ao desenvolvimento experimentado pelo Brasil nos últimos quinze anos e o estreitamento de suas relações com os demais países do Continente Sul-Americano, a Argentina caracterizou-se por uma política externa, por vezes de confrontação, em relação ao nosso País.

A Argentina realiza, há vários anos, pesquisas nucleares; segue um programa definido, à base de urânio natural e água pesada, semelhante ao utilizado pela Índia, que possibilitou a entrada, desta última, para o Clube Atômico; não aceita restrições internacionais ao seu desenvolvimento nuclear e, apesar dos problemas econômico-financeiros por que passa na atualidade, não menores que os do Brasil, procura, ainda assim, incrementar o seu programa, buscando não somente a formação de pessoal especializado mas, também material e tecnologia estrangeiros.

Acreditamos que a ação da Argentina nas Malvinas e as repercussões advindas de tal ação sobre suas Forças Armadas, a levarão a fortalecer seu Poder Militar, com o desenvolvimento de artefatos nucleares, o que confirma o recente anúncio do ex-titular da Comissão Nacional de Energia Atômica, Vice-Almirante Carlos Castro Madero, de que a "Argentina produz urânio enriquecido", modificando substancialmente a situação tecnológica, a diplomacia e geopolítica argentina. Foi o próprio Castro Madero que reconheceu isso ao dizer que a notícia tinha uma "grande transcendência internacional e significado geopolítico". Afirmou que o domínio da tecnologia nuclear, além do prestígio técnico, proporciona "uma qualificação política a ter presente em toda negociação".

A relação entre a capacidade de enriquecer urânio e produzir uma bomba atômica é direta e próxima. Além disso, o método de enri-

enriquecimento de urânio adotado pela Argentina "é próprio, não foi proporcionado por licenças técnicas estrangeiras, estando, portanto, livre de salvaguardas internacionais", como frisou o Vice-Almirante.

Em 1978, os Estados Unidos não autorizaram a venda de urânio enriquecido para a Argentina, pon-do a pesquisa nuclear do país à beira do colapso, levando o país a resolver comprar urânio na União Soviética. Para evitar um novo estrangulamento do abastecimento, Buenos Aires decidiu, num clima de absoluto segredo, desenvolver a tecnologia do enriquecimento. As pesquisas se realizaram todas na localidade de Pilcaniyeu, ao Sul da Patagônia, perto da região de Bariloche, onde existe hoje um pólo de desenvolvimento atômico de que fazem parte uma usina de fabricação de água pesada e o Instituto Balseiro de Altas Pesquisas Nucleares.

Não se acredita, com o novo Governo, que não se confirme, ainda que de forma indireta, uma linha de pesquisa que se insere num planejamento que inclui a pesquisa de propulsores nucleares para submarinos e explosões atômicas pacíficas.

Castro Madero afirmou que esse avanço argentino "prova o fracasso das políticas atômicas restritivas que os países desenvolvidos querem impor aos menos evoluídos". E avisou que a Argentina não assinará o "Tratado de Não Proliferação Nuclear" por ser "discriminatório" e violar "a indepen-

dência e a soberania em matéria de energia".

Seria realmente desvantajoso para o Brasil e para sua política na América do Sul, que a Argentina tivesse, isoladamente, na região, em suas mãos, elementos de pressão e de persuasão como o são os engenhos nucleares.

Sem dúvida, a sua diplomacia, à semelhança das potências atômicas atuais, estaria fortemente alicerçada no que concerne ao relacionamento continental.

Se tal ocorrer, é conveniente ter em mente que o Oceano Pacífico é o oceano do futuro. Setenta por cento dos recursos inexplorados do globo encontram-se ao longo da orla da bacia do Pacífico (a qual inclui o Oceano Índico) e que o nosso relacionamento comercial com o Japão é crescente e vital.

Com a Argentina de posse de engenhos nucleares, anteriormente ao Brasil, não seria improvável a formação de um eixo Argentina-Venezuela; conseqüentemente, teríamos a formação de uma aliança militar e econômica por parte das nações do Pacto Andino. Isto colocaria por terra o Pacto Amazônico e em risco a própria segurança da Amazônia brasileira e a nossa integridade territorial.

As opções brasileiras em busca do Pacífico, tornar-se-iam dificultadas: o Canal do Panamá, sob influência, cada vez mais cubana, a rota terrestre, através da Bolívia, indubitavelmente, sob influência da Argentina nuclearizada; sob controle argentino, rotas que estão ao sul do Continente Sul-

Americano e que nascem no Atlântico.

A nossa crescente influência na direção do Caribe já não seria possível com a provável posição venezuelana, apoiada pela Argentina, e pela existência de Cuba, apoiada pelos soviéticos.

Estas são algumas poucas consequências prováveis de uma nuclearização argentina, anterior a do Brasil, cujas repercussões nos campos econômico, psicossocial, político e militar, são realmente imprevisíveis, mas, de qualquer forma, prejudiciais à consecução de alguns dos nossos objetivos, colocando em risco a Segurança Nacional.

Estratégia Nacional, Estratégia Militar e os Engenhos Nucleares.

Na sucessão constante dos períodos de crise e de paz relativa do mundo atual, cada país tem que traçar a sua política e a sua estratégia, a fim de garantir a segurança e a consecução dos seus objetivos nacionais.

Nenhum país está livre de envolvimento em crises, mais ou menos graves, que podem resultar em conflito armado.

A História mostra que a grande maioria dos países participantes de lutas armadas independentemente das inclinações pacíficas ou bélicas dos seus povos ou governos; os fatores preponderantes que levam os países a participarem de guerras são a sua importância e poderio e sua posição geográfica em relação aos pólos do poder mundial e fa-

ce às áreas onde as potências em choque se confrontam.

Nos últimos cinquenta anos o Brasil se viu envolvido em duas guerras mundiais; na última delas, entre outras consequências, sofreu ações de submarinos alemães junto ao seu litoral.

Os grandes pólos do poder mundial continuam no Hemisfério Norte, mas as áreas onde as grandes potências se chocam e disputam a respectiva influência são aquelas onde estão os países de menor poder. Situado na América Latina, e reconhecido por muitos como seu líder natural, o Brasil não está imune aos efeitos da confrontação, principalmente entre as duas superpotências.

Além disso, o nosso País com sua importância crescente, cada vez mais, se verá inevitavelmente envolvido em crises mundiais ou em crises que afetem, primordialmente, a sua área estratégica; terá que enfrentar opções, não só econômicas e políticas mas, também, militares; necessitará, portanto, de cuidar, com acentuada responsabilidade, de sua Segurança Nacional e, logicamente, de seu Poder Militar.

Atualmente, as superpotências e as demais potências nucleares são aquelas que, entre si, procuram alcançar, de forma antagônica ou não (dependendo das circunstâncias) os mesmos objetivos, sem a aplicação direta e recíproca dos seus poderes militares, face a possibilidade de um engajamento nuclear.

Com receio de atacar diretamente o seu adversário, cada su-

perpotência procura ampliar a sua influência e o seu domínio sobre as demais áreas estratégicas do Globo, ao mesmo tempo que procura, sob todas as formas, anular ou neutralizar a ação do inimigo nas referidas áreas; cada superpotência procura canalizar a história e a política dos países situados em áreas estratégicas, sob seu domínio, de acordo com seus interesses.

Conflitos armados surgem frequentemente, porém jamais ameaçando a integridade física dos povos ou territórios, senão daqueles que servem de instrumentos das estratégias dos mais fortes.

Naturalmente, como nem sempre é possível prever com antecedência todos os acontecimentos que possam envolver o país numa guerra e como não se improvisa uma força armada eficiente, os países têm que manter forças armadas nacionais permanentes, cujo tamanho e poder dependerão da própria projeção do país no cenário internacional.

É preciso não se esquecer que um país não sempre participa de uma guerra porque o deseja ou a admita como um instrumento lícito.

No cenário mundial não existe, ainda, entidade internacional que disponha de meios eficazes para a garantia da soberania e dos direitos dos países porventura atingidos.

O ritmo das operações militares é cada vez maior; uma decisão poderá ser obtida dentro dos primeiros dias ou semanas, não permitindo à nação modificar forças ou

equipamentos que não estejam, desde o tempo de paz, disponíveis para as operações.

No estágio em que nos encontramos, a proteção atômica aos países como o nosso, do "Bloco Ocidental", é fornecida pelos Estados Unidos, o "arsenal das democracias". Segundo esta concepção, não há necessidade de nos esforçarmos para a constituição de uma força nuclear. O esforço deve ser o mínimo indispensável para a manutenção das unidades clássicas.

No caso de uma agressão, no presente ou no futuro, do mundo comunista, e na qual a nossa participação fosse necessária, esta concepção teria um grande inconveniente, pois nossa segurança ficaria baseada apenas na participação de uma aliança.

Neste caso, os Estados Unidos teriam o papel essencial que desempenham as armas nucleares na estratégia mundial.

A defesa do Brasil seria inteiramente confiada aos Estados Unidos com as nossas Forças, eventualmente engajadas, seguindo as decisões de chefes estrangeiros e não de oficiais brasileiros e em função de diretrizes do nosso governo. Nossas Forças seriam, portanto, atiradoras do Exército Americano, a parte evoluída, poderosa e, por conseguinte, considerada a parte nobre.

O Brasil perderia a sua autonomia de defesa e, conseqüentemente, sua independência real.

Haveria a ficção de uma direção coletiva das Forças empenhadas, na qual nosso país também teria voz. Mas é preciso levar em conta

até que ponto a nossa voz seria ouvida. As nossas Forças e o nosso país poderiam, desse modo, ser envolvidos numa estratégia que não atendesse realmente aos nossos interesses.

Sabemos que o Brasil é signatário dos instrumentos jurídicos internacionais que se seguem:

a) Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, de 1963;

b) Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), de 1967;

c) Acordo sobre a Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, de 1975, e alicerçado nas seguintes disposições:

— afirmação do princípio de não-proliferação das armas nucleares;

— obrigação de submeter, às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), todos os equipamentos, instalações e materiais nucleares, assim como as informações tecnológicas transmitidas;

— compromisso de não usar nenhum dos itens enumerados acima para fabrico de armas nucleares ou outros explosivos nucleares.

Entretanto, os tratados não são eternos e devem ser compatíveis, fundamentalmente, com os interesses nacionais e com a ordem jurídica internacional existente, ordem esta que, atualmente, está presente quando não contraria os interesses das grandes potências ou

superpotências. Tal fato é verificado, no dia-a-dia, nos organismos internacionais existentes (ONU, OEA, etc. . .) durante crises violentas. Suas resoluções são vetadas ou colocadas em prática ao sabor das grandes potências, ao sabor dos que realmente têm força e não em face das regras do Direito Internacional vigente.

Tratados que mantêm o Brasil e grande parte do mundo, na dependência de uns poucos, dependendo cada vez maior, são nulos de direito e de fato.

A simples posição de protegido natural da potência líder do mundo ocidental, dadas as potencialidades e possibilidades do Brasil mesmo sem o domínio de armas nucleares, já nos coloca como alvo, também potencial, de engajamentos nucleares. Assim sendo, nós nos arriscamos a um envolvimento nuclear sem a possibilidade de decidir nossa atitude, num conflito que, também, poderia não ser nosso.

Partindo das assertivas acima dentro de um conceito Estratégico Nacional, torna-se necessário que o Brasil, como potência emergente que já é, e aspirando ser grande potência, comece a cuidar da reformulação de sua Estratégia Militar, fundamentando-a, ao lado das Forças Convencionais, numa Força Nuclear Estratégica Autônoma.

As Forças Convencionais, flexíveis e altamente móveis, responderiam às necessidades estratégicas de Segurança Interna e, também, de Segurança Externa, em conflitos limitados, de forma isolada ou em aliança, mas sempre com a li-

berdade de decisão em nossas mãos.

A Força Nuclear Estratégica Autônoma seria a base da Estratégia da Dissuasão. Poderiam argumentar que com a fabricação da bomba atômica pelos soviéticos, pondo em risco a supremacia estratégica dos EUA, houve uma tentativa de ajustamento a novas situações com a adoção de novas estratégias (retaliação, resposta flexível, liberação, retaliação maciça, retaliação limitada, dissuasão, contraforça e dissuasão limitada) sem, entretanto, evitar-se a expansão soviética ou assegurar-se supremacia dos EUA.

Podemos afirmar que a arena em que se digladiam e se digladiaram as duas superpotências não corresponde a nenhuma parcela de seus territórios. Qualquer risco de confronto nuclear direto, que ponha a integridade de seus territórios ou de suas forças nacionais em jogo, é afastado, mesmo sob pena de derrota, como foi a sofrida pelos americanos no Vietnã, onde os vietnamitas eram apoiados por russos e chineses, ambos possuidores de armas atômicas. Aí está presente a dissuasão no seu conceito mais amplo.

Somente depois que a França consolidou sua famosa "Força de Frappe" é que americanos e russos passaram a colocar em suas conversações sobre desarmamento (que abordavam apenas os mísseis balísticos intercontinentais) a questão dos mísseis de alcance médio, os quais colocam a Europa como centro do teatro de operações de provável guerra nuclear. Aí está a

dissuasão influenciando, mesmo limitada, ao compararmos o poder militar atômico francês com os das superpotências (inclui-se, neste último, o representado pela OTAN e o Pacto de Varsóvia). Logicamente, o caminho a seguir não estará livre de sacrifícios de toda ordem, mas a preservação da integridade, da independência, da liberdade e a construção de uma grande potência não podem deixar de prescindir de tais sacrifícios.

É preciso criar um sistema de defesa que não seja dirigido contra nenhum país, mas que, paulatinamente, aos olhos das grandes potências não seja visto com desdém, porém com o respeito que traduza a possibilidade, nem que seja limitada, de também causar danos catastróficos ao inimigo.

Somente iniciando a criação de uma pequena Força é que poderemos vir a ter uma Força Estratégica de Dissuasão tal que possa atingir todos os quadrantes e que nos permita escapar das grandes guerras ou delas participarmos com nossos aliados, sejam quais forem, em melhores condições.

CONCLUSÃO

A situação internacional oferece-nos, atualmente, a imagem da indefinição e da conturbação política e social, não sendo possível indicar-se as ameaças que pairam sobre o mundo e, conseqüentemente, sobre o Brasil.

É impossível basear-se nos frágeis equilíbrios do presente para augurar o futuro. Estes equilíbrios são freqüentemente muito instá-

veis para que possam ser, de um dia para outro, substituídos por situações completamente diferentes. E o Poder Militar, onde se destacam as armas nucleares, é parcela fundamental do equilíbrio ou desequilíbrio vigente.

É preciso assinalar, a propósito, que os exércitos, seus armamentos e suas doutrinas, requerem uma longa criação, contínua, concretizada muito tempo após o início do trabalho.

Qual a situação do mundo dentro dos dez, quinze ou vinte anos vindouros? Quem poderá dizê-los? Que será da realidade mundial, dos dois impérios, o americano e o soviético, que atingiram a plenitude de sua potência logo depois da Segunda Guerra Mundial?

E de suas conquistas nucleares e espaciais? O "status quo" do equilíbrio do terror será tão forte que desaparecerá o risco de uma grande guerra ou haverá o domínio de um sobre o outro? Como se desenvolverão as tensões internas, políticas e psicossociais nestes países e quais as influências resultantes no Poder Nacional de cada uma delas? Quais serão as novas superpotências e que papéis exercerão nos destinos do mundo?

Como estarão a América do Sul e seus países, principalmente aqueles que apresentam um maior potencial como a Argentina? Como estarão as relações desta última com o Brasil?

Poder-se-á saber qual a intensidade de disseminação dos engenhos nucleares, apesar de todo esforço monopolista das grandes potências atuais, com a diversificação

do conhecimento técnico-científico pelo globo terrestre?

Ninguém poderá afirmar que, num mundo pleno de tensões e imprevisível, não seja possível o surgimento, mesmo de guerras limitadas, que poderão rapidamente envolver a maior parte das nações senão todas, principalmente se levarmos em conta que os novos meios de destruição são praticamente instantâneos e desconhecem as grandes distâncias geográficas.

O nosso país, certamente, não escaparia de tal conflagração apesar de tão decantada índole pacífica de nosso povo e governantes, da renúncia às armas atômicas, mantendo Forças Armadas que correspondam a um mínimo de segurança e da adoção de atitudes conciliatórias no cenário internacional.

O melhor que podemos fazer é iniciarmos, desde agora, a longa e sacrificante marcha a fim de que sejamos fortes por nós mesmos. Dos armamentos modernos, os que têm melhor rendimento são os nucleares. Além disso, estes, por sua ação a longa distância, através de vetores convenientes, têm alto poder de persuasão e dissuasão, aumentando, ainda mais, a relação custos-benefícios em comparação com as armas convencionais.

Cumprе ressaltar que as armas atômico-táticas poderiam ser usadas nas guerras limitadas sem que fosse necessário recorrer ao emprego estratégico desses engenhos. O fator que proíbe o uso de armas de destruição em massa contra os centros vitais dos beligerantes não

impede o uso de armas atômico-táticas contra alvos na área de combate.

Adotar uma Estratégia Militar, na qual ser o mais forte possível, de uma maneira autônoma e individual, não nos impediria, caso fosse necessário, que nos incorporássemos a uma aliança adaptada ao perigo a enfrentar; entretanto, dela participaríamos visando nossos interesses, primordialmente, e não ao sabor de terceiros.

Nossa Força, autônoma, deverá ser criada e evoluir a partir de um pequeno núcleo, de forma que possa vir a ser orientada em todas as direções e capaz de atingir a todos os quadrantes da Terra. Isso tornar-se-ia realidade através da concretização de uma Força Nuclear Estratégica, dotada dos meios adequados ao seu fim.

É preciso encararmos a realidade e verificarmos que, para o nosso país, as opções que se abrem no que tange à Segurança Externa Nacional, são:

— Integrar-se em uma aliança ou sistema e depender de seu membro mais importante, trazendo como consequência para o País:

- a inexistência de meios eficazes autônomos;
- a obrigatoriedade de participação numa guerra que envolva seu "protetor" correndo riscos, os mais diversos, e, entre eles, a eventualidade de não ser defendido (como ocorreu em Munique com a Tcheco-Eslôvaquia, na última Grande Guerra);
- a inexistência de uma real independência nacional.

— Iniciar, desde agora, a criação de um sistema de defesa que compreenda, ao lado das forças convencionais, uma Força Nuclear, que, por menor que seja, permita:

- dissuadir agressões pelo poder de pronta-resposta;
- participar de um conflito, de qualquer âmbito, em melhores condições, com ou sem aliados;
- servir como fator de persuasão, quando necessário, nas relações internacionais, alicerçando em bases sólidas nossa ação diplomática.

Não podemos deixar de levar em conta a necessidade de forças convencionais adequadas, principalmente para atender às necessidades internas ou de um conflito limitado. Entretanto, tais forças devem ser flexíveis e aptas ao combate no qual sejam empregados os engenhos nucleares táticos.

Estaremos assim, face às dimensões internacionais que o País já apresenta, satisfazendo à sua Segurança Externa, de forma prioritária, assegurando a liberdade do uso das rotas indispensáveis à nossa sobrevivência quer no Pacífico, quer no Atlântico. Ficaremos em condições de buscar a nossa segurança longínqua frente a qualquer expansionismo estrangeiro e, inicialmente aquela que já se torna necessária, na África, nos dias de hoje, devido à presença soviética; teremos um ponto de apoio para que a nossa diplomacia possa fazer valer os nossos direitos no que concerne às diversas pretensões brasileiras. Estaremos mais tranquilos quanto a uma integração e

desenvolvimento, mais harmônicos, de toda região Amazônica.

Dessa forma, também poderemos cooperar para uma situação mais estável no Continente, colocando o Poder Nacional, com seu Aspecto Militar, já fortalecido, a serviço de uma Estratégia que, sem ferir países amigos, assegure efetivamente a paz latino-americana e concorra para a harmonia internacional.

Gostaríamos de reproduzir o que diz o General Meira Mattos, no seu livro "A Geopolítica e as Projeções do Poder".

"No que se refere à segurança, mormente no que tange à segurança externa, seremos obrigados a realizar um gradual esforço neste último quartel de século. Não podemos esquecer que nossa inevitável expansão econômica e nossa firme determinação em não nos deixar dominar por ideologias totalitárias, irão exigir de nós, fatalmente, um maior esforço de segurança.

Os Estados Unidos, em plena fase de relações pacíficas com todo mundo, não puderam reduzir seus efetivos a menos de dois milhões de homens em uniforme. Devemos chegar ao fim do século com um dispositivo de segurança militar capaz de garantir a nossa utilização das rotas marítimas e aéreas no Atlântico Sul e dispondo de uma força estratégica dissuasiva de alta mobilidade".

E prossegue mais adiante:

"Há uma realidade que não podemos ignorar em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimento de um

país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de fenômeno inevitável, involuntário mesmo, em alguns casos. Aconteceu com os Estados Unidos, em que pesassem as correntes internas que sempre existiram, contrárias ao desempenho das responsabilidades desse poder. Anteriormente, já havia acontecido com a França e a Inglaterra, templos de liberalismo político".

Nosso desenvolvimento resultará em responsabilidades maiores no campo da segurança externa. Seremos uma potência mundial, e isto independerá de crises passageiras, de nossa vocação ou gosto para o poder.

Teremos, portanto, de estar preparados também para exercer esse Poder, protegendo os nossos interesses cujas dimensões, em termos econômicos e geo-estratégicos, adquirirão amplitude mundial, gerando conflitos.

A estratégia de formulação da Política Nacional, apoiada em um mínimo de segurança e num máximo de desenvolvimento, já não é própria para um país, o qual, apesar do muito que ainda tem que ser feito e que diante da sua continentalidade apresenta aspectos de sub-desenvolvimento, já se apresenta como a oitava economia de um mundo mergulhado em dificuldades de toda ordem.

"O suporte de um desenvolvimento em escala mundial pede uma segurança de igual escala."

A nossa responsabilidade na ordem internacional cresce gradativamente e a nossa atual segurança, no mundo conflitante de hoje, sob

o jugo das potências nucleares, é muito pouco para quem já é grande, tem interesses crescentes e variados, gerando antagonismos de origens e naturezas diferentes, como é o caso do Brasil.

A realidade é que para termos segurança, precisamos fundamentalmente de uma capacidade militar realizada, adequada às decisões rápidas que se impõem nos dias de hoje e não nos louvamos apenas na capacidade potencial mobilizável. O mundo tornou-se pequeno e a capacidade da violência instantânea e catastrófica, com os engenhos nucleares e seus modernos meios de lançamento.

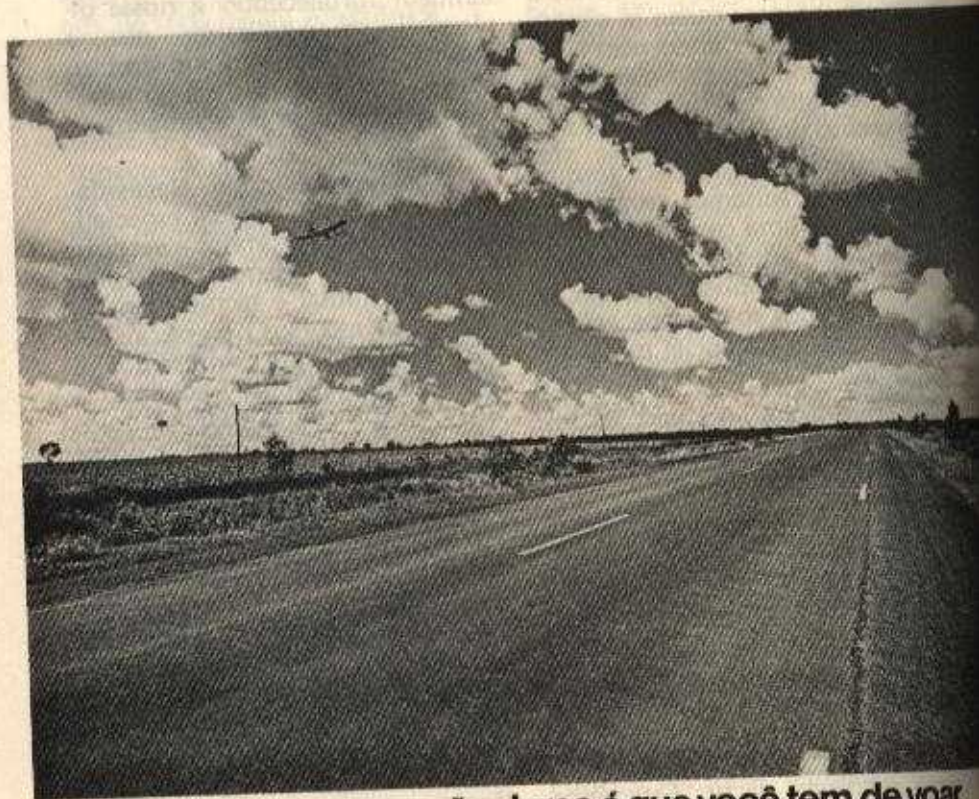
Devemos evoluir militarmente e não apenas. Temos que aceitar as armas atômicas como o maior desafio do presente, transformando essa força em um fator essencial de Segurança Nacional, não só para a vitória, numa possível guerra, limitada ou não, mas, muito mais, no sentido de dissuadir qualquer agressão, a partir de onde partir. Estaremos

também fortalecendo a nossa diplomacia, possibilitando que a mesma, não somente no âmbito continental, mas no cenário internacional, coopere para a manutenção da paz.

O caminho é longo. Precisamos de recursos, pessoal especializado, doutrina, artefatos e vetores. As afirmativas de que não temos estrutura militar e tecnicocientífica, que os recursos necessários serão vultosos, que sofreremos a pressão internacional (incluindo o corte do fornecimento de tecnologia), responderemos com a nossa capacidade de trabalho, com a força de vontade, com a determinação em fazer do Brasil um país realmente livre, soberano e respeitado.

Atitudes negativas e pessimistas nada constroem e a acomodação ao nada leva. Se não plantarmos já a primeira semente não haverá nunca a colheita, por menor que seja. Lembremo-nos de que não há preço que pague a nossa independência.

O Ten Cel Marco Antonio Felício da Silva, da arma de Artilharia, tem os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serve atualmente no Gabinete do Ministro do Exército, Brasília.



Quando os tempos são duros é que você tem de voar.

O tempo do empresário é a matéria-prima em mais rápida extinção nos dias de hoje. Você não pode mais se dar ao luxo de perder horas e horas viajando de carro ou nas filas de espera de aeroportos para tratar de seus negócios. Está na hora de você voar. No seu próprio avião.

Raciocine com a gente. Voando em linha reta, a uma velocidade média de 250 km/h, um avião monomotor é três vezes mais rápido que o automóvel. Um bimotor pode ser quatro ou cinco vezes mais rápido (300 a 400 km/h). Vája o tempo que você ganha. E com maior conforto.

As linhas aéreas comerciais só atingem 200 cidades em todo o Brasil. Com o avião executivo, você

tem 2.000 pistas homologadas à sua disposição. São 1.800 localidades a mais, todas elas estratégicas para seus negócios, e que você atinge na hora que mais lhe convém, sem perda de tempo nos balcões dos aeroportos. Ou seja: com o avião executivo, você pode fazer mais contatos pessoais, portanto mais negócios, em mais lugares, e sem ficar preso a horários rígidos, esperas e conexões. E você ainda ganha mais tempo de lazer.

Não é por acaso que, nos Estados Unidos, entre as 500 maiores empresas selecionadas pela revista "Fortune", as de maiores vendas e lucratividade são exatamente as que possuem aviões executivos. O que você investe num avião executivo

retorna voando, pois a função básica da aviação executiva é aumentar a produtividade gerencial.

Se você quer ter o céu como limite para os seus negócios, você precisa de um avião executivo. E adquirir um, a taxas de juros inferiores às do mercado, é plenamente viável com os vários esquemas de financiamento criados pela Embraer. Consulte o revendedor de sua região.

Quando os tempos são duros é que você não pode perder tempo. E de avião executivo você atessa em cima dos melhores negócios.

 **EMBRAER**

Revendedores Embraer: AEROMACT (RS) - tel. 42-3344 - Porto Alegre • ASA (PR-SC) - tel. 202-1533 - Curitiba • EMBRASA (SP) - tel. 26-0201 - São Paulo • J. P. MARTINS (SP) - tel. 295-8265 - São Paulo - tel. 22-1610 - Arapetuba - tel. 626-0009 - Ribeirão Preto • MARTE (SP) - tel. 295-2001 - São Paulo • LITA (GO-DF) - tel. 261-3335 - Goiânia • LIDER (MG-AM-RR-PA-AP-DF-GO) - tel. 441-9089 - Belo Horizonte - tel. 242-1510 - Florianópolis • ABC (MG-MT) - tel. 292-4006 - Uberlândia - tel. 441-3322 - Belo Horizonte - tel. 323-3150 - Curitiba • MOTORTEC (RJ-CE-ES-BA-SE-AL-PE-MA) - tel. 262-7322 - Rio de Janeiro • CLARE (RN) - tel. 226-0800 - Natal • NORPAR - tel. 325-0072 - Paraíba.



FRONTEIRA ENTRE IRMÃOS

Erni Werner Grehs

Este pequeno e despretenso artigo visa contar aos que não conhecem a fronteira alemã com os países sob dominação soviética, como é chocante, mesmo os mais avisados, vêr-se uma fronteira nascida de um desvario de guerra e concretizada por uma dicotomia ideológica, dividir irmãos e cercear pensamentos.

DIVISÃO

Na baía de Lübeck, ao Norte da Alemanha, até o sul da Floresta da Baviera ("bayerischerwald") estende-se, desde 1946, a mais amedrontadora fronteira do mundo. Uma fronteira que divide ao longo de 1800 km, quase ininterruptamente, uma mesma nação de origem germânica em três estados: República Federal da Alemanha (RFA), República Democrática Alemã (RDA) e Tchecoslováquia. Esta linha feita com muros, arames farpados, obstáculos de toda arte, batidos por fogos acionados automaticamente ou pela mão do soldado das tropas de fronteiras ("Grenztruppen"), com ordem de matar, divide famílias, atravessa cidades e vilas, corta estradas e destrói a uni-

dade histórica, econômica e política de um povo. Ao mesmo tempo é a demarcação física das ideologias antagônicas entre as forças da OTAN e do Pacto de Varsóvia na Europa Central.

Desde agosto de 1961 o tristemente famoso muro que divide também a cidade de Berlim (e cria um território que pertence à Alemanha Ocidental, incrustado na RDA) é testemunha muda de inúmeras tentativas de fuga com mais de 200 vidas sacrificadas por engenhos de morte cada vez mais sofisticados.

UMA BREVE CRONOLOGIA

8 maio 1945:

Fim da 2ª Guerra Mundial com a rendição incondicional da "Wehrmacht".



17 julho/2 de agosto 1945:

Conferência de POTSDAM.
Divisão das Zonas de Ocupações russa e das forças ocidentais (EUA, INGLATERRA e FRANÇA).

30 junho/01 de dezembro 1946:

Construção de barreiras nas linhas demarcatórias e criação da Polícia de Fronteira ("Deutsche Grenzpolizei") para a Zona de Ocupação Soviética.

24 junho 1948 até 12 maio 1949:

Bloqueio dos três setores ocidentais de BERLIM.
A ligação com o setor ocidental da ALEMANHA é mantida através de ponte aérea.

23 maio 1949:

Criação da República Federal da Alemanha.

07 outubro 1949:

Criação da República Democrática Alemã.

26 maio 1952:

Incrementação por parte da RDA de medidas ativadoras dos obstáculos na linha de fronteira.

17 junho 1953:

Tentativa de levante do povo alemão residente na RDA (data em que hoje se comemora "O Dia da Unidade Alemã" que relembra o povo alemão dividido, mas unido contra o jugo soviético).

8/15 setembro 1960:

É proibida, pela RDA, ao cidadão da RFA a travessia da fronteira em Berlim sem o "visto" no passaporte.

13 agosto 1961:

Construção do muro de Berlim.

15 setembro 1961:

Subordinação da Polícia de Fronteira ao Exército Popular Alemão ("Volksarmee") da RDA como Comando de Fronteira ("Kommando Grenze").

10 setembro 1964:

A RDA permite aos cidadãos aposentados viajarem, em visita ao lado ocidental.

17 de outubro de 1972:

A RDA permite viagem de visita a pessoas que tenham parentes que morem na RFA.

16 outubro 1978:

É dada autorização à RFA para a construção da auto-estrada BERLIM-HAMBURGO.

09 outubro 1980:

É majorada para 25 DM a taxa de troca cambial para ingresso na RDA e em BERLIM ORIENTAL. Esta taxa consiste na troca de 25 Marcos da RFA (DM) por 25 Marcos da RDA

(M) (quando o câmbio real é de 1 DM por 4 M) e este valor, se não for gasto, não pode sair da Alemanha Oriental (é recolhido novamente na fronteira e depositado em conta do visitante, aberta para este fim).

25 março 1982:

Acordo sobre o Regulamento que rege os procedimentos na fronteira da RDA. Este regulamento era unilateral e secreto. Foram revistas também as ordens de "fogo para matar" previstas pela Polícia de Fronteira.

BARREIRAS E OBSTÁCULOS

A cerca de arame e as barreiras colocadas na fronteira da RDA não demarcam exatamente a linha divisória; elas ficam em território Oriental e por isso é preciso atentar bem para as pedras demarcadoras da linha e de trechos em trechos para o aviso: "Alto! aqui fronteira" ("Halt! Hier Grenze")

FUGAS E TENTATIVAS

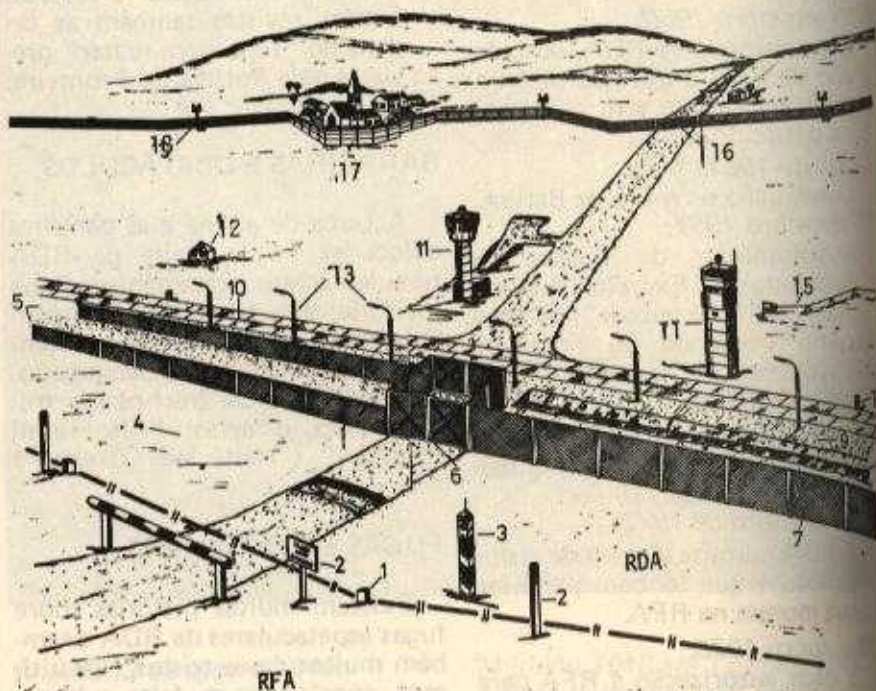
Existem muitas histórias sobre fugas espetaculares da RDA e também muitos casos tristes. Nos últimos anos ouviu-se falar sobre a odisséia de duas famílias que construíram um balão para voar rumo ao Ocidente; sobre o fato, Hollywood fez até um filme. Outro destaque ganharam os rapazes que "arpoaram" um edifício do lado Ocidental de BERLIM e, utilizando um cabo de aço, deslizaram por cima do muro.

Nos últimos meses teve-se a notícia de que os "automáticos da morte" — dispositivo de metralhadoras ordenadas aos pares e de 10 em 10m, que disparam automaticamente quando o seu campo de tiro é invadido e metralham as pernas e o peito do invasor — estavam sendo desativados em retribuição a um crédito de 1 bilhão de marcos (uns 400 milhões

de dólares) concedidos por Bonn ao Governo da Alemanha Oriental.

PALAVRAS FINAIS

Um fato interessante aconteceu na torre de televisão de Berlim Oriental: vista do lado Ocidental, a abóbada envidraçada de sua cúpula reflete o sol na forma perfeita de uma cruz. Conta-se que já



1 - Linha demarcatória com marco fronteiro; 2 - AVISO: "Alto aqui fronteira"; 3 - Marco de madeira de 1,80m com as cores e o emblema da RDA; 4 - Faixa de aproximadamente 100m, normalmente de terra ou areia; 5 - Cerca dupla de arame, com 2,40m de altura e areia na faixa interna (normalmente minada); 6 - Passagem; 7 - Cerca de arame (tela) com 3,20m de altura e dispositivo de tiro automático; 8 - Fosso anti-carro reforçado com placas de concreto; 9 - Faixa de areia com 6m de

largura (mantida sempre em condições de denunciar pegadas); 10 - Caminho para apetrechos; 11 - Torres de concreto com observatórios e equipamentos eletrônicos; 12 - Casa-matá; 13 - Rede de iluminação; 14 - Terminal para a rede telefônica de segurança da fronteira; 15 - Local para amarração de cães (corredição); 16 - Local de passagem e vitória; 17 - Muro de concreto com cerca de 3,30m de altura; 18 - Dispositivo de alarme com equipamento eletrônico e sinais acústicos.



...tentado desfazer este efeito
...udando o ângulo dos vidros, mas
...em vão. A cruz lá está e, dando

asas a um certo misticismo, poderíamos dizer que é um modo de Deus lembrar a sua presença e mostrar que não se esquece mesmo dos que não crêem nele. Com os olhos fitos no futuro do mundo, ergamos nossas preces por uma PAZ duradoura; não a paz apreçada pelos desarmamentistas pois esta seria uma paz sem liberdade sob a égide de foice e do martelo — e sim uma paz cristã, vigiada se preciso for, mas respeitando sempre a obra máxima do Criador — o homem — com seu direito de ir e vir, seus pensamentos, seus dogmas de fé, suas tradições, sua família e sobretudo a gloriosa prerrogativa de ter uma Pátria para amar.



O Ten Cel Cav QEMA Erni Werner Grehs é da Turma de 17 de dezembro de 1959 e tem os seguintes cursos: Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Instrução Especializada (Observador Aéreo), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No exterior fez o curso de Estado-Maior da Academia de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da República Federal da Alemanha (em Hamburgo) e estagiou na "Panzer Brigada 24" em Landshut (Baviera).

Ex-instrutor da ESAO e ex-Cmt do 1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Esqd Ten Amaro), o Ten Cel Erni exerce atualmente a função de Instrutor da Seção de Doutrina da ECEME.



INSTALAÇÕES EXPERIMENTAIS DE PESQUISA PARA DESPEJOS INDUSTRIAIS

José Eduardo W. de A. Cavalcanti

Experiência Brasileira

Para melhor ilustrar este trabalho, serão descritas seis instalações experimentais que serviram para pesquisar despejos de naturezas diversas, sendo os originários de curtume, de uma indústria de pescado, de uma refinaria de óleos vegetais e de uma indústria químico-farmacêutica, todas projetadas e operadas pela firma ECOPAM com o auxílio do Laboratório Ambiental, e o desempenho permitiu que se obtivessem preciosos dados para

elaboração do projeto em escala industrial.

As instalações experimentais têm a finalidade de testar processos e equipamentos e possuindo grande flexibilidade operacional são capazes de fornecerem uma grande gama de informações básicas em reduzido espaço de tempo o que torna econômico contribuindo para barateamento das instalações. O objetivo é, pois, a determinação de parâmetros segundo os métodos físico-químicos e é válido para todos os tipos de despejos industriais mesmo para aqueles

cujas características se aproximam do esgoto sanitário e do próprio esgoto doméstico do qual é um caso particular em termos de tratabilidade dos efluentes resultantes.

Para isso, é utilizado o seguinte aparelhamento:

1. Aparelho de ensaio para obtenção dos parâmetros isolados, características das propriedades das águas residuárias.

2. Instalações em escala de laboratório cujos recipientes são projetados com capacidade de até 50 litros por unidade para poder simular o caso real.

3. Instalações para ensaio em escala piloto, utilizando tanques de capacidade mínima de 5 m³ por unidade, com todos os constituintes e os equipamentos de uma instalação em escala plena mantida a proporcionalidade geométrica de ambas.

4. Instalações experimentais em escala técnica; são aquelas em que as principais dimensões dos tanques, o processamento e os parâmetros, correspondem ao caso real e os resultados são transferíveis às próprias estações. Com relação ao regime hidráulico dos testes, estes podem ser contínuos ou descontínuos.

Teste contínuos são os executados de modo análogo ao processo em escala normal que permite determinar diversos fatores de influência.

Testes descontínuos são aqueles que propiciam conclusões sobre o

desenvolvimento temporário do processo e da alteração da propriedade dos efluentes, determinando a biodegradabilidade dos despejos.

O Brasil ainda carece de uma tecnologia para ser utilizada no campo ambiental. A experiência estrangeira notadamente as obedientes às escolas americanas e alemã, é impraticável no Brasil dadas as condições técnicas e econômicas das nossas indústrias que não possuem condições para absorver os elevados custos operacionais ou de pesquisas.

Urge pois desenvolver uma tecnologia moldada à nossa realidade e ao mercado brasileiro de equipamentos e à limitação de muitas das nossas indústrias. A utilização das instalações experimentais é o meio mais simples e econômico de alcançar esse objetivo, através de um verdadeiro banco de dados que acabará por criar a nossa própria tecnologia.

Curtume

A primeira instalação experimental de tratamento de efluente montada no Brasil foi provavelmente a do Curtume Carioca, localizada no bairro da Penha, no Rio de Janeiro.

Foi idealizada inicialmente, para determinar a influência exercida por seus despejos notadamente cromo hexavalente sobre o funcionamento da estação de tratamento

da Penha, destino final dos despejos do Curtume Carioca.

Para este mister foi montada nas dependências do Curtume uma instalação-piloto em escala técnica cuja concepção previa a implantação do mesmo processo empregados na estação de esgotos da Penha, isto é, filtração biológica.

Mais tarde, com a decisão da CEDAE de prever mudança de processo com vistas à expansão da ETE-Penha para lodos ativados, o Curtume procedeu à adaptação em sua instalação experimental, considerando este novo processo.

A instalação-piloto consta de numerosas unidades sendo as principais, as seguintes:

- Decantadores primários;
- Filtro biológico;
- Decantadores secundários;
- Tanque de aeração;
- Adensador de lodo;
- Tanque de flotação.

A disposição destas unidades permitiu, praticamente, operá-las com toda flexibilidade sendo possível vários "lay-out". Os resultados obtidos com os experimentos propiciaram ao Curtume Carioca condições de projetar um sistema de pré-condicionamento de seus efluentes, incluindo a montagem de uma usina de recuperação de cromo, antes de serem ligados à ETE-Penha.

Indústria Metalúrgica

Neste caso, a instalação experimental teve por objetivo ensaiar

despejos de decapagem ácida, quanto ao condicionamento do pH e à separação de sulfato ferroso de uma indústria localizada na área urbana.

Ensaio preliminares de laboratório indicaram que o despejo em questão, era "tamponado", isto é, o pH inicial de natureza ácida pela adição de um álcali, somente se alterava quando todo o sulfato ferroso tivesse se precipitado. Quando isso se dava, o líquido efluente clarificava-se à transparência.

Uma vez pré-concebido o tratamento, partiu-se para a construção de uma instalação em escala piloto, com os seguintes objetivos:

- Verificação do comportamento hidráulico dos despejos na floculação.
- Verificação do comportamento hidráulico dos despejos da decantação.
- Determinação do melhor tipo de reagente.
- Determinação da influência da temperatura na floculação.
- Determinação da necessidade de tanque de mistura rápida.
- Determinação do tempo de mistura na câmara de mistura lenta.
- Determinação do tempo ótimo de decantação.
- Determinação da necessidade de tanque de equalização, e
- Ensaio de secagem do lodo de sulfato ferroso.

A instalação piloto foi montada na escala 1:50 ou seja, para uma

vazão máxima de $0,4 \text{ m}^3/\text{h}$ e contava com as seguintes unidades:

- Tanque de equalização;
- Caixa de passagem com extravasor;
- Caixa de medição;
- Tanque de floculação;
- Decantadores;
- Tanque de armazenagem de reagentes;
- Tanque de nível constante para adição uniforme de reagente.

Industrialização de Pescado de Sardinhas

Neste caso, a instalação experimental visou testar a retirada de óleo de peixe que era lançado emulsionado com os despejos em direção ao mar.

A pesquisa só se tornou possível, depois que as indústrias de conservas de sardinhas, situadas no eixo Niterói e São Gonçalo, em número de oito, se uniram sob a forma de consórcio, idealizado especialmente para cuidar dos experimentos sob o aspecto técnico e financeiro.

Para a parte técnica da operação, foi contratado o Eng.^o Pedro Márcio Braille e posteriormente a ECO-PAM para a elaboração dos projetos. Como meio de pesquisas, foram montadas duas instalações semelhantes em escala-piloto, localizadas em duas das indústrias. Dada a natureza similar dos despejos, os resultados puderam ser extrapolados para cada uma das fábricas em particular.

Tendo em vista a grande quantidade de óleo de peixe e de água cola (stick water) emulsionados, e contidos nos despejos, a concepção de tratamento foi orientada no sentido da segregação deste óleo. Para tanto, foi idealizado um sistema de tratamento por flotação a ar comprimido e centrifugação da borra sobrenadante.

A instalação piloto construída em chapa de aço nas oficinas da NIGATABRÁS, era constituída das seguintes unidades:

- Caixa de medição de vazão;
- Peneiras rotativas;
- Tanque de equalização de vazão;
- Câmara de saturação de ar;
- Câmara de expansão de ar;
- Tanque de decantação;
- Centrífugas.

O tratamento previsto consistia fundamentalmente, em saturar os despejos com ar comprimido a uma pressão conveniente e expandi-lo após alguns minutos no tanque de flotação.

Na expansão, a borra de óleo aflorava à superfície do tanque, liberando-se. Por um mecanismo de arraste, era conduzida a um depósito onde a borra era aquecida e posteriormente recalçada para a centrifugação onde se dá a separação.

Foi necessário um período de um ano de ensaios para que se pudesse obter os dados básicos que subsidiariam os projetos.

Fábrica de Celulose e Papel

Esta instalação experimental foi prevista com o intuito de definir o sistema de tratamento para os efluentes industriais de uma das maiores indústrias de celulose e papel do Brasil, produzindo cerca de 350 t/d.

A quantidade de despejos gerada é de cerca de 2.000 m³/h, lançados "in natura" no rio Paraíba, causando graves problemas de poluição.

A concepção desta instalação experimental projetada e construída em escala piloto foi no sentido de propiciar aos despejos um tratamento biológico. Foi construída na escala 1:1000, o que permitiu que os dados e parâmetros obtidos com sua operação fossem extrapolados, visando o dimensionamento da estação de tratamento em escala real.

A instalação experimental possui as seguintes unidades de tratamento:

- Peneira hidráulica;
- Tanque de mistura;
- Caixa de medição;
- Decantadores primários;
- Tanque de aeração;
- Decantadores secundários;
- Adensador de lodo;
- Leitos de secagem.

CONCLUSÕES

Está reservada às empresas de consultoria grande responsabilidade

de na orientação às indústrias tendo em vista o controle ambiental e a engenharia de Processo.

Antes da determinação do método de tratamento torna-se necessário proceder a um exame cuidadoso do problema com o seguinte objetivo:

1. Determinar se a indústria realmente necessita de uma instalação de tratamento de águas residuárias ou se ela tem possibilidade de descarregar os despejos sem tratamento ou parcialmente tratados antes de atingido o sistema público de esgotos.

2. Determinar a conveniência de se fazer alguma readaptação interna na fábrica ou melhorar o processo, de modo a reduzir a concentração e o volume dos despejos (práticas de "housekeeping") com o fim de minimizar o porte, o custo e a complexidade da instalação.

3. Na determinação do método de tratamento mais adequado não se limitar às informações extraídas dos livros técnicos, catálogos ou literatura especializada ou modelos em instalações similares porém basear-se em dados obtidos a partir de ensaios de laboratório e de instalações experimentais.

ADVERTÊNCIA FINAL

Aos órgãos públicos de saneamento e controle da poluição cabe também um papel relevante no sentido de subsidiar o parque industrial e as firmas de consultoria,

colocando à disposição dos interessados, as informações técnicas disponíveis tendo em vista o superior interesse do País.

Finalizando, as indústrias que são responsáveis pela contaminação ambiental das áreas onde se

encontram instaladas, devem se conscientizar de que somente com a união de todos, governo e iniciativa privada, e sem burocracia, será possível alcançar a meta por todos almejada, do desenvolvimento com o mínimo de poluição.



O Engenheiro José Eduardo W. de A. Cavalcanti é formado pela Escola de Engenharia Mauá, São Paulo. É consultor da Federação das Indústrias de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e perito no Tribunal de Justiça Cível de São Paulo. É co-autor do livro "Manual de Tratamento de Águas Residuárias Industriais", publicado em 1979, e autor de artigos técnicos dessa especialidade, publicados em várias revistas do País. Seu avô paterno, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, foi um dos fundadores de A DEFESA NACIONAL.



EXPLOSIVOS DE ALTA POTÊNCIA PARA PROJÉTEIS DE ARTILHARIA

Sigurd Back

A despeito da existência de grande número de compostos químicos explosivos, há 80 anos que o TNT continua a ser escolhido como carga para projéteis de artilharia de alto teor explosivo. Esta escolha é baseada no rendimento, estabilidade, custo e produção em grande escala deste explosivo.

Mais recentemente, o RDX passou a ser a segunda carga química mais usada em termos de volume, embora a sua utilização em combinações com o TNT represente, provavelmente, a sua aplicação mais importante. Neste artigo, o autor discute os recentes trabalhos de aperfeiçoamento realizados na Companhia Bofors AB, na Suécia, para melhorar ainda mais o rendimento e a segurança destes explosivos de créditos firmados há longo tempo.

Com um ponto de fusão de 80°C , o trinitrotolueno (TNT) pode ser fundido e introduzido em invólucros de projéteis; e, no entanto, pode também resistir a altas temperaturas ambiente quando as munições estão armazenadas ou em serviço. Contudo, a estabilidade térmica da carga explosiva depende da pureza da carga química. O TNT que se obtém comercialmente contém frequentemente pequenas quantidades de impurezas, tais como TNT assimétrico, dinitrotolueno e, por vezes, mononitrotolueno. Tais impurezas formam misturas eutéticas com o TNT simétrico puro, baixando o seu ponto de fusão (Fig.

As munições armazenadas podem atingir altas temperaturas nas regiões tropicais, ou durante o ve-

rao em climas temperados. Se a carga química é uma mistura eutética imprópria, essas temperaturas podem ser suficientemente elevadas para causarem exsudação. As consequências podem incluir a migração de compostos explosivos para áreas potencialmente perigosas como, por exemplo, a rosca do parafuso do detonador. Fendas e outros espaços vazios podem também aparecer na carga química, incluindo a possibilidade da carga se afastar da base do projétil. Torna-se então possível uma detonação prematura. Para minimizar a exsudação, a Bofors Nobelkrut utiliza um método de produção que permite obter TNT de alta pureza. O ponto de solidificação indica a pureza, e o ponto de solidificação acima de $80,6^{\circ}\text{C}$ obtido pela Bofors corresponde à mais baixa

Fig. 1

Misturas eutéticas com 2,4,6-TNT

Segundo componente	Peso % de 2,4,6-TNT	Ponto de fusão em °C
2-MNT	16	-15,6
2,4-DNT	47,4	+46,3
2,3,4-TNT	59	+67,3
2,4,5-TNT	61	+58,0

exsudação medida pelo ensaio padrão utilizado na República Federal da Alemanha (Fig. 2). A Bofors Nobelkrut anunciou recentemente a sua decisão de construir uma nova fábrica em Karlskoga para produção de TNT de alta pureza.

Problemas de fusão e solidificação de cargas químicas

O TNT líquido solidifica sob a forma de cristais colunares, com a maioria alinhada ao longo do mesmo eixo, e com o seu eixo mais longo perpendicular às pare-

des do invólucro (Fig. 3). Esta grosseira textura granular é imprópria para cargas químicas de projéteis de artilharia. O material é inerentemente frágil e quebradiço, e a sua baixa densidade, comparada com uma carga química mais homogênea, reduz a massa da carga e a sua propensão para detonar.

Quando solidifica, o TNT líquido sofre uma contracção de cerca de 12%. Com um coeficiente de expansão térmica seis vezes superior à do aço, a carga química do projétil sofre uma contracção maior do que a do invólucro do

Fig. 2

Exsudação de TNT segundo o ensaio padrão da Alemanha Federal

Ponto de solidificação °C	%	Exsudação Diâmetro da marca em papel de filtro mm
80,17	1,0	100
80,35	0,35	50
80,44	0,31	45
80,53	0,23	38
80,66	0,11	25

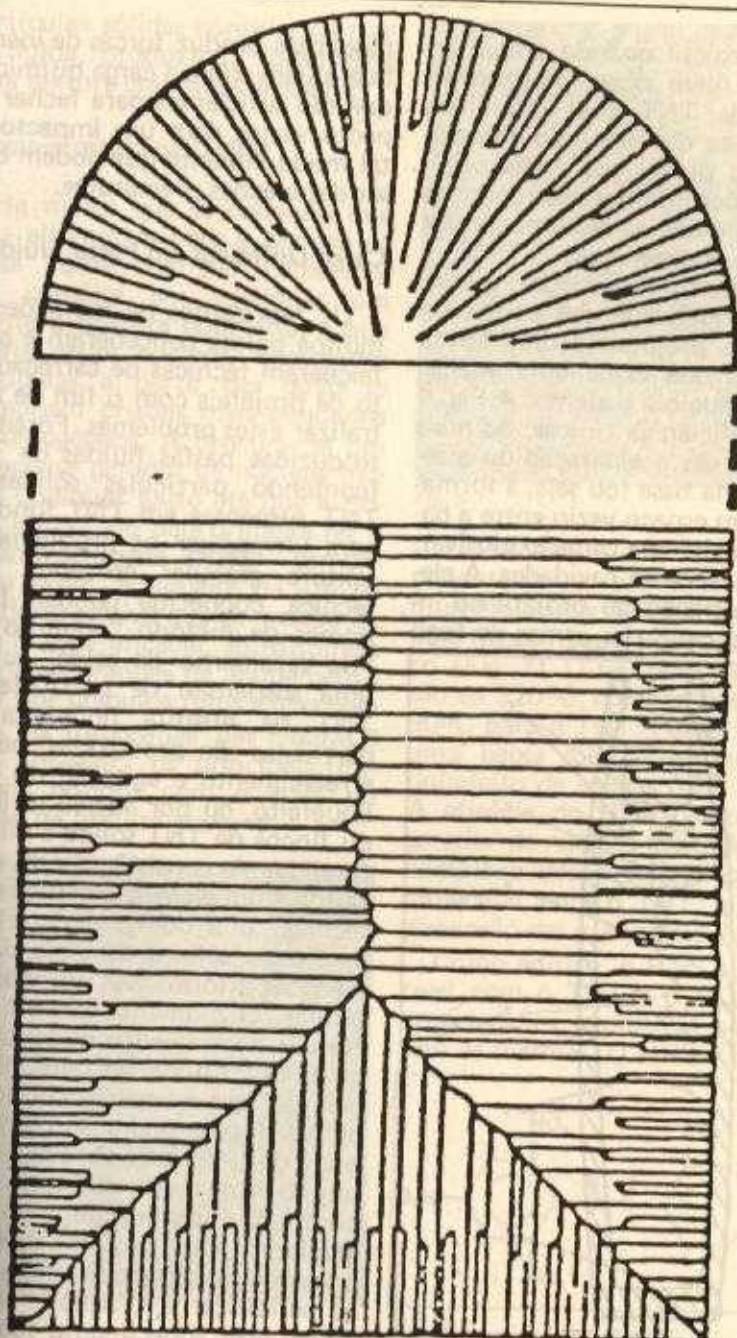


Fig. 3

mesmo projétil quando ambas arrefecem. Além disso, os próprios cristais de TNT têm diferentes coeficientes de expansão térmica em vários planos, os quais originam tensões internas sob repetidas subidas e descidas de temperatura durante a armazenagem.

Com estas propriedades, o controle de qualidade das cargas de TNT para projéteis é uma tarefa demorada que exige uma análise muito minuciosa e atenta. A Fig. 4 ilustra deficiência típicas. As mais perigosas são a separação ou afastamento na base (ou seja, a formação de um espaço vazio entre a base do projétil e a carga explosiva), e outras fendas e cavidades. A elevada aceleração do projétil no interior do cano das armas de fogo

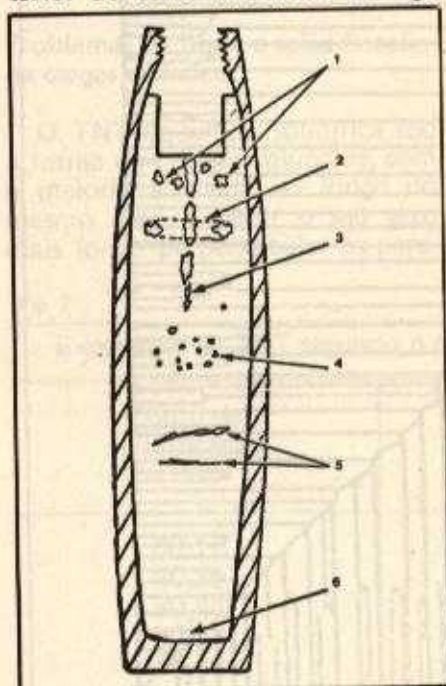


Fig. 4

modernas produz forças de inércia que atuam sobre a carga química e que são suficientes para fechar espaços vazios com um impacto de tal modo violento que podem causar detonações prematuras.

Carga Químicas em Pasta Fluida

Os fabricantes de munições de muitos países conceberam e aperfeiçoaram técnicas de carregamento de projéteis com o fim de neutralizar estes problemas. Foram introduzidas pastas fluidas de TNT (contendo partículas sólidas de TNT suspensas em TNT fundido) para ultrapassar os problemas da textura granular grosseira. Esta técnica, conhecida também pelos nomes de método "cremoso" ou "de vazamento da calda", utiliza uma suspensão de partículas de TNT na mistura líquida. As partículas são produzidas, ou por arrefecimento e agitação do TNT líquido, ou por adição de lascas ou flocos de TNT sólido à mistura fundida. A consistência da pasta fluida é um elemento crítico nesta técnica, e a dosagem correta de partículas sólidas depende das dimensões e forma das próprias partículas. O momento correto para efetuar o vazamento da mistura líquida só pode ser determinado pela perícia e experiência do responsável pela operação. Uma vez que a pasta fluida é vazada quando se encontra muito próximo o seu ponto de consolidação, a boca do invólucro do projétil deve ser aquecida para impedir que o TNT ao solidificar a bloqueie. No entanto, esse aquecimento funde as

partículas sólidas contidas na pasta fluida, produzindo localmente uma textura granulosa grosseira.

Hexanitrostilbene (HNS)

Há muito que se concluiu que a alternativa para a técnica da pasta fluida com partículas sólidas consiste em adicionar um agente à mistura líquida, o que cria assim núcleos, minúsculas partículas a partir das quais se formariam cristais mais pequenos e homogêneos. A procura de um agente gerador de núcleos não teve qualquer êxito até que a Boon introduziu pela primeira vez o hexanitrostilbene (HNS), tornando-se assim a pioneira da utilização deste aditivo que se revelou de grande eficácia, substituindo os cristais grandes de alinhamento axial por grânulos finos e homogêneos. As fotografias das Figuras 5 e 6 revelam os principais processos obtidos com o HNS no tempo da textura granular.



Fig. 5



Fig. 6

O HNS é um derivado do TNT, consistindo a sua molécula em duas moléculas de TNT ligadas por uma ligação dupla ao grupo metílico (Fig. 7). O seu ponto de fusão são os 320°C, comparados com os 80°C para o TNT. Possui também uma baixa solubilidade em TNT líquido de apenas 0,2% a 85°C. A eficácia do HNS como agente gerador de núcleos depende da sua complexa relação cristalográfica e molecular com o TNT, e da fina dimensão das suas partículas.

Como aditivo, o HNS é compatível com o TNT e o RDX, e as propriedades explosivas permanecem as mesmas. O HNS é também

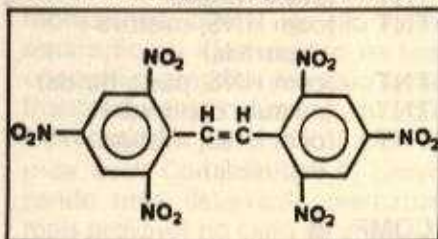


Fig. 7

muito estável. Utilizando o HNS, a Bofors efetuou o vazamento com uma mistura depurada ou pasta fluida muito diluída de TNT, obtendo uma estrutura de grânulos finos e sem alinhamento axial de cristais. A resistência à compressão desta carga química é quatro vezes a da mistura depurada de TNT, sendo superior à duma carga de pasta fluida com partículas sólidas (Fig. 8). A sua densidade é semelhante.

A melhoria das propriedades físicas reduz a ocorrência do perigoso fenómeno da separação ou afastamento na base. A carga química com HNS pode resistir às forças geradas pela sua própria contração, enquanto adere firmemente ao interior do invólucro do projétil — o qual sofre, evidentemente, uma contração menor, devido à diferença do coeficiente de expansão térmica. As cavidades e poro-

sidades na carga química, que podem ser causadas por ar aprisionado numa pasta espessa, são reduzidas ao mínimo pelo fato de ser possível usar como o HNS misturas depuradas ou muito diluídas. A possibilidade de obtenção de texturas granulares finas com uma mistura depurada permite eliminar a dependência da perícia do responsável pela operação, tradicionalmente associada ao vazamento da pasta fluida, facilitando a automatização do processo. A Bofors utiliza já TNT com HNS numa linha de carga automatizada.

Compostos RDX/TNT

Depois do TNT, o RDX é o explosivo militar de utilização mais generalizada. Devido à sua alta sensibilidade ao impacto, deve ser atenuado para utilização militar. Como possui também um elevado ponto de fusão (cerca de

Fig. 8

Resistência à compressão

Explosivos		ϕ mm	L mm	Densidade g/cm ³	Resistência à compressão MPa
TNT	(mistura depurada)	23	22	1,58	2,0
TNT	(pasta fluida)	23	22	1,62	8,3
TNT	(com HNS, mistura depurada)	23	22	1,60	9,6
TNT	(com HNS, pasta fluida)	23	22	1,61	10,4
TNT	(mistura depurada)	58	50	1,54	$2,3 \pm 0,7$
TNT	(com HNS, mistura depurada)	58	50	1,58	$9,3 \pm 0,8$
COMP	B	30	30	1,68	$8,8 \pm 0,2$
COMP	B (com HNS)	30	30	1,68	$13,2 \pm 0,2$

200°C) e uma forte tendência para a deflagração, não pode ser fundido e solidificado como o TNT, mas quando atenuado com cera ou polímeros pode ser comprimido em matrizes para formar cargas de menores dimensões.

No entanto, a principal aplicação do RDX em associação com TNT (e, por vezes, com um atenuador de cera) em composições tais como Cyclotol, Composition B ou, com a adição de alumínio em pó, HBX. Estes compostos podem ser fundidos e solidificados. Com os compostos de Cyclotol, é muitas vezes desejável o teor mais elevado possível de RDX para explorar a potência do explosivo, que é consideravelmente maior do que a do TNT. Inicialmente, formas de cristais e distribuição de dimensões desfavoráveis limitavam as concentrações de RDX a cerca de 50%. Contudo, o progresso das técnicas de cristalização teve como consequência a possibilidade de produção de cristais compactos e ainda um controle consistente das dimensões dos grânulos, que podem ser especialmente "talhados" para o desempenho de funções específicas. Por exemplo, Composition B contém 59,5% de RDX, 39,5% de TNT e 1% de cera, e combina uma "vocalização para o vazamento" com um baixo grau de sedimentação (o depósito de partículas de RDX na mistura de RDX/TNT), resultando num teor consistente de RDX em toda a carga. O atenuador de cera foi também especialmente "tratado" de modo a distribuir-se uniformemente.

Sedimentação Acelerada

Quando um teor máximo de RDX é exigido — por exemplo, em cargas especialmente formadas para concentrar a potência da detonação, e em outras aplicações de alto rendimento explosivo — é estimulada a sedimentação por meio da utilização de cristais de RDX mais grosseiros. A sedimentação rápida resultante produz uma densa concentração de RDX. Tipicamente, Cyclotols com 65% ou 70% de RDX produzirão concentrações de cerca de 75% de RDX na carga vazada.

HNS em Compostos de RDX

Os problemas de detonação prematura provocados por pressões de recuo no interior do explosivo pela inércia causada pelas elevadas acelerações da artilharia moderna, especialmente no caso dos calibres maiores, foram já descritos anteriormente. Com Composition B, o mais extensamente utilizado dos explosivos de alta potência RDX/TNT para projéteis de artilharia, existe um risco ligeiramente maior de detonação prematura do que com uma carga de TNT. Os ensaios e a experiência prática demonstraram que a ignição numa separação ou afastamento na base ocorrerá a pressões de recuo semelhantes durante o disparo, mas que a propagação da ignição é mais rápida com Composition B, provocando uma detonação prematura mais provável no cano da arma.

Uma melhoria da aderência da carga explosiva às paredes do pro-

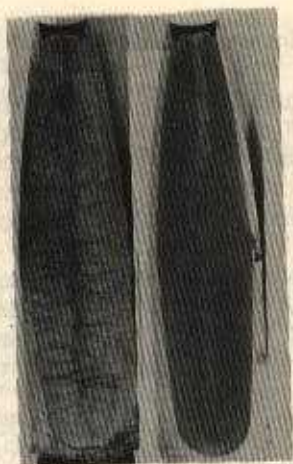


Fig. 9 "

Fig. 10

jêtil reduz as probabilidades de separação na base, mas estimula a maior tendência da Composition B para abrir fendas em comparação com o TNT puro. Estas fendas ou fraturas verificam-se ao longo da "estrutura em forma de árvore"

criada no material fundido (Fig. 9). A adição de HNS a Composition B produz a característica estrutura de cristais, fina e sem orientação axial, e aumenta a resistência da matriz de TNT — reduzindo assim a tendência para fraturas (Fig. 10). O exame das cargas fundidas pode revelar o alinhamento característico da estrutura de cristais, mostrando que, ao arrefecer, a tensão foi distribuída uniformemente e libertada na totalidade da carga. A utilização de um aditivo plastificante pode eliminar até mesmo este tipo de estrutura. Quando o HNS é combinado com técnicas que fornecem uma melhor aderência às paredes do invólucro, os compostos RDX/TNT possibilitam a obtenção de explosivos de grande potência, com um mínimo de deficiência que possam provocar detonações prematuras.

Sigurd Back é Engenheiro-Chefe do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da Bofors Nobelkrut, de Bofors, na Suécia.



UM PROJETO PRIORITÁRIO

Informe Especial do BNH

O Projeto João de Barro, concebido a partir da preocupação do Ministro do Interior, Mário Andreazza, com a população carente, é mais um esforço do Banco Nacional da Habitação no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações de baixa renda.

O Projeto João de Barro irá proporcionar o acesso à habitação com a participação da comunidade, prioritariamente às cidades do interior e destinado às famílias com renda de até 1,5 salário-mínimo.

Este Programa de Autoconstrução de Moradias contará com recursos iniciais de 70 bilhões de cruzeiros neste ano de 1984, sendo Cr\$ 50 bilhões do Fundo de

Assistência Habitacional — Fundhab e Cr\$ 20 bilhões do Fundo de Investimento Social — Finsocial.

O apoio à autoconstrução, que se realiza através do mutirão familiar ou comunitário, conjugando o esforço de todos em benefícios de todos, tem grande significação social. Cumprindo as determinações do Ministro do Interior, Mário Andreazza, em consonância com as linhas básicas da política de ação social do Governo João Figueiredo, o Projeto João de Barro é o resultado do conhecimento adquirido a partir das experiências realizadas em todo o Brasil e das recomendações do Seminário ocorrido em Recife, de 15 a 18-02-84.

O objetivo do Projeto João de Barro é, em suma, o atendimento

da família carente e a melhoria da qualidade de vida da nossa gente, reafirmando cada vez mais a vocação do BNH como um Banco do Bem-Estar Social.

INTRODUÇÃO

O Banco Nacional da Habitação, órgão central do Sistema Financeiro da Habitação — SFH e executor da política habitacional do Governo Federal, seguindo as diretrizes do Presidente João Figueiredo, através do Ministério do Interior, toma a iniciativa de apoiar a execução de programas habitacionais de interesse social que utilizem processos de autoconstrução.

Por autoconstrução entende-se o conjunto de processos — individuais ou coletivos — de produção habitacional nos quais a família beneficiada ou a própria comunidade participa diretamente da construção de suas moradias. A autoconstrução pode dar-se de uma das seguintes maneiras:

Ajuda-mútua (ou mutirão) — processo de produção em que o conjunto de beneficiários finais atuam organizadamente construindo as casas e, eventualmente, a infra-estrutura e equipamentos comunitários.

Auto-ajuda (ou esforço próprio) — processo de produção em que cada família empreende, individualmente, a construção de sua moradia.

A autoconstrução é amplamente utilizada no Brasil, de forma espontânea, como alternativa possível às famílias de menor poder aquisitivo. A participação governamental nessa modalidade construtiva já vem sendo feita, em caráter experimental inclusive, algumas vezes, com a participação do BNH, no âmbito dos programas de interesse social. Os resultados alcançados através da autoconstrução são altamente estimulantes, tanto pela substancial redução dos custos quanto pela atitude positiva da comunidade usuária em relação aos empreendimentos.

Atendendo à solicitação do Sr. Ministro do Interior, Mário Andreazza, com o propósito de estender o acesso a melhores condições de habitação a maiores segmentos da população de baixa renda, o BNH institui o Programa Nacional de Autoconstrução — Projeto João de Barro. Por este instrumento, assegura aos Governos Estaduais e Municipais os recursos necessários a dar prioridade, na execução do Plano Nacional da Habitação — PLANHAP, ao apoio à autoconstrução.

Para orientar os Agentes Financeiros e Promotores no desenvolvimento do Programa, são aqui apresentadas diretrizes de caráter geral, para a elaboração de projetos de solicitação de financiamento ao BNH.

Tais diretrizes, em consonância com as linhas básicas da política de ação social do Governo João

Figueiredo, resultam do conhecimento adquirido a partir das experiências realizadas no Brasil e das recomendações do Seminário sobre Mutirão realizada em Recife, em fevereiro de 1984.

ASPECTOS CONCEITUAIS

Em projetos habitacionais convencionais, cabe à família candidata a uma casa apenas preencher os requisitos exigidos para assumir o financiamento do SFH, através de seu Agente. "

A participação do usuário se inicia desde o momento da concepção do empreendimento, que deverá ajustar-se à vontade e às condições de cada família interessada no projeto, a quem caberá, diretamente, a sua execução.

No caso da produção coletiva — mutirão — a ação organizada e o espírito comunitário são fatores essenciais para o êxito do empreendimento. Com a promoção, apoio técnico, suporte financeiro e supervisão dos Agentes Promotor e Financeiro, a comunidade se torna apta a assumir cooperativamente a realização do projeto.

A viabilidade do projeto se inicia a partir da identificação de:

- a) uma demanda dispersa, representada por um grupo de famílias interessadas em empreender a construção de suas casas, através de uma ação organizada, ou
- b) uma demanda agrupada em um assentamento espontâneo, se-

ja favela ou loteamento clandestino, que reivindica melhorias físicas, tanto nas moradias, quanto na urbanização.

Em ambos os casos caberá ao Estado congregar os recursos necessários à efetivação do projeto.

O planejador do empreendimento deverá, necessariamente, envolver a população beneficiária na discussão da montagem do projeto e na definição das condições de sua colaboração e aporte da mão-de-obra.

A população participante deve se dispor a aportar sua mão-de-obra para a execução total ou parcial das unidades habitacionais. Esta é, seguramente, a principal característica de um projeto de autoconstrução.

O apoio governamental imprime racionalidade a esse processo, permitindo regularidade no ritmo da obra, adotando normas técnicas para a aprovação dos projetos e atendendo a legislação urbana.

Durante a execução da obra, os autoconstrutores terão apoio técnico e supervisão por parte de engenheiros e/ou arquitetos da COHAB ou da Prefeitura. Também receberão treinamento de mestres de obra para realizar cada tarefa, obtendo, assim, qualificação. Serão assessorados, durante todo o projeto, por técnicos sociais, na organização do trabalho cooperativo e na superação dos problemas comuns.

Merece ser esclarecido que a autoconstrução poderá incluir não

apenas, a construção da moradia como também, a produção de alguns dos materiais de construção. Neste caso, a comunidade poderá desenvolver sua organização produtiva para atender a obra e para venda externa de materiais, aumentando sua renda.

Finalmente, merecem ser diferenciados os tipos de autoconstrução, segundo a responsabilidade assumida pela comunidade e/ou família envolvida. São Eles:

a) projeto executado exclusivamente por ajuda-mútua (mutirão): neste caso toda a comunidade trabalha na obra, sabendo, apenas no final, qual a sua casa (por sorteio ou outra forma convencional e aceita antes do início da obra);

b) projeto executado exclusivamente por auto-ajuda (esforço próprio): neste caso cada família se encarrega de construir sua moradia, não participando da cons-

trução das demais;

c) projeto executado utilizando tanto a ajuda-mútua como a auto-ajuda — caso em que a comunidade decide que construirá parte de todas as moradias coletivamente. Numa determinada fase da obra (por exemplo: quando todas as casas estiverem cobertas) é definida a moradia de cada família que, em seguida, assume a responsabilidade de terminar a mesma com seu esforço próprio, ou seja, individualmente.

Em todos os tipos acima citados, o fundamental é a decisão que a comunidade toma para desenvolver o projeto. Isto não pode e não deve ser imposto pelos técnicos ou pelas instituições envolvidas, sob pena de reduzir a autonomia e participação dos interessados e, conseqüentemente, diminuir o interesse na execução da obra.



INFORMAÇÕES

AVIAÇÃO CINQUENTA ANOS DO PRIMEIRO VÔO REGULAR TRANSOCEÂNICO DO MUNDO — 1934-1984

Neste ano de 1984, celebra-se na aviação comercial mundial, mais especificamente na aviação teuto-brasileira, um evento da mais alta significação: o cinquentenário do 1. Voo Regular Transoceânico do Mundo.

O fato, que no panorama histórico representa passo relevante no desenvolvimento comercial e da integração de brasileiros e alemães, ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1934, quando uma aeronave da empresa aérea alemã Lufthansa — o Dornier Welt 10T "Taifun" — pousou em águas da cidade brasileira de Natal, no norte do País. Esse primeiro voo regular transoceânico — de mala postal — foi iniciado em 3 de fevereiro daquele ano, na cidade de Stuttgart com destino a Buenos Aires, numa rota que incluía, entre outras, Sevilha na Espanha, Bathurst na África Ocidental e o navio "Westfalen", que, depois de abastecer o avião, o lançou de sua catapulta, seguindo a Natal, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre no Brasil. A primeira etapa do voo — Stuttgart/Natal — foi coberta pela Lufthansa com três distintos aparelhos: um Heinkel HE-70 "Blitz", para o trecho Stuttgart/Sevilha; um Junkers Ju-52 "Zephyr", de Sevilha e Bathurst, e o hidroavião Dornier Wal "Taifun", que cobriu o percurso África/Brasil, pousando nas águas do rio Potengi, no Rio Grande do Norte. A segunda fase desse "raid" aéreo, Natal/Buenos Aires, foi no avião Junkers W-34 "Tieté" da companhia Sindicato Condor Ltda., uma empresa brasileira fundada pela própria Lufthansa

originalmente Condor Syndicat, a primeira companhia aérea registrada no Brasil.

O feito, cujo cinquentenário ora se festeja, foi de extraordinária repercussão na época; não apenas pelo pioneirismo e ousadia dos que o executaram, mas, sobretudo por se constituir, na ocasião, a primeira linha regular de vôos ligando a Europa ao Continente Sul-americano. Comercialmente, o vôo representou também um grande êxito: abria-se um novo mercado num empreendimento que, desde o primeiro instante, apresentava-se plenamente rentável.

Em 1934, uma carta com peso máximo de 5 gramas, da Alemanha à América do Sul, custava 1,75 marcos — reichsmark, naquela época. Em média, cada vôo transoceânico da Lufthansa, no primeiro ano de operação, transportava cerca de 100 kg de cartas; logo a seguir o volume de correspondência cresceu para 400 kg, tendo posteriormente se transformado em rotina os 500 kg. Apesar dos custos elevados de operação, principalmente por causa do uso de navios-catapultas fixados no meio do Atlântico para reabastecimento de aviões, o serviço postal da Lufthansa para a América do Sul, desde o início, gerou significativas receitas.

Há 50 anos, no primeiro vôo regular transoceânico transportou-se uma mala postal de 38 kg. Hoje, a Lufthansa, em seus Jumbos B747 para 245 passageiros, oferece espaço para 120 toneladas de carga nos quatro vôos semanais, sem contar o cargueiro B707 que opera uma vez por semana entre Alemanha e Brasil. Além disso, as 120 horas de vôo, em curtas etapas, transformaram-se em "vôo non-stop" de 11 horas. ■

"TAMOIO", TANQUE DE GUERRA CRIADO POR FÁBRICA DE COFRES

O primeiro carro de batalha brasileiro, um tanque de 28 toneladas designado MB-3 "Tamoio", está terminando agora seus testes de qualificação, sob a supervisão do Centro Tecnológico do Exército.

Ele representa o resultado de quase cinco anos de trabalho da equipe técnica da Bernardini S/A Indústria e Comércio, uma empresa paulista fundada em 1912 para fabricar cofres de aço e que, com o passar do tempo, acumulou experiências construindo carros blindados para o transporte de valores e modernizando velhos tanques do Exército brasileiro.

O "Tamoio" tem características modernas e sofisticação ao nível dos mais avançados carros de combate do mundo na sua classe: silhueta baixa, blindagem espessa, um poderoso canhão, sistema de pontaria sofisticado e mobilidade elevada em terrenos difíceis, além de um extraordinário raio de ação de 700 quilômetros, que pode ser levado até quase 900 quilômetros com a simples adição de um tanque de combustível sobresselente.

A história do "Tamoio" remonta à segunda metade dos anos 70, quando a Bernardini recebeu, do Exército, encomenda para modernizar cerca de 80 antigos carros de combate leves M-3 "Stuart", que tinham sido desativados como obsoletos.

"Fizemos neles um completo trabalho de cirurgia industrial", lembra o engenheiro Bernardini Cury. "Trocamos o motor original a gasolina por um grupo motriz nacional diesel, modificamos o chassi, reforçamos as blindagens, adaptamos novos canhões e deixamos aqueles tanques novos em folha". Na realidade ficaram tão bons que eles estão ainda em operação, no sul do País.

Baseados naquela experiência, os técnicos de Bernardini passaram à etapa seguinte e projetaram um carro de combate leve, designado X 1A2, de 20 toneladas, e 100% nacional.

Aquele tanque funcionou tão bem que continua em produção até hoje, tendo mais de cem unidades sido já entregues ao Exército nacional, que pôde assim reequipar várias de suas unidades sem recorrer a dispendiosas importações. Mais ainda: o Exército ficou tão satisfeito que encomendou à Bernardini igual trabalho, de repotenciamento a cerca de 350

carros de combate M-41 "Bulldog". Utilizando tecnologia, componentes e soluções nacionais, a empresa está transformando aqueles blindados em novos carros M-41/B "Caxias" num programa que prossegue até agora. O "Caxias" ocupa hoje uma posição de destaque, como o principal carro de combate brasileiro.

O Caxias é inegavelmente um excelente carro de combate, bem adaptado às exigências da segurança nacional, diz Bernardini Cury. "Mas é ainda uma adaptação. Cedo ou tarde ele terá de ser substituído. E para substituí-lo nós oferecemos ao Ministério do Exército um projeto nosso".

O Centro Tecnológico do Exército examinou os planos do tanque, sugeriu algumas modificações e aprovou o seu desenvolvimento, que começou dois anos atrás.

Hoje, o protótipo, depois de ter acumulado muitas horas em testes, está chegando à fase final dos ensaios de qualificação. É o "Tamoio", um blindado que muito provavelmente deverá equipar o Exército e que conta, desde já, com amplas possibilidades no mercado internacional.

Um rápido exame do "Tamoio" mostra ser ele uma combinação feliz de soluções internacionalmente aceitas e de experiência de Bernardini, hoje com cerca de 700 funcionários e 60 engenheiros.

Suas linhas baixas lembram as do famoso carro de combate alemão "Leopard". O grupo motriz fica colocado atrás e inclui um diesel nacional turbinado Scania DSI 14, de 680 hp de potência, capaz de acelerá-lo a mais de 65 km/hora, fazê-lo subir rampas íngremes e transpor terrenos irregulares com facilidade.

Os tripulantes são quatro e o armamento principal inclui um canhão nacional tipo CAN 90/C60 BR2, de 90 mm, estabilizado e com cano protegido por luva térmica. Este arma, construída pela própria Bernardini, dispara munição tipo flecha (APDSFS), dardos de tungstênio de alta densidade, que têm velocidade inicialmente elevada e trajetória tensa, capazes de perfurar as blindagens mais duras mesmo a grande distância.

O tanque possui, também, uma metralhadora ponto 50 (12,7 mm de calibre), rádio e sofisticado sistema de pontaria, podendo ser dotado de visores infravermelhos para combate noturno. Leva também granadas fumígenas.

"Todo o nosso trabalho foi feito em estreita cooperação com os engenheiros do CTEK", lembra Bernardini. Mas, apesar do inegável entusiasmo que o novo blindado está despertando



do no Ministério do Exército, a empresa não esconde as enormes possibilidades comerciais do carro, no mercado internacional."

"Técnicamente avançado, o carro brasileiro tem dimensões menores e peso igualmente

inferior, em relação a seus principais concorrentes. Por isto custa mais barato e pode abrir para a Bernardini uma ampla porta no setor brasileiro de exportação de equipamentos bélicos.

Roberto Pereira ■

CARVÃO ENERGÉTICO UMA IMPORTANTE FONTE NACIONAL DE ENERGIA

Com a finalidade de diminuir a dependência brasileira de fontes externas de energia, o Governo vem adotando uma política energética de substituição dos combustíveis derivados de petróleo importado por fontes nacionais de energia. Nesse quadro, o uso do carvão mineral vem sendo implantado, com conseqüente economia de divisas.

A CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, é a entidade responsável pela execução do ciclo completo da comercialização de carvão mineral nacional não coqueificável e seus subprodutos. Tal responsabilidade compreende o comando de todas as iniciativas que visem a atender o incremento do uso do carvão energético nacional em substituição a insumos derivados de petróleo.

No trabalho que desenvolve, a Empresa procura evidenciar as vantagens da substituição dos derivados de petróleo pelo carvão energético nacional. Segundo seu presidente, Alzir Nunes Gay, a instituição da política de preços subsidiados para o carvão energético de produção nacional, em novembro de 1975, foi a primeira resposta governamental à crise do petróleo, e marca também o início das atividades da CAEEB no ciclo econômico do carvão.

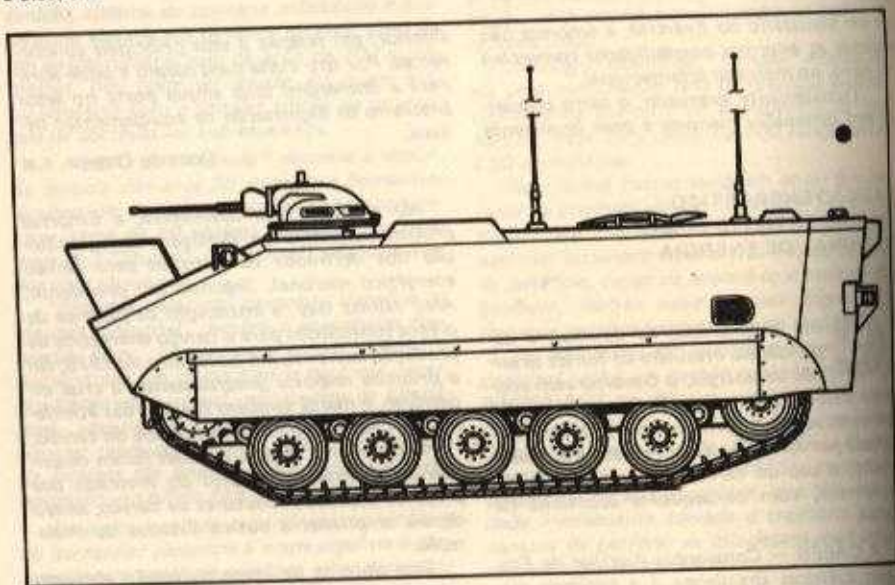
Inicialmente, essas atividades foram desenvolvidas apenas no âmbito do mercado dos próprios Estados produtores de carvão, sendo depois ampliadas a outros Estados da Federação.

Essa política de comercialização abrangia o incentivo de preços ao consumidor, o financiamento subsidiado dos equipamentos para uso do carvão e a instalação de uma rede de entrepostos nas proximidades dos principais centros industriais do país. Hoje, graças à política energética adotada e à atuação da CAEEB como intérprete e executora dessa política, já se pode afirmar que houve uma mudança significativa na estrutura do mercado de carvão.

Blindados M-113 Repotenciados

A firma Motopeças S/A Transmissões e Engrenagens está repotenciando cerca de 650 blindados M-113 do Exército brasileiro, enquanto avança nos testes de um outro blindado ainda mais moderno, um transporte anfíbio de tropas projetado pela empresa, tanto para uso nacional como para vendas no exterior.

O M-113 repotenciado pela Motopeças já passou pelos testes organizados pelo Centro Tecnológico do Exército. É mais veloz, tem maior capacidade de subida e é mais confiável, graças ao uso de um motor diesel nacional Mercedes-Benz OM-353-A, de seis cilindros. Enquanto o M-113 original rodava apenas 120 quilômetros, sua versão repotenciada pela Motopeças tem raio de ação de 520 quilômetros. Para o Brasil sai muito mais barato repotenciar as centenas de M-113 que possui, do que adquirir novos blindados acionados a diesel. ■





REGISTROS

GEN BDA ANTENOR DE SANTA CRUZ ABREU Novo Diretor-Presidente de "A Defesa Nacional"

Realizou-se no dia 2 de março do corrente ano a investidura do Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu como novo Diretor-Presidente da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional", em substituição ao Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma. Na ocasião, o Cel Aldílio Sermiento Xavier, Diretor-Secretário, apresentou o Relatório concernente à gestão 1982-1983 do General Montezuma, do qual destacamos, por sua relevância, o título "No Campo Cultural".



da Antenor de Santa Cruz Abreu, Gen
artholomeu da Silva Filho e Gen Bda
Vital Guadalupe Montezuma.

No campo cultural

- 1) Aprimoramento, a cada dia, dos altos padrões atingidos pela Revista, aperfeiçoando os critérios de seleção das matérias e, ao mesmo tempo, incorporando os eventuais progressos no campo editorial, de modo a fazê-la sempre moderna, agradável e rica de ensinamentos e informações;
- 2) Estudo de viabilidade para a microfilmagem da coleção da Revista, visando a preservar o acervo e a facilitar a sua consulta;
- 3) Constituição de um Fundo Editorial que permita, inclusive, maior estímulo à pesquisa de assuntos militares e ao estudo de problemas brasileiros;
- 4) Registro da Revista no ISSN (International Standard Serial Number), definindo e promovendo o uso de um código normalizado para a sua identificação em registro internacional de publicações seriadas, através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia (IBICT), abrindo a possibilidade, entre outras, de identificar um título a um autor em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, facilitando a recuperação de informações culturais, inclusive com indexação analítica por meio de sistema computadorizado;

5) Inclusão da Revista no Sistema Bibliodata-Calco (Catalogação Legível por Computador), de caráter cooperativo, beneficiando-se de um contrato de prestação de serviço entre a Biblioteca do Exército e a Fundação Getúlio Vargas, visando ao tratamento de informações culturais contidas no importante acervo da Revista, segundo normas internacionais.

6) Criação do *Núcleo de Pesquisa Histórica Básica*, com a finalidade precípua de dar maior apoio aos historiadores, prestando-lhes informações especializadas a partir de uma base de dados culturais, contando, inclusive, com registros iconográficos, assessoria em técnica de pesquisa histórica, revisão doutrinária e serviços de datilografia;

7) Convite ao Cel. Cláudio Moreira Bento para coordenar as atividades do *Núcleo de Pesquisa Histórica Básica*;

8) Contratação de 4 (quatro) codificadoras de dados e de 1 (uma) datilógrafa, para dar início à formação do pessoal necessário ao funcionamento do *Núcleo de Pesquisa Histórica Básica*.

As codificadoras de dados, todas com curso de nível superior, receberam orientação especial do renomado historiador Cel. Francisco Rias Santos;

9) Intercâmbio com publicações similares de países amigos, visando à maior divulgação das matérias publicadas na Revista;

10) Pesquisa para aferir a opinião dos assinantes e leitores da Revista, ora em fase de diagramação a cargo do Dr. José Lívio Dantas, Redator-Assistente, com o grande objetivo de colher subsídios para melhorar os atuais padrões da Revista, dentro da filosofia que a renovação deve ser uma constante na vida de qualquer veículo de comunicação;

11) Instituição do "Diploma Colaborador Emérito", para assinalar o reconhecimento da Cooperativa aos seus principais colaboradores;

12) Criação da "Medalha Cultural e Diploma Franklin Dória", para distinguir personalidades e entidades que se destaquem no campo cultural. ■

"QUEM É VOCÊ, NAPOLEÃO?" ENTUSIASMA EMBAIXADOR DE FRANÇA NO BRASIL

Do S. Excia. o Embaixador Roberto Richard, representante diplomático da França no Brasil, o Cel. Adílio Sarmiento Xavier, Diretor da Biblioteca do Exército, recebeu a seguinte carta que, de si mesma, fala da importância da obra "Quem É Você, Napoleão?", editada pela BIBLIX com tradução do então Coronel e hoje General-de-Brigada Job Lorena de Santana:

Meu Coronel.

É com muita emoção que os membros desta Embaixada e eu mesmo recebemos a magnífica edição brasileira da obra "Quem É Você, Napoleão?" de Gaston Bonheur.

Pessoalmente, estou vivamente grato a V. Sa. porque na excelência da qualidade desta publicação, na precisão de sua tradução, na riqueza das ilustrações, eu vejo uma prova a mais dos laços profundos, permanentes e coloridos que unem nossos dois povos em torno da grande figura da História Universal que é Napoleão.

Rogo-lhe acreditar, meu Coronel, na certeza de minha mais alta consideração.

Ass) Robert RICHARD



MARK CLARK

Acaba de falecer aos 87 anos de idade um dos últimos grandes chefes militares norte-americanos da 2ª Guerra Mundial — o General Mark Clark.

Pertenceu à constelação dos Eisenhower, Mac Arthur, Bradley, Patton, plíade famosa de generais que levou as armas norte-americanas, ao lado de seus aliados, às vitórias decisivas contra as forças do nazi-fascismo e do império japonês.

Graças à capacidade de liderança de grandes chefes militares da estirpe de Mark Clark as democracias sobreviveram à mais tremenda ameaça que as rondou nos anos 40.

A figura de Mark Clark, em especial, é muito ligada a nós brasileiros. Foi sob seu comando supremo que a Força Expedicionária Brasileira, nossa gloriosa FEB, lutou nos campos de batalha da Itália.

O Marechal Mascarenhas de Moraes nas suas Memórias, lembra do carinho com que Mark Clark recebeu os nossos "pracinhas" na Itália e o desvelo com que organizou um programa para adestrá-los para a dureza da campanha que iriam enfrentar, na montanha, na neve e contra os afamados soldados alemães, já mais que veteranos, quando os nossos chegaram ao Teatro de Guerra do Mediterrâneo.

Mark Clark foi, por várias vezes, convidado do governo brasileiro e visitou nosso país. A primeira vez que aqui esteve foi por ocasião de grande cerimônia organizada no Rio de Janeiro para receber os nossos pracinhas que voltaram glorificados da Itália, após os combates vitoriosos de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Forno. Nessa ocasião, Mark Clark junto com o General Willys Crittenger receberam o título honorário de generais do Exército brasileiro e a respectiva espada.

Quando nossas tropas chegaram à península italiana era Clark comandante do V Exército e um nome já coberto de glórias. Seu ajudante de ordens era o Cap. Vernon Walters um poliglota dos mais completos que conhecemos. O primeiro ato de atenção especial de Clark para com Mascarenhas de Moraes foi, sem dúvida, abrir mão de Walters que, por falar um português fluente poderia favorecer a ambientação de nosso Comandante da FEB naquele conjunto de forças multinacionais que era o Teatro de Operações da Itália; o Cap. Vernon Walters passou, desde aí, a ajudante

de ordens do General Mascarenhas de Moraes e prestou serviços inestimáveis à FEB.



Jamais o General Clark deixou estimular com palavras de elogio e confiança, os feitos das armas brasileiras. Por ocasião de nosso "batismo de fogo" no vale do Serchio, assim se manifestava o Comandante do V Exército em mensagem ao General Mascarenhas:

"Numa ocasião anterior, quando a FEB era bem-vinda ao V Exército, eu frisei que esperávamos grandes feitos de uma organização que mostrou tanta habilidade e entusiasmo no treinamento. Agora, a performance da FEB, nos primeiros combates em um setor do V Exército, indica que nossas expectativas serão justificadas".

Quando a FEB alcançou a espetacular vitória de Forno, cercando e aprisionando a 148ª Divisão alemã e parcelas de duas divisões republicanas italianas, também não lhe faltaram as palavras calorosas de Mark Clark, já agora Comandante do XV Grupo de Exército (V Exército americano e VIII Exército inglês); eis suas palavras:

"a captura da 148ª Divisão alemã, novo brilho para a glória das armas brasileiras".

Por ocasião da euforia da vitória final das forças aliadas na Europa, Mark Clark, do alto de seu elevado comando multinacional, não se esqueceu daquela punhado de combatentes brasileiros que tinha sob seu comando (apenas 25.000 homens num total de 500.000) e enviou expressiva Mensagem congratulatória ao nosso General Mascarenhas de Moraes:

"Mostrou-se essa Força, sob seu comando, ser capaz de enfrentar problemas novos, treinar e disciplinar-se para o combate, no qual desempenhou parte relevante.

A FEB refletiu as altas qualidades da nação brasileira, que enviou seus melhores filhos para lutar em solo estrangeiro, longe da pátria pela implantação dos princípios de justiça e de liberdade".

Veio o período de ocupação. A Mark Clark coube o comando das forças norte-americanas ao sul da Alemanha. A convite do seu ex-comandante na Itália, o General Mascarenhas de Moraes é convidado a visitá-lo e às instalações do Exército Americano de ocupação. Em setembro de 1945, cerca de seis meses de rendição das forças nazistas, nosso General Mascarenhas reencontra-se com Mark Clark nos arre-

dores de Salzburgo. Mark Clark oferece-lhe a mais carinhosa acolhida; apresenta-o a todos os generais seus novos comandados; destaca sempre o valor da nossa FEB e o seu orgulho em tê-la sob seu comando.

Sua morte agora, por todas estas razões, representa para os expedicionários brasileiros a perda irreparável de um amigo que nunca lhes faltou e que os admirava.

Descrevendo o General Mark Clark em seu livro "Silent Missions" diz o General Walters, hoje Embaixador do Estados Unidos para missões especiais:

"em dezembro de 1943 Mark Clark era o único oficial norte-americano no comando de forças em combate contra os alemães na Europa, pois os grandes desembarques na Normandia estavam ainda em fase de planejamento. Clark era uma figura imponente. Com 1,90m de altura, delgado, nariz aquilino, sua presença despertava atenção. Oficial muito competente, combatera e fora ferido na I Guerra Mundial. Sempre exigiu, e geralmente obteve, o máximo daqueles que serviam sob seu comando. Trabalhar com ele representou uma nova dimensão em minha carreira."

Gen Carlos de Meira Mattos



LIVROS

**COMUNISTAS CONTRA A CLASSE OPE-
RÁRIA**, Gioacchino Santanché. Editorial
Progresso Social e Democracia, Lisboa, 1983,
28 págs.



O Autor é Secretário Geral do Instituto Internacional de Sociologia, de Roma. Casado com brasileira e pai de duas filhas brasileiras, residiu alguns anos em São Paulo, lecionou na Pontifícia Universidade Católica e dirigiu um centro de formação de líderes. Na Segunda Grande Guerra combateu como soldado italiano e, a partir dessa época, tem início sua aversão ao Comunismo. Ao longo de sua vida escreveu dois livros: "Comunistas Contra a Classe Operária" e "Uma Revolução Falida".

Segundo o Autor, "em política não se pode nem se deve andar atrás das belas palavras dos vendedores ambulantes; é necessário verificar os fatos, participar, intervir... Devemos estar atentos para não nos deixarmos enganar, ajudar os outros a não serem enganados; o engano dá-se quando o vendedor usa palavras e fazem pensar num objeto, numa sua qualidade, enquanto a realidade é diferente (por exemplo, um tecido que não encolhe mas que acaba por encolher...).

É este o caso dos comunistas de base, cuja grande maioria, na verdade, está (ainda) de fé: estão habituados a uma linguagem que atribui um valor diferente às palavras, especialmente palavras como "povo", "libertação", "liderança internacional", "desenvolvimento", "classe operária", "países socialistas", "paz", "paz".

Do significado diferente dado às palavras vem o engano que este livro se propõe redimensionar ou impedir, dirigindo-se mesmo,

cordialmente, aos comunistas de base que, sem pensar, repetem as palavras misticadoras para seu próprio engano, mais que dos outros.

Gioacchino Santanché conclui dizendo que "não se deve fazer a guerra aos comunistas: basta ter a coragem de lhes dizer a verdade. É esta que desmonta o Comunismo e ajuda todas as forças sãs a encontrarem outras vias, se a denúncia do Leninismo e a independência de Moscou se tornarem impossíveis.

José Valentim de Oliveira Brizida

NOS CONFINS DOS TRÊS MARES... A ANTÁRTIDA. Aristides Pinto Coelho. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1983, 358 págs.



O professor Aristides Pinto Coelho é, sem favor, estudioso abalizado dos problemas atinentes à Antártida, possuindo renome que autoriza, sem dúvida, a edição de mais esse trabalho. O assunto é controverso. No mundo atual e diminuto onde vivemos, escasseiam terras e exige-se, cada vez mais,

a possibilidade da existência de recursos minerais, amplos e inexplorados, destinados a saciar a fome, cada vez mais acentuada que caracteriza a civilização contemporânea. A Antártida é uma dessas regiões. Em primeiro lugar, contrastando com o Ártico, é um continente. Esses, como sabido, compõem-se de camada líquida, consolidada, graças à baixa temperatura lá reinante. Na Antártida, porém, existe terra recoberta permanentemente por uma espessa crosta de gelo. O autor analisa e ilustra, com propriedade, vários aspectos que, na atualidade, preocupam os políticos em busca de solução pacífica que, ocupando a men-

cionada áres, dela se valham em benefício dos superiores interesses da humanidade. Dir-se-á, de forma veraz e irrecusável que se trata, no caso, de utopia. Talvez o seja. Mas isso não impede que cientistas e pesquisadores, emé- nentes, procurem demonstrar a possibilidade de se alcançar e resolver o problema proposto. Evidente que o livro ora apresentado, por si só, não esgota a matéria. Importa a leitura e o comentário de outras obras a fim de que, desse conhecimento combinado, tenha-se uma noção tão ampla quanto possível desse tema inquestionavelmente atual e palpitante. A Biblioteca do Exército, voltada, por dispositivo regulamentar e vocação própria, ao estudo e divulgação dessa e de outras proposições de Inegável atualidade e inequívoca importância, faz bem, enriquecendo o rol das suas publicações com livros como esse. Se outros méritos não puderem ser apontados e esses, certamente, pululam, servirá o opúsculo de idéia central para a discussão de enfoque objetivo de uma atitude assumida pelo Brasil e que, como patriotas, esperamos venha a ter o êxito merecido e esperado. Somente por isso — excluindo outros aspectos palpitantes — justifica-se de sobre o que se fez. Que outros, com ciência e consciência, perlustrem a senda ora balizada por Aristides Pinto Coelho que merece, sem dúvida, a gratidão dos brasileiros e o reconhecimento, unânime, dos estudiosos de Antártida.

Francisco de Souza Brasil

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL, Therezinha de Castro. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1984, 106 págs.



Dois grandes temas confluem ao estuário desta obra da Professora Therezinha de Castro: a Unidade nacional e a figura gigantesca de José Bonifácio. Por isso, o livro da geógrafa, geopolítica e historiadora intitula-se, sobriamente "José Bonifácio e a Unidade nacional". Livro conciso; livro brilhante.

Therezinha de Castro, com sua agudeza crítica, associou esses dois temas, verdadeira-

mente polifônicos, fazendo-o com singular mestria. Por isso, volver os olhos ao passado, neste particular, será uma forma de recobrar fôlego para novos cometimentos políticos e culturais. Imaginemos, naquele período agitado das guerras napoleônicas, o desconcertante plano para a época, mas verdadeiramente genial, da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, vindo a realizar-se assim, na prática, os vaticínios do Padre Vieira, de Dom Luís da Cunha, o famoso diplomata, e do Marquês de Pombal, o grande estadista, não nos esquecendo de que o Primeiro-Ministro William Pitt (1759-1806) preconizara a instalação de uma possível capital do Império lusitano nas terras altas do Planalto Central do Brasil. Imaginemos a vibração universalista de José Bonifácio, conhecedor dos meios culturais da Suécia, da Alemanha, da Áustria e da França, ao sentir o pulsar forte dessa confederação transatlântica com sua projeção territorial em adustas terras africanas e asiáticas, confederação que era Império binominal Portugal-Brasil, com sua sede no Rio de Janeiro. Imaginemos, no entanto, as preocupações que assaltariam José Bonifácio, quando a míopia das Cortes de Lisboa, com seu nefasto plano de "recolonização", fomentou a ruptura dos laços associativos entre Portugal e Brasil. Imaginemos, no entanto, numa etapa ainda mais sombria, num suspense dramático, as angústias do estadista brasileiro e temperamento universalista ante a fragmentação da América hispânica numa quantidade de países, galáxia esta de molde a poder exercer nefasta influência sobre veleidades separatistas e ocorrerem no imenso território brasileiro! Não se cuidava apenas de consolidar instituições políticas; cuidava-se de consolidar as partes integrantes de uma Grande Pátria por meio da obra visionária de um extraordinário estadista.

Este estadista foi José Bonifácio, que, em assomos de genialidade política, de tudo cuidou. Estadista que soube enxergar e examinar problemas brasileiros e americanos em escala de altas magnitudes, tornando-se assim não só pioneiro da Doutrina de Monroe, como consumado enxadrista das realidades americanas, então em fase tumultuosa na América do Sul. Por isso, com a mão no leme e através de mares reverbos, José Bonifácio soube evitar os marejais de desordem interna, propiciando planos e reformas sempre tendentes ao revigoramento da Unidade nacional.

O livro de Therezinha de Castro, que está

presentando ao numeroso e escolhido corpo de leitores das obras editadas pela Biblioteca do Exército, apresenta particulares insights, reveladores da grandeza de José Bonifácio no lidar com os aproveitadores de situações, com representantes de ambiciosas sociedades secretas, com as marchas e contramarchas operadas por agentes políticos a soldo de potências estrangeiras, bem como com as tentativas de desorganização da vida brasileira procedidas por ambiciosos destituídos de grandeza, antes imitantes de muita vulgaridade. Livro que se lê com renovado interesse, e através de cujas páginas muito se aprende com entusiasmo, mesmo porque História é como dizia um historiador francês — "L'Histoire est toujours à l'encre et toujours inconnue".

Teixeira Soares

ATLAS STRATÉGIQUE, Gérard Chaland e Jean-Pierre Rageau. Librairie Arthème Fayard, Paris, 1983. 224 pág.



Este Atlas Stratégique constitui de certo modo, segundo os autores, uma inovação. Porque não se trata de uma reprodução de batalhas passadas ou que se estejam desenhando no futuro, nem de uma exposição gráfica de campanhas militares adversas. A estratégia, como a política, integra a guerra mas não se limita à guerra. O que aqui está representado é, antes, uma geopolítica da correlação de forças no mundo contemporâneo. Centrada fundamentalmente no mundo bipolar — pelo menos, militarmente bipolar — nascido da Segunda Guerra Mundial, a obra mostra a situação estratégica mundial de hoje, tanto no plano das crises como dos conflitos clássicos ou das guerrilhas.

Aliás, o primeiro atlas do gênero, que foi publicado em 1982, é o "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", da Professora Therezinha de Castro, que a Biblioteca do Exército Editora republicará brevemente, ampliado e atualizado.

Gérard Chaland é escritor político, especialista em problemas do Terceiro Mundo e, mais particularmente, nos movimentos de libertação e das lutas armadas. É autor de "Mythes Révolutionnaires du Tiers Monde: Guerrillas et Socialisme". Jean-Pierre Rageau é historiador especialista no mundo contemporâneo e, especialmente da Europa e do Leste. É autor de "Prague 1948, le Rideau du Fer s'Est Abattu". Ambos os pesquisadores, para a elaboração dessa obra, fizeram pesquisa nos departamentos especializados da "Library of Congress", Washington, no "British Museum", Londres, e em centros como o International Institute for Strategic Studies, em Londres, e na Bibliothèque Nationale, Paris. Rompendo com uma visão estreitamente eurocêntrica e à margem da rivalidade EUA-URSS, uma parte importante do "Atlas" está dedicada aos sistemas de segurança das potências regionais ou médias.

O OFICIAL DE RESERVA — SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO EXÉRCITO DO PAÍS

A DEFESA NACIONAL, Nº 710 (novembro-dezembro-1983) deu notícia do aparecimento de "Current Military Literature", uma publicação inglesa da Press Military, Oxford, que cataloga e comenta tudo o que se escreve no mundo sobre Defesa e Estratégia. Inserimos, neste Número, um exemplo do trabalho acurado da referida publicação, com a referência fac-similar ao artigo "O Oficial da Reserva — Sua Importância no Contexto do Exército do País", do General-de-Exército Enio Gouvêa dos Santos.

83:0474

The Importance of the Reserve Officer in the National Army (O Oficial de Reserva — Sua Importância no Contexto do Exército do País) Gen Enio Gouvêa dos Santos Rev do Exer Bras 120/1 Mar 1983 pp33-39

Reservists are important as Brazil only has one regular soldier per 65 sq km. Officer training should stress traditional patriotic values, which are listed.



DOCUMENTOS

20º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO
DE 31 DE MARÇO DE 1964.

As Ordens-do-dia das Forças
Terrestre, Marítima e Aérea

Hoje, a Nação comemora o vigésimo aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

O significado histórico e a autenticidade cívica do movimento residem em sua expressão nacional. Mobilizaram-se os diversos segmentos da sociedade, sob o desígnio comum de salvaguardar o País da imposição de um regime ditatorial à feição comunista. A consciência nacional apercebeu-se, a tempo, da ameaça à ordem democrática e aos próprios valores da nacionalidade, configurada naquela instância de incertezas e angústias.

"Impunha-se um sério trabalho de reconstrução, desde então desenvolvido, com o objetivo maior de aprimorar as instituições, que constituem nos fundamentos de nossa existência como nação livre e independente. Dificuldades e obstáculos vêm-se interpondo, especialmente em função da conjuntura desfavorável que fustiga a economia mundial há um século. Caminhamos de forma significativa nos campos social e econômico no período considerado. Já estão os mais idôneos e expressivos indicadores sócio-econômicos, apurados em pesquisas governamentais e privadas, a atestar o penoso mas firme avanço que compreendemos, com obstinação e espírito de sacrifício.

"O reconhecimento dos resultados e a va-

lorização de nosso esforço, a nível de nação, não nos sensibilizam no momento presente, quando a solução dos problemas mais prementes da população parece distanciar-se no tempo, por força da pior crise dos tempos modernos e até pela interferência de fenômenos naturais adversos e imprevisíveis.

"A atual quadra nacional contém os ingredientes favoráveis à atuação daqueles que, por incompreensão ou desconhecimento dos fatos, ou ainda por interesses menos dignos ou de inspiração estrangeira, procuram congestionar a via de transição política pela qual a Nação optou em seu aperfeiçoamento democrático. Ontem, em mobilizações populares nas ruas e nas praças, traficava-se o interesse nacional para distribuir, prodigamente, a falsa esperança das Reformas de Base e a panacéia das grandes mudanças institucionais. Era o apelo emocional e demagógico do mito de solução de pelenque, a ilusão do espetáculo de massa que o esquema imediatista e atraente, de duvidosa eficácia, escondia. Hoje, o contexto mudou, o auditório anda esquecido ou é recente nesta lide, os problemas a explorar são outros, os clichês políticos se renovaram, outros atores incorporaram-se ao elenco e a estrutura cênica está apoiada na mais avançada técnica de comunicação de massa. Mas nos bastidores, removidas as caracterizações, percebe-se que o

projeto é o mesmo, nas entrelinhas do texto ensaiado. Continuou-se a vender a imagem ilusória de que a promulgação imediata e passiona de uma lei resolverá, num ápice, todos os problemas estruturais que a Nação luta para solucionar há várias gerações.

"As mudanças, que se hão de operar pelo consenso e pela aspiração popular, serão conduzidas na forma ordeira e pacífica pela qual a Nação adquiriu maturidade política, ao longo de sua história de Estado soberano. Não pertencem ao nosso passado as pressões de afogadilho e as bruscas transformações, que desestabilizam o pacto político e social por convulsões graves e que desagüam em caminhos estranhos à nossa índole democrática de povo pacífico.

"Não cremos em falsos profetas e pitonistas, antigos e modernos, que continuam desfraldando ou permitindo desfraldar bandeiras que não trazem impressos em seus panos a ordem e o progresso.

"Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis e capazes de levar o Brasil ao seu destino de grande nação.

"Meus Comandados!

"Os ideais da Revolução Democrática de 1964 provêm de nossas próprias origens históricas, por seu conteúdo cristão e democrático e por sua perfeita comunhão com as raízes populares, que têm delineado a nossa evolução política. Não se identificam como produto acabado do momento político em que se desencadeou o movimento. São acima de tudo, patrimônio de todos os brasileiros, valores da nacionalidade por que lutamos, desde os dias históricos de nossa formação. É o mesmo ideal que animou nossos combatentes no Prata e na Itália, que inflamou os nativistas e os construtores de nossa Independência e que impulsionou e ainda impulsiona o nosso homem a desbravar o continente brasileiro, em busca de novas fronteiras econômicas.

"Os ideais da Revolução Democrática de 1964 não se constituem em privilégio exclusivo das gerações de desassombrosos patriotas que se opuseram, eficazmente, às tentativas comunistas de 1935 e de 1964 e aos atos de terrorismo que violentaram nosso País, entre 1968 e 1974.

"São de perene inspiração de civismo que nos retempera o ânimo, para empreendarmos a grande tarefa delegada à nossa geração, e que nos vivifica a crença nos valores fundamentais de nossa vida, para resistirmos ao en-

gado sedutor dos manipuladores da vontade popular. Por este legado comum, estaremos sempre solidários com aqueles que na hora de agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de amas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia.

"Meus Comandados!

"É hora de meditar, de refletir, com a isenção e o patriotismo com que nossos antepassados sobrepujaram as grandes crises de nossa maturação política e conduziram a Nação a seus destinos, uma íntegra e estimulada para superar os desafios de futuro.

"O momento presente exige de todos nós trabalho operoso, consenso, renúncia, solidariedade e a crença em nossos destinos. Para tanto, está sendo convocada toda a Nação, de que as Forças Armadas são parcela representativa.

"Não podemos desconhecer nossa responsabilidade essencial de preservar os ideais revolucionários aos nossos posteriores, transmitindo-lhes a grande mensagem de nosso patriotismo, através do exemplo maior de superarmos a crise presente, preparando-lhes um futuro mais promissor.

"Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército."

★ ★ ★ ★

"Homens da Força Aérea Brasileira:

"O pior dos males a afligir uma administração é a desconfiança e, dentro dela, a falta de coragem moral em torná-la explícita.

"Os mal-entendidos, as meias-verdades, os duplos sentidos, os julgamentos precipitados, corroem de tal forma a estrutura de uma organização, que ela se torna frágil diante dos menores impactos da adversidade.

"O que dizer, então, dos momentos de crise, onde a unidade de propósitos é uma questão de sobrevivência?"

"O que dizer, então, dos momentos de decisão, onde o mais difícil não é escolher o rumo, mas antes, acreditar na tripulação?"

"A ambição e a vaidade sem limites são fraquezas humanas que se projetam no seio das instituições, quase sempre envoltas no manto da personalidade forte, comprometendo o conjunto e isolando os setores.

"Nesta estranha harmonização de forças pessoais, onde a missão é relegada ao plano de subprojeto, os homens lutam mais por ser, do que propriamente por fazer.

"Assim, de gênio em gênio, de formidável em formidável, de indispensável em indispensável, chega-se a um resultado medíocre, que ninguém explica mas que a todos complica, gerando um clima de impasse e perplexidade.

"Companheiros:

"Sejamos suficientemente prudentes para jamais permitir, nos limites da Força Aérea, a reedição do clima de desconfiança, descoordenação e inversão de valores que reinava em nossos quartéis nos idos de 64.

"Sejamos imunes à ambição e à vaidade dos fracos, porque a nossa força é não ter compromissos senão com o Brasil.

"Estejamos atentos, sem preconceitos ou intolerâncias, para os desdobramentos decorrentes do momento político, para que saibamos identificar, nas bandeiras que são desfraldadas, as cores da Ordem e Progresso, as cores da nacionalidade. Fora disso é a Lei.

"Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica."

★ ★ ★ ★

"Transcorridos vinte anos da Revolução de 31 de março de 1964, já é possível avaliar as razões que impeliram as Forças Armadas, inspiradas no sentimento irresistível da esmagadora maioria do povo brasileiro, a assumir a vanguarda de uma cruzada de saneamento das instituições políticas nacionais, ameaçadas então pela demagogia irresponsável de uns poucos orientados por perigosas ideologias exóticas, apoiadas em inaceitáveis instrumentos de subversão.

"Em larga proporção, os que hoje integram a Marinha eram ainda muito jovens quando se iniciou esse amplo movimento de regeneração da nossa vida social e política. Por isso mesmo, recomendar ou insistir para que estejam atentos aos princípios que nortearam a Revolução de 31 de março é facultar às novas gerações o conhecimento de um processo que, à custa de árduas empreitadas e de muitos e não pequenos sacrifícios, conseguiu restabelecer no País uma ordem institucional consentânea com as tradições cívicas da nossa gente, neutralizando os fermentos de uma agitação que só poderia conduzir à destruição dos valores básicos da vida nacional.

"Os que viveram aquele momento de nossa História sabem o que ele representou ontem e o que ele representa hoje, para a sobrevivência e a consolidação desses valores. Já em 1984, a democracia brasileira, preservada e enriqueci-

da, despontava restabelecida em sucessivos pleitos eleitorais livremente celebrados, no gesto confraternizador da anistia, da liberdade dos meios de informação, no respeito à alta dignidade da Justiça.

"O Brasil de hoje encara com tranquilidade o seu futuro, já livre dos espectros que ameaçavam, o País nos dias turvos de 64. Nossos problemas atuais, irrestritamente debatidos na mais livre das atmosferas, não diminuem o otimismo dos homens de boa vontade.

"Embora muitos reneguem os benefícios trazidos pela Revolução de 31 de março, por motivos inconfessáveis ou por não terem encontrado eco para conseguir seus interesses ou mesmo vinganças pessoais, é inegável que o êxito alcançado não deixou dúvidas sobre sua validade. O pessimismo de alguns poucos eternos insatisfeitos dissolve-se diante do afluxo generalizado com que o nosso povo, apoiado no respeito que gozamos na esfera internacional, vai conquistando dia a dia as etapas do seu progresso.

"Se, para os historiadores, vinte anos representam pequeno período para uma avaliação mais fundamentada, não há como duvidar das realizações que o povo brasileiro alcançou nesse período, nos setores social, industrial e tecnológico. Basta-nos uma simples comparação para constatar que houve evolução nesses campos. De um só relance poderíamos destacar: as políticas executadas através do Funrural, Finsocial; o significativo avanço no sistema das comunicações; o aumento da produção agrícola e de petróleo; a exploração de minerais nobres em escala econômica, permitindo desafogar nossa pauta de importações e muitas vezes auferir lucros com sua exportação.

"Por outro lado, devemos reconhecer também as transformações que se processaram no campo militar. Mesmo com os modestos recursos do orçamento global que lhes vem sendo alocados, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, sem demonstrar ambições dirigidas a uma corrida armamentista, vêm canalizando seus esforços no desenvolvimento do material bélico, fortalecendo a indústria nacional, incentivando-a e participando ativamente na criação e aperfeiçoamento de equipamento e técnicas.

"A Revolução conjurou nuvens escuras, que geravam angústias e provocavam derrotismos. Oitenta e quatro é mais um ano de esforços e de esperanças nessa cruzada. Os homens

que asseguraram ao País uma nova era de ordem, de disciplina e de desenvolvimento sabem que cumpriram com seu dever na hora certa, inspirados nos anseios profundos do nosso povo.

"Marinheiros!

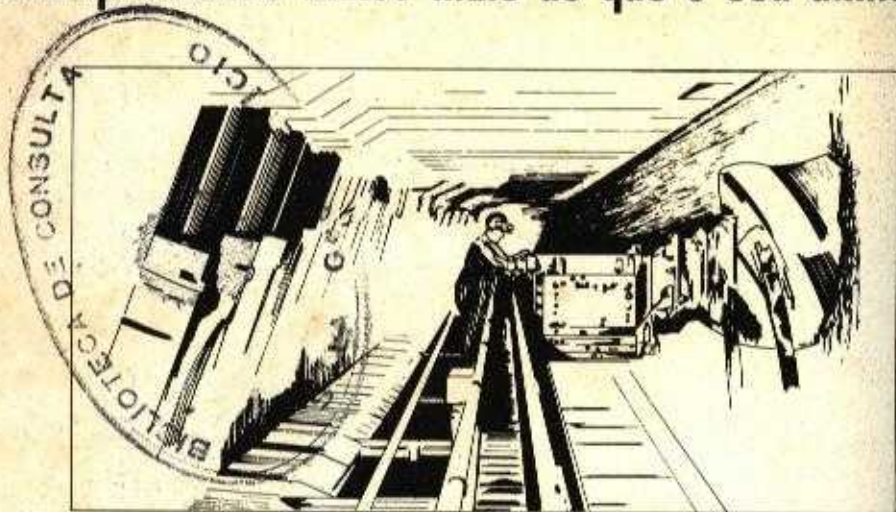
"Sejamos fiéis aos princípios de 64, porque tais princípios não foram somente de 64, serão de sempre. Reverenciemos aqueles que souberam ouvir o clamor de nossa gente e não recusaram ante a nobre tarefa de honrar, por sua ação disciplinadora, os compromissos que os preceitos constitucionais lhes traçavam.

"A Marinha, irmanada ao Exército e à Força Aérea, como uma grande família unida e serena, totalmente entregue às suas tarefas profissionais, junta-se a quantos celebram, hoje, em todo o Brasil, as duas décadas da Revolução de 64. O Brasil continua a construir o seu futuro sem esmorecer diante de dificuldades, certo de poder transpor quantos obstáculos se lhes apresentem.

"O Brasil de sempre, mais vivo que nunca, jamais perecerá!"

"Alfredo Karam, Ministro da Marinha."

Quando a sua indústria queima óleo combustível, está queimando muito mais do que o seu dinheiro...



as divisas que não mais retornam ao Brasil, causando dificuldade ao padrão de vida do nosso povo. Já tão afetado pelos sucessivos reajustes cambiais, com reflexos contínuos nos preços de combustíveis.

Mas o governo tem a receita: fazer uso, ao máximo, de fontes alternativas de energia, amplamente encontradas em nosso País.

O Modelo Energético Brasileiro, proposta vitoriosa do Ministério das Minas e Energia, elegeu para cada derivado do petróleo um sucedâneo.

O substituto eficaz para o óleo combustível é o Carvão Energético — o Carvão Mineral do qual, em reservas medidas, inferidas e indicadas, temos cerca de 23 bilhões de toneladas, só na região sul.

Com o firme e decidido apoio do Governo do Presidente João Figueiredo, a utilização do Carvão Energético toma corpo e avança célere, substituindo o óleo combustível nos segmentos industriais catalogados como prioritários pelo MME, quais sejam:

— as indústrias cimenteiras — as que mais consomem

óleo combustível —, siderúrgicas, petroquímicas, têxteis, papel, celulose, cerâmica, secagem de grãos, não ferrosos e usinas termoeletricas.

Mas em que pese o aumento do consumo de carvão nos últimos dois anos, é necessário que o empresariado nacional prestigie mais largamente essa fonte energética, 100% brasileira, proporcionando assim maior economia e mais empregos à mão-de-obra nacional.

Em 1981, a CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, responsável pela comercialização do carvão, por determinação do Ministério das Minas e Energia, forneceu 5,2 milhões de toneladas de carvão energético a mais 950 consumidores. E, em 1987, de acordo com as metas estabelecidas pelo Ministério das Minas e Energia, Cesar Cals, a produção nacional de carvão energético será de 11,5 milhões de toneladas, o equivalente a 80 mil barris/dia de petróleo.

A CAEEB dispõe de uma eficiente rede de Entrepósitos, estrategicamente localizados, para um adequado atendimento aos consumidores de Carvão Mineral.

Agora explique por que sua indústria prefere continuar queimando óleo?



CAEEB

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA